

PLANO DE CONTINGÊNCIA 2026



PREFEITA DE OLINDA

MIRELLA ALMEIDA

VICE-PREFEITO DE OLINDA

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA NETO

SECRETARIA DE GOVERNO

JÚLIO CORREIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

JOÃO LIRA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DAYSEANE DOLORES DO MONTE

SECRETARIA DA FAZENDA

CLÁUDIA TABOSA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO BRASILEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDILENE SOARES

SECRETARIA DE ESPORTES E JUVENTUDE

ERIVALDO COUTINHO

SECRETARIA DE SAÚDE

EVELINE ARAGÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ANNA KARLA

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO

MARÍLIA BANHOLZER

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

GABRIELA CAMPELO

SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ

CORONEL PEREIRA NETO

SECRETARIA DE OBRAS

CLAUDIA PEREGRINO

SECRETARIA DE GESTÃO URBANA

RAFAEL ARRUDA



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO

GUILHERME CABRAL

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

ERIVALDO COUTINHO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

MARLON OLIVEIRA

SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL

CORONEL CARLOS ALBERTO D'ABUQUERQUE MARANHÃO FILHO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FINALIDADE DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	9
2.1. Objetivo Geral	10
2.2. Objetivo Específico	10
3. PRINCIPAIS CONCEITOS	10
4. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS DE RISCOS DO MUNICÍPIO	12
4.1. Perfil do município de Olinda	34
4.2. Análise do perfil pluviométrico da cidade	16
4.3. Análise dos aspectos geomorfológicos da cidade	19
4.4. Diagnóstico do cenário de risco do município de Olinda	21
4.4.1 Cenários de suscetibilidade a escorregamento de massas	23
4.4.2 Cenários de suscetibilidade a alagamentos e inundações	25
4.5. Gestão de Risco e Desastres (GRD)	26
4.6. Mapeamento de cenários de risco da cidade	28
4.7. Avaliação Técnica Preliminar do Perímetro Sítio Histórico de Olinda	
5. NÍVEIS DE CRITICIDADE E ESTÁGIOS OPERACIONAIS	36
5.1. Do Sistema de monitoramento e Alerta	36
5.2. Dos Níveis de criticidade	37
5.3. Dos Estágios de Monitoramento	38
5.4. Dos Estágios operacionais	39
6. ETAPAS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	43
6.1.1. Pré-alerta	44
6.1.2. Pós-alerta	44
7. DA ATIVAÇÃO DO PLANO – PLACON 2025	45
7.1. Principais critérios para ativação	46
7.2. Autoridades para ativação do plano	46
7.3. Níveis de ativação do PLACON	46
7.4. Procedimentos após a ativação	47
7.4.1 Ações de monitoramento e resposta:	49
7.4.2 Atividades assistenciais de abrigamento:	50
7.4.3 Procedimentos operacionais:	50
7.4.4. Atividades de lançamento do Sistema de Informações - S2ID:	52
8. SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SIMPDEC	52

8.1. Órgãos da Administração Municipal:	55
8.2. Órgãos Setoriais e de Apoio:	61
9. DA IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DE CRISES - GCrisis	62
10. GRUPO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES - GGRD	63
11. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	64
11.1. Critérios para desmobilização	64
11.2. Autoridades para desmobilização	64
11.3. Procedimentos para desmobilização	65
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Definição de Risco	11
Figura 2: Mapa de Hipsometria do município de Olinda (PE)	13
Figura 3: Mapa de Hidrografia do Município de Olinda (PE)	14
Figura 4: Mapa Geológico do município de Olinda (PE)	14
Figura 5: Média pluviométrica mensal (2000-2023) para o Município de Olinda (PE) Erro! Indicador não definido.	
Figura 6: Isoietas anuais média de 1977 a 2006 para o município de Olinda (PE)	18
Figura 7: Mapa pedológico do município de Olinda (PE)	19
Figura 8: Percentual da distribuição das classes de solos no município de Olinda (PE)	20
Figura 9: Mapa de índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) para o município de Olinda (PE)	21
Figura 10: Mapa com distribuição das ocorrências de deslizamentos translacionais e inundações no município de Olinda (PE)	23
Figura 11: Mapa de suscetibilidade a deslizamentos, simulado pelo modelo SHALSTAB, para o Município de Olinda (PE)	24
Figura 12: Resultado da simulação de inundação com pontos críticos de ocorrência do processo	25
Figura 13: Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil	26
Figura 14: Fases da Gestão de Risco e Gerenciamento de desastres	27

Figura 15: Matriz de Risco – Probabilidade de Impactos de Eventos Adversos	38
Figura 16: Diagrama setorial SEDC/SGU	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores Pluviométricos (2000-2023)	17
Tabela 2: Dados preliminares de localidades com maior concentração de pontos em áreas de deslizamento	29
Tabela 3: Dados preliminares de localidades com maior concentração de pontos em áreas de inundação	30
Tabela 4: Relação por bairro de setores de inundação de risco R2	30
Tabela 5: Relação por bairro de setores de inundação de risco R3	31
Tabela 6: Relação por bairro de setores de inundação de risco R4	31
Tabela 7: Relação por bairro de setores de deslizamento de risco R2	31
Tabela 8: Relação por bairro de setores de deslizamento de risco R3	32
Tabela 9: Relação por bairro de setores de deslizamento de risco R4	33
Tabela 10: Gráfico resumo	33
Tabela 11: Órgão de execução do monitoramento Hidrometeorológico em Pernambuco	39
Tabela 12: Detalhamento das Ações x Nível de Criticidade	41

ANEXOS

ANEXO I: RELAÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS	67
ANEXO II: PLANO DE CHAMADA DOS ORGÃOS MUNICIPAIS	68
ANEXO III: FORMULÁRIO DE RECURSOS DISPONÍVEIS	Erro! Indicador não definido.
ANEXO IV: FORMULÁRIOS S2ID (FIDE - DMATE)	70
ANEXO V: COBRADE - CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES	78
ANEXO VI: PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCO (PMRR) – CADERNO DE MAPAS	82

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva de Defesa Civil do Município de Olinda – SEDC/SGU/PMO, no âmbito de suas atribuições de gestão de risco e gerenciamento de desastres no município de Olinda, vem, por meio deste documento, apresentar o Plano de Contingência para Ações de Resposta a Desastres, Situações Emergenciais e de Calamidade Pública para o ano de 2026.

Entende-se por "Contingência" a situação de incerteza quanto a um determinado evento, fenômeno ou acidente, que pode ou não se concretizar durante um período de tempo determinado (CASTRO, 1999).

Dessa forma, serão descritas e programadas as ações de resposta aos eventos climáticos adversos emergenciais em áreas de morros e planícies na cidade de Olinda, que contarão com o apoio de recursos internos, provenientes da própria estrutura da Defesa Civil, bem como de recursos externos, provenientes de diversos parceiros que disponibilizarão pessoas, veículos, equipamentos e materiais, a fim de proporcionar uma resposta adequada em situações críticas que excedam a capacidade de atuação da SEDC/SGU/PMO.

O presente Plano de Contingência – PLACON 2026 – SEDC/SGU/PMO constitui-se, portanto, em um documento formal que prevê os principais recursos, procedimentos e ações de resposta, para que, em emergências, cada ator do sistema de proteção e defesa civil de Olinda saiba qual é a sua função e responsabilidade dentro das operações de resposta e restabelecimento dos serviços essenciais, em caso de desastres provocados por eventos climáticos extremos.

Este plano registra o planejamento elaborado a partir da percepção e análise de um ou mais cenários de risco de desastres e estabelece os procedimentos para ações de monitoramento (acompanhamento das ameaças), alerta, alarme, fuga, socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. Foi elaborado e aprovado pelos órgãos parceiros e pelas instâncias superiores da Prefeitura Municipal de Olinda, que se propõem a unir esforços para prover a segurança global da população, frente às situações de emergência e desastres.

Em termos de base legal, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), Lei nº 12.608/2012, em seu artigo 22, que instituiu o cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, estabelecendo como competência dos municípios, conforme previsto no inciso II, § 2º:

“II - Elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir



órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;”

Tendo em vista a organização deste processo de resposta frente a ocorrência de desastres, serão previstos neste Plano de Contingência:

- O mapeamento de áreas vulneráveis;
- Os critérios acionamento do Plano de Contingência;
- Os recursos internos e externos disponíveis;
- Os critérios para acionamento dos parceiros;
- A distribuição das responsabilidades;
- A organização do Gabinete de Crise;
- Os procedimentos para desmobilização das ações de resposta

O Plano de Contingência – PLACON 2026 representa, portanto, o compromisso da PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA de cumprir suas competências previstas na Lei 12.608/12 como forma de melhor assistir as comunidades residentes em áreas susceptíveis a desastres.

2. FINALIDADE DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

A finalidade do presente documento é prever a organização das ações de respostas às situações de desastres e emergências relacionadas a Deslizamentos de Terra, Alagamentos e Inundações no município de Olinda, que venham a comprometer a normalidade na cidade de Olinda em decorrências de altos índices pluviométricos e eventos extremos, instituindo a utilização de recursos próprios e de parceiros, distribuindo atribuições e responsabilidades aos atores das esferas municipal, estadual e sociedade civil, com compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPEDC.

Também é intenção deste documento apresentar o Grupo Gestor de Riscos e Desastres (GGRD) e contextualizá-lo como instância de articulação entre diversas instituições que integram o Sistema Municipal de Defesa Civil do município de Olinda, bem como prever os critérios de acionamento deste plano, com base na evolução progressiva do registro de eventos extremos associada ao aumento das ameaças de situações adversas (com base nos alertas da APAC) e dos cenários de desastres apresentados; nos indicadores de monitoramento dos fatores climáticos e seu reflexo nos cenários susceptíveis a ocorrência de desastres, como também os critérios para desmobilização das ações de respostas.

E, por fim, a principal finalidade neste Plano é comunicar e deixar clara a responsabilidade e



atribuição de cada órgão parceiro diante de uma situação emergencial, facilitando as ações de respostas, para que no momento de uma situação de emergência os recursos possam ser direcionados com maior eficiência e assertividade.

2.1. Objetivo Geral

Desenvolver o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, que visem evitar, neutralizar ou minimizar as consequências danosas de eventos, e restabelecer o bem estar social nas áreas atingidas.

2.2. Objetivo Específico

Definida de conformidade com a especificidade de cada desastre ou situações emergenciais, considerando a expertise e atribuições legais de cada órgão administrativo e entidades parceiras envolvidas na ação de resposta.

Assim, foram consideradas hipóteses geradas a partir da vulnerabilidade dos cenários e suas susceptibilidades à ocorrência de desastres, e experiências anteriores considerando cenários de risco de desastres de conformidade com as situações definidas no Plano municipal de redução de Riscos – PMRR.

3. PRINCIPAIS CONCEITOS

Grupo Gestor de Riscos e Desastres (GGRD): instância de articulação entre diversas instituições que integram o Sistema Municipal de Defesa Civil do município de Olinda, pilar essencial na construção da resiliência urbana nas comunidades, garantindo a segurança e a proteção da população frente aos desafios climáticos e ambientais. Responsável pela Coordenação e deliberação das ações e intervenções emergenciais a serem realizadas em situações de riscos, desastres e eventos climáticos extremos

Defesa Civil: Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

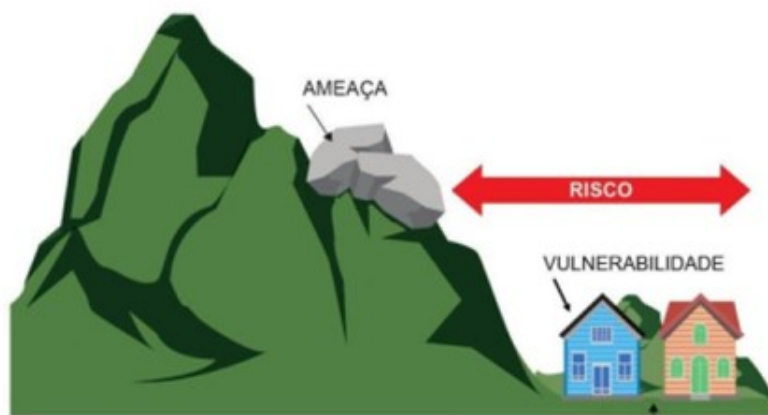
Ameaça: De acordo com a Estratégia Internacional para Redução de Desastres, a ameaça consiste em evento físico, potencialmente prejudicial, fenômeno e/ou atividade humana que pode causar a morte e/ou lesões, danos materiais, interrupção de atividade social e econômica ou degradação ambiental;

Vulnerabilidade: Para a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, a Vulnerabilidade consiste em condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças;



Risco: É a probabilidade de ocorrência de um evento adverso, causando danos ou prejuízos. Usamos a seguinte fórmula: $Risco = Ameaça \times Vulnerabilidade$.

Figura 1: Definição de Risco



FONTE: [HTTPS://DOCPLAYER.COM.BR/158807702-GESTAO-DE-RISCO-E-DESASTRES-EM-DEFESA-CIVIL.HTML](https://docplayer.com.br/158807702-GESTAO-DE-RISCO-E-DESASTRES-EM-DEFESA-CIVIL.HTML)

Desastre: Consiste em uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, que ocasiona perdas humanas e/ou importantes perdas materiais, econômicas ou ambientais; que excedem a capacidade de uma comunidade ou sociedade afetada para fazer frente às situações mediante o uso de seus próprios recursos. (ESTRATÉGIA, 2009, p.13-14);

Resiliência: enfrentamento determinado pela forma como governo e sociedade civil compreendem os riscos que enfrentam e são capazes de se auto organizar. Essa auto-organização visa o aumento da capacidade de adaptação, aprendendo com experiência passadas, planejando o futuro com investimentos em proteção e defesa civil, e realizando ações de boa governança visando o alcance de uma melhor proteção futura, centrada em medidas de redução de riscos de desastres.

Área de risco: Área passível de ser atingida por eventos adversos extremos que causem desastres, geralmente correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda (assentamentos precários). As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais.

Danos: Resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas consequência de um desastre (BRASIL, 2012); os danos são classificados abaixo:

- Danos Humanos: São dimensionados em função do tipo de dano e o número de pessoas afetadas, cabendo especificar o número de: mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e desaparecidos;
- Danos Materiais: Correspondem aos bens imóveis e às instalações que foram danificadas

ou destruídas em decorrência de um desastre, como: instalações de saúde, unidades habitacionais, estradas, escolas entre outras;

- Danos Ambientais: Os principais se referem à: poluição ou contaminação do ar, da água ou do solo, prejudicando a saúde e o abastecimento, diminuição ou exaurimento sazonal e temporário da água, destruição parcial de parques e áreas de preservação ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais;
- Danos Econômicos: Referem-se ao colapso dos seguintes serviços essenciais: assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médico-cirúrgicas, abastecimento de água potável, sistema de esgotamento sanitário, limpeza urbana, sistema de desinfestação e desinfecção do habitat e controle de pragas e vetores, geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, transportes, distribuição de combustíveis, segurança pública e ensino.

Situação de Emergência: Corresponde a uma alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta (BRASIL,2012);

Estado de Calamidade Pública: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta (BRASIL,2012).

4. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS DE RISCOS DO MUNICÍPIO

O objetivo nesta seção é fazer um panorama sobre o perfil de risco do município de Olinda, tanto em seus aspectos físicos e espaciais, quanto de riscos e vulnerabilidades em situações de emergências e desastres.

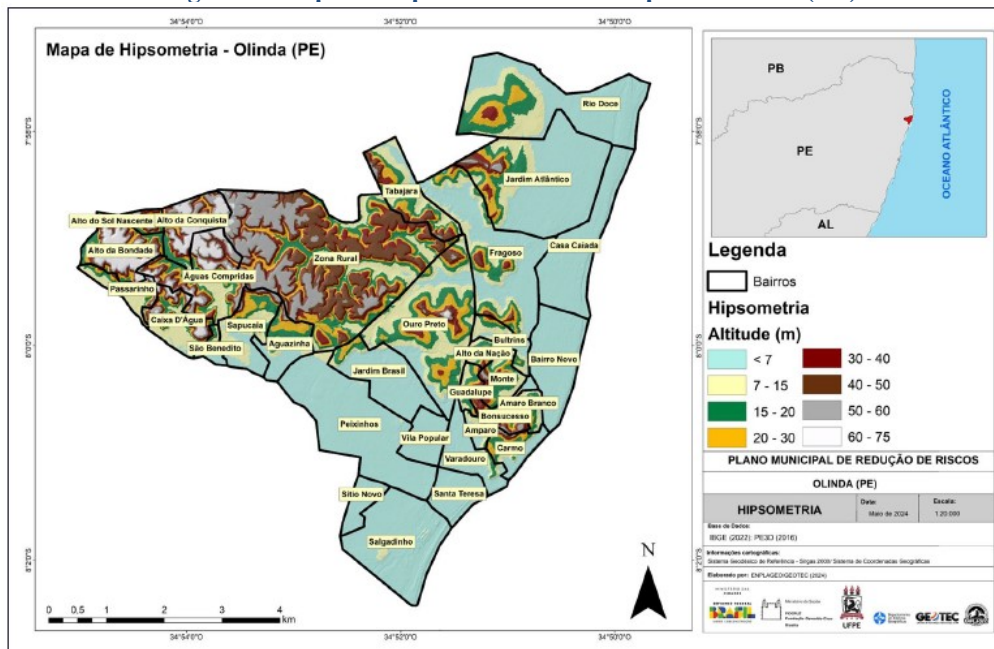
Neste sentido, será inicialmente realizada uma breve explanação sobre os aspectos populacionais, físicos e climáticos; em seguida, faremos uma análise retrospectiva do perfil pluviométrico na cidade, que se caracteriza como o principal **evento adverso** propulsor de risco de desastres em Olinda; para pôr fim fazer um levantamento do mapa de risco levantando as áreas de vulnerabilidade do município.

Terceira maior cidade de Pernambuco, a cidade de Olinda, inserida na Região Metropolitana do Recife (RMR), encontra-se localizada no litoral leste do Nordeste brasileiro, com amplitude média variando de 1m a leste a 73 m a oeste (Figura 2) fazendo divisa com os municípios de Recife e Paulista. Possui uma população de 349.976 habitantes (IBGE, 2022), distribuída numa área de



mais de 43,55 km² de extensão territorial, onde 98,02% residem na zona urbana e apenas 1,98% na zona rural, em mais de 113.238 mil domicílios particulares, dos quais muitos estão sob forte vulnerabilidade nas áreas de morro da cidade.

Figura 2: Mapa de Hipsometria do município de Olinda (PE)

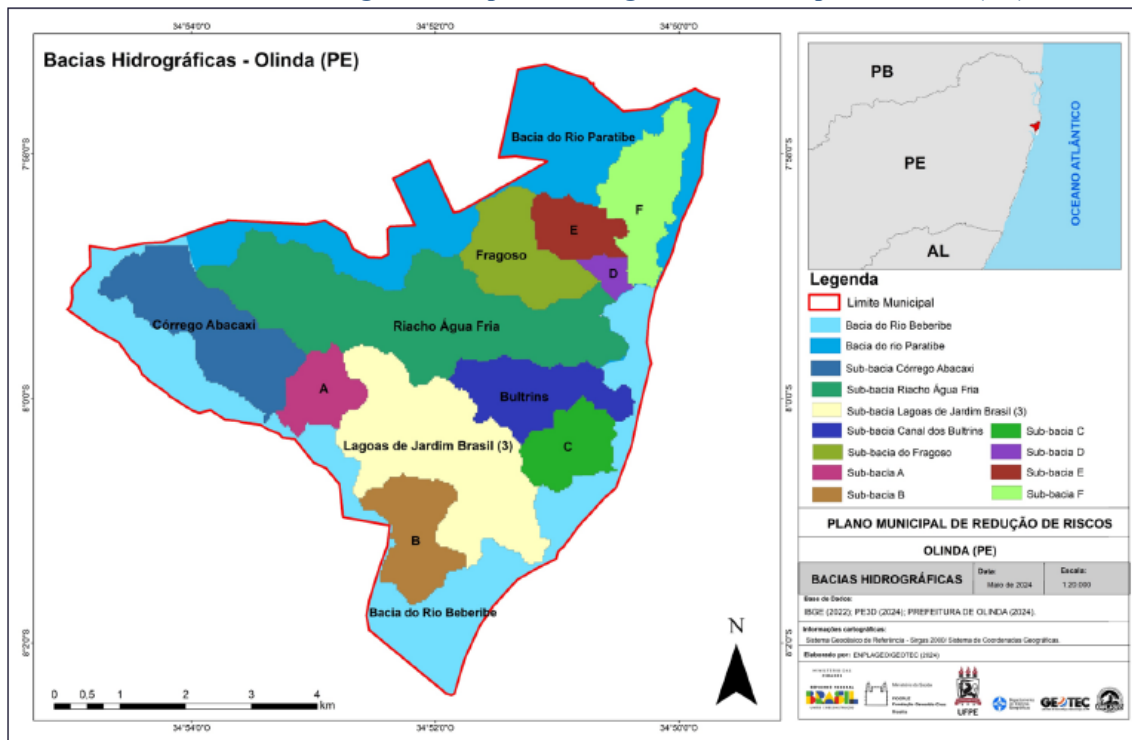


Fonte: ENPLAGE/GEOTEC (2024). Base de dados: PE3D (2016), IBGE (2022).

Segundo levantamentos realizados pelo IBGE (2018) aproximadamente 58.605 habitantes (16,74% da população) ocupam áreas de risco, principalmente em assentamentos precários. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE em 2022, a densidade demográfica bruta do município é de 8.474,00 hab/km², o que o caracteriza como uma área predominantemente urbana.

A rede de drenagem em Olinda é caracterizada por uma variedade de cursos d'água, incluindo rios, riachos e canais, que drenam as águas pluviais e superficiais da área urbana e periurbana. Destacam-se entre esses cursos d'água o Rio Beberibe, o Rio Paratibe, o Canal dos Bultrins e o Canal do Fragoso (CPRH, 2008). A morfologia do terreno influencia a configuração da rede de drenagem, com vales profundos e superfícies planas determinando a direção e o padrão dos fluxos de água (Figura 3)

Figura 3: Mapa de Hidrografia do Município de Olinda (PE)



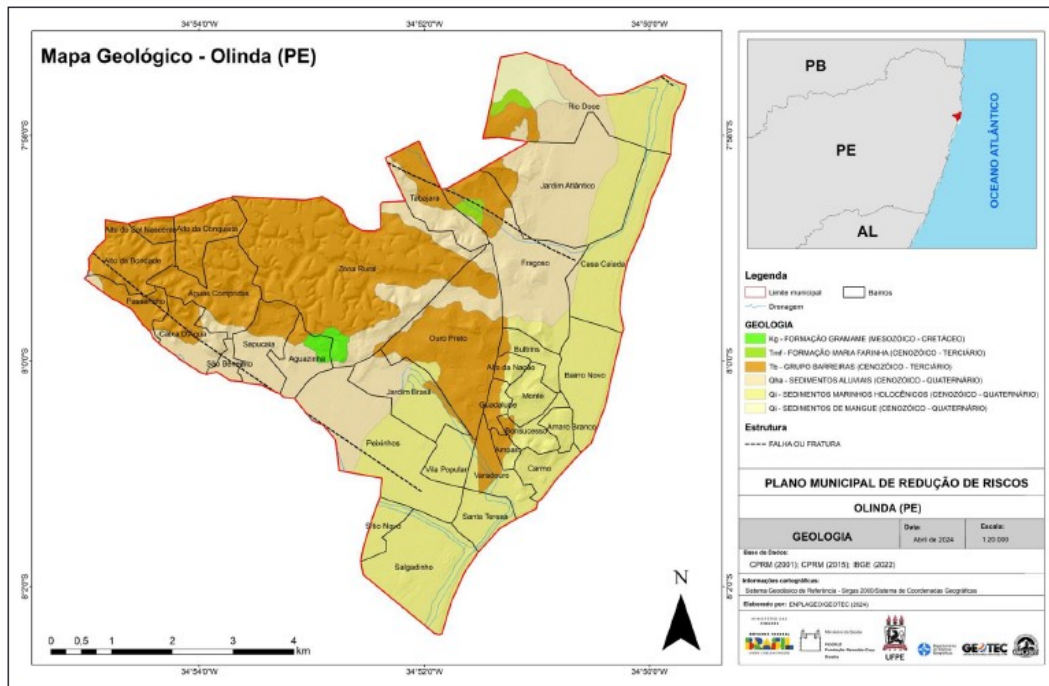
Fonte: ENPLAGEO/GEOTEC (2024). Base de dados: PE3D (2016), IBGE (2022), Prefeitura de Olinda (2024).

Apesar da importância das bacias hidrográficas de Olinda para o abastecimento hídrico, a biodiversidade e o equilíbrio ambiental, essas áreas enfrentam diversos desafios relacionados à degradação ambiental, à poluição dos cursos d'água e às inundações urbanas. A urbanização sem controle adequado, o desmatamento das áreas de preservação permanente (APPs) e o lançamento inadequado de resíduos sólidos e esgotos contribuem significativamente para esses problemas (Silva Júnior et al., 2018).

Quanto às características geológicas (Figura 4), Olinda está localizado na Bacia Paraíba, fazendo parte da faixa sedimentar costeira, intimamente relacionada aos processos de deriva continental, separação dos continentes sul-americano e africano, e à formação do oceano Atlântico (Souza, 2006). O substrato da Bacia da Paraíba é composto por rochas pré-cambrianas que fazem parte da Província Borborema e se comporta como uma rampa estrutural, que mergulha suavemente na direção leste, apresentando blocos falhados com baixo gradiente de rejeito, dividida em três sub-bacias: Olinda, Alhandra e Miriri (Topan, 2018).

Figura 4: Mapa Geológico do município de Olinda (PE)





Fonte: CPRM (2001; 2015).

A Formação Maria Farinha se assenta de forma contígua sobre a Formação Gramame, sem qualquer discordância ou interrupção, inclinando-se para leste e exibindo uma leve ondulação na direção norte-sul (Topan, 2018). Essa formação apresenta uma composição litológica semelhante à da Formação Gramame, com variações laterais de fácies em áreas mais próximas devido a um evento regressivo. Em decorrência dessa regressão, os estratos dessa unidade foram preservados apenas na sub-bacia Olinda, em uma faixa estreita próxima ao litoral (Barbosa et al., 2006; Barbosa, 2007).

A maioria das camadas da Formação Maria Farinha são fóssíferas, contendo tanto macro quanto micro fósseis, incluindo exemplos como os cefalópodes nautilóides e *Hercoglossa lamegoi*, que são exclusivos dessa formação. Do ponto de vista litológico, a formação apresenta, na base, calcários pseudolitográficos, seguidos por calcários detríticos finos, com estratificação bem definida e uma significativa dolomitização. Em direção à porção superior, esses calcários dão lugar a calcários detríticos argilosos e margas calcárias (Topan, 2018).

A Formação Barreiras é composta por sedimentos clássicos de natureza areno-argilosa e laterítica, de origem continental, datando do período terciário. É caracterizada predominantemente por processos fluviais, evidenciados por três sistemas deposicionais principais denominados fácies: fácies de leque aluvial proximal, leque aluvial/planície aluvial e fácies de canal fluvial entrelaçado (Alheiros et al., 1988; Bandeira, 2010).

As fácies sedimentares da Formação Barreiras foram categorizadas com base nas características distintas desses sedimentos em ambientes específicos, refletindo processos de transporte,

deposição e diagênese estreitamente relacionados às variações nos sistemas deposicionais continentais (Alheiros e Lima Filho, 1991). No município de Olinda, se apresentam como tabuleiros costeiros de grande extensão.

Os Sedimentos Aluviais são encontrados nos vales dos principais rios (Beberibe e Paratibe) e riachos, e são compostos por uma mistura de areia e argila, exibindo uma diversidade de tamanhos de grãos e formas morfológicas. Os sedimentos Marinhos Holocênicos se caracterizam por planícies com altitudes variando entre 7 e 10 metros, compostas principalmente por areias quartzosas de granulação média a grossa. Os grãos são predominantemente subarredondados a arredondados, com uma seleção moderada (Figura 2.4).

Os sedimentos de Mangue são caracterizados por sedimentos lamosos, que incluem areias, siltes e argilas (Figura 2.3). A fração arenosa é principalmente composta de quartzo, com uma baixa presença de mica e alguns minerais pesados. Já a fração argilosa, que predomina, é composta principalmente por caulinita, esmectitas e ilitas. Em geral, esses sedimentos contêm uma grande quantidade de biodetritos (Valença, 2017).

4.2. Análise do perfil pluviométrico da cidade

Do ponto de vista climático, o Nordeste do Brasil (NEB) pode ser caracterizado como uma área onde as interações entre o oceano e a atmosfera desempenham um papel significativo na determinação das variações interanuais acentuadas da precipitação. Ao longo do ano, o EB permanece sob a influência das altas pressões subtropicais associadas ao anticiclone semifixo do Atlântico Sul (ASAS). No entanto, a variação na distribuição das chuvas nessa região está relacionada às mudanças na circulação atmosférica, incluindo a influência de sistemas frontais e do cavado equatorial, como a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) (Kayano e Andreoli, 2009).

Na porção oriental do NEB, o padrão de precipitação é fortemente afetado pelos Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOLs), sistemas meteorológicos de escala sinóptica que se originam na baixa troposfera tropical e avançam para o oeste sobre o Atlântico Sul durante todo o ano. Esse fenômeno é especialmente pronunciado durante as estações de outono e inverno no hemisfério sul, resultando em volumes significativos de precipitação concentrada em poucos dias (Machado et al., 2012; Silva et al., 2021).

Molion e Bernardo (2002) destacaram que, com a chegada de sistemas frontais do Hemisfério Sul (HS), ocorre a formação de uma zona de convergência ao longo da costa leste do Nordeste (ZCEN), tornando-se o principal mecanismo dinâmico para a produção de chuvas na região leste



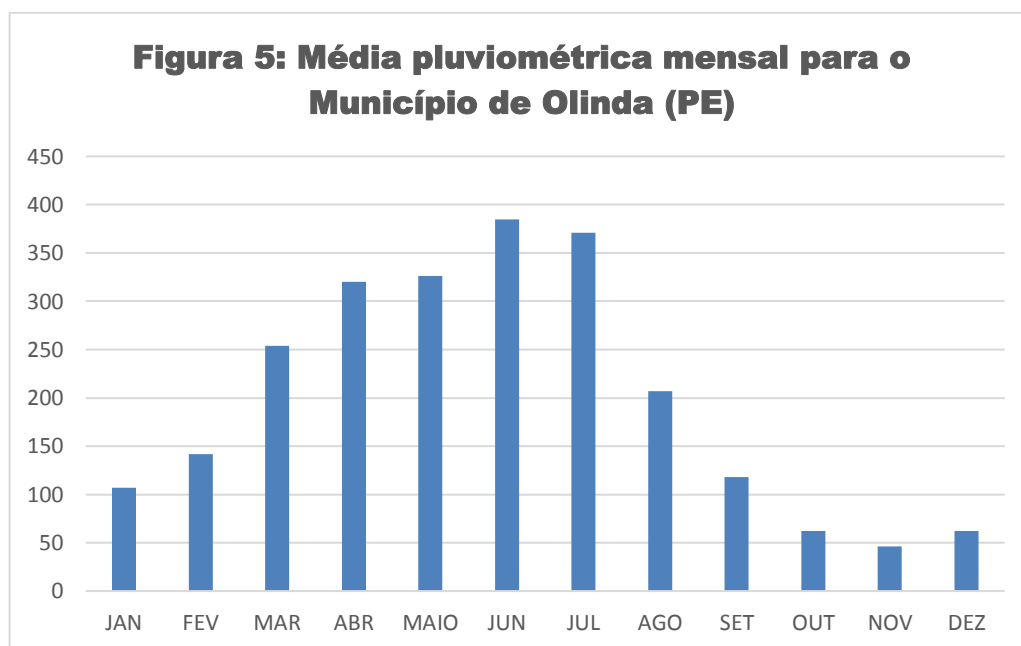
do Nordeste (ENE).

Conclui-se, portanto, que as condições climáticas em Olinda, localizado na faixa litorânea do ENE, caracterizam-se como sendo tropical quente e úmido, com temperatura média anual de 26°C.

Em relação aos indicadores pluviométricos, a cidade de Olinda possui um perfil de chuvas cíclicas que tendem a aumentar a partir do mês de março com uma média histórica dos últimos 27 anos de 123,3 mm de chuvas, atingindo o pico em junho com média histórica de 332,4 mm de chuvas no mês. A precipitação média anual é de 1.903,38 mm, com valores máximos de precipitação concentrado entre os meses de abril a agosto (outono-inverno), como é possível observar na tabela de indicadores abaixo:

Tabela 1: Indicadores Pluviométricos

JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
107	142	254	320	326	385	371	207	118	62	46	62	2400



Fonte: APAC (<https://www.apac.pe.gov.br/193-climatologia/521-climatologia-por-municipio>)

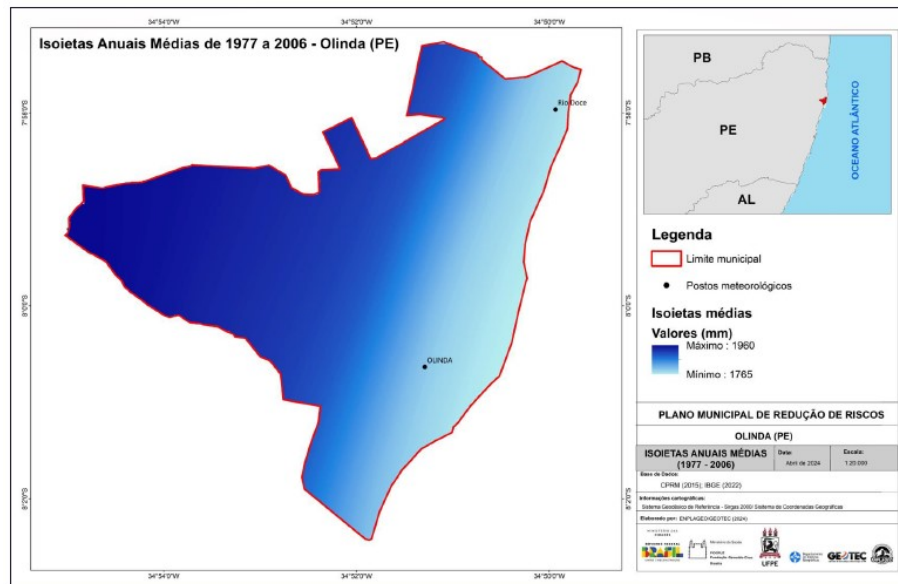
Observações: 1. valores contabilizados em milímetro (mm)

- Um milímetro de chuva equivale a 1 litro de água distribuído em uma área de 1 metro quadrado (1m²)

3. Quadra chuvosa; é o período do ano, concentrado no primeiro semestre, com maior volume e frequência de chuvas, sendo o termo mais utilizado para descrever os meses de **ABRIL a JULHO** no município de Olinda

A distribuição espacial das chuvas representada pelas isoietas anuais médias para o período de 1977 a 2006, elaborada pela CPRM (2015) (Figura 6) ilustra como as linhas de instabilidades (LIs) são influenciadas pela circulação das brisas marítimas, em conjunto com a variabilidade diurna (que envolve a brisa marítima e o aquecimento terrestre). Essas linhas de instabilidades estão associadas a atividades convectivas que se iniciam próximo à costa no início da tarde e continuam a se deslocar para o interior do continente durante a noite (Cohen et al., 2009).

Figura 5: Isoietas anuais média de 1977 a 2006 para o município de Olinda (PE)



Fonte: CPRM (2015).

Outro fator importante que deve ser considerado é a posição dos ventos alísios, que na costa do Nordeste são de leste/nordeste no começo do ano e de sudeste durante o período de abril a julho, o que coincide com a época chuvosa em Olinda. Sendo assim, durante a estação chuvosa de outono/inverno, os ventos sopram perpendicular à costa – de sudeste – favorecendo a ocorrência de convergência noturna no interior do continente (Cavalcanti, 1982; Servain e Lukas, 1990).

4.3. Análise dos aspectos geomorfológicos da cidade

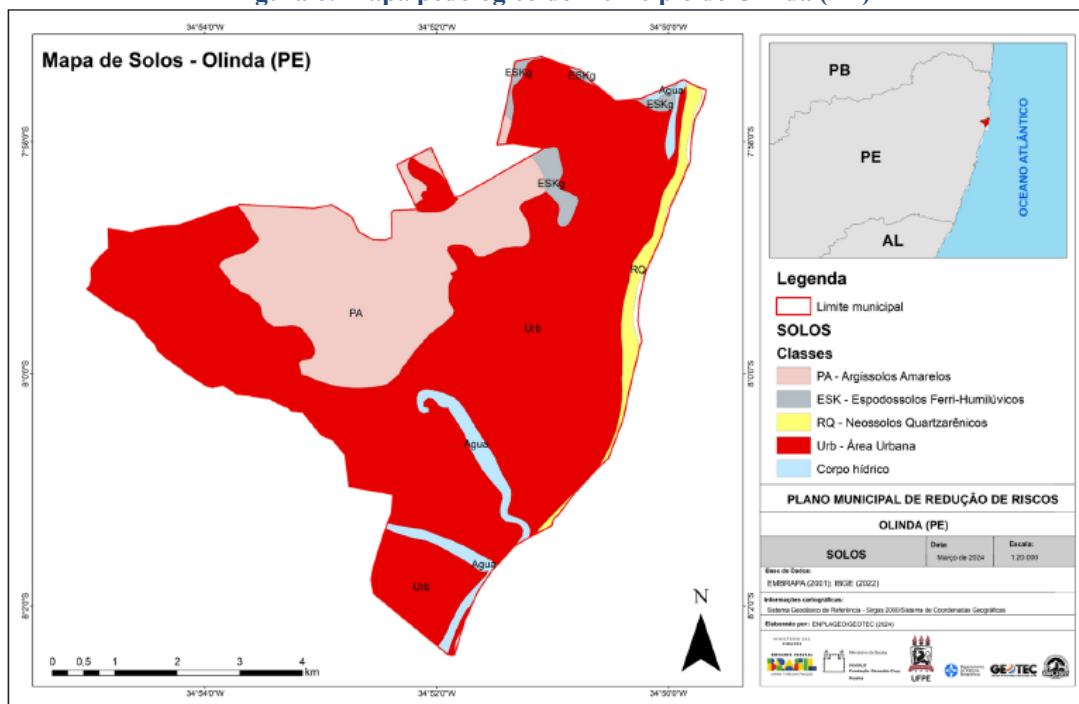
A cidade de Olinda apresenta uma grande diversidade de ambientes ao longo de seu território, evidenciada pela amplitude altimétrica e variação topográfica como resultado da interação de processos de formação e evolução que estão ligados a fatores tectônicos e sedimentares ocorridos em diversas escalas temporais.

O contexto geomorfológico em Olinda pode ser hierarquizado utilizando uma proposta de subdivisão geotectônica, no qual as unidades de maior táxon estão associadas aos limites entre as bacias sedimentares marginais do Cenozóico, juntamente com os processos deposicionais recentes ao longo da linha de costa (IBGE, 2009; 2022).

O clima da Região Metropolitana do Recife (RMR) está intimamente ligado à formação dos solos. As elevadas taxas de umidade e as temperaturas elevadas favorecem os processos de intemperismo químico dos solos, levando à decomposição dos minerais mais suscetíveis (Alheiros et al., 2003; Bandeira, 2010).

Em se tratando da cobertura pedológica, Olinda reflete a pedogênese de clima úmido, portanto, seu estágio de desenvolvimento esteve subordinado à sua posição na superfície. Com uma área urbanizada de 36,73 km², o que representa 71,68% do município, a classificação dos solos não foi realizada. Baseando-se Levantamento de Reconhecimento de Baixa e Média Intensidade dos Solos do Estado de Pernambuco (ZAPE) da Embrapa (2001), os 6,82 km² restantes do município revelam predominância de argissolos amarelos (21,49%), seguidos por neossolos quartzarênicos (2,33%) e espodosolos (1,47%) (Figuras 7 e 8).

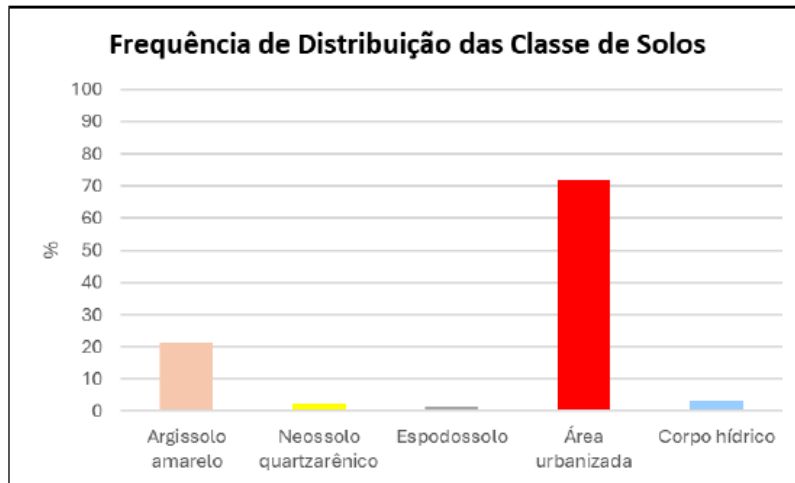
Figura 6: Mapa pedológico do município de Olinda (PE)



Fonte: EMBRAPA (2001).

Figura 7: Percentual da distribuição das classes de solos no município de Olinda (PE)



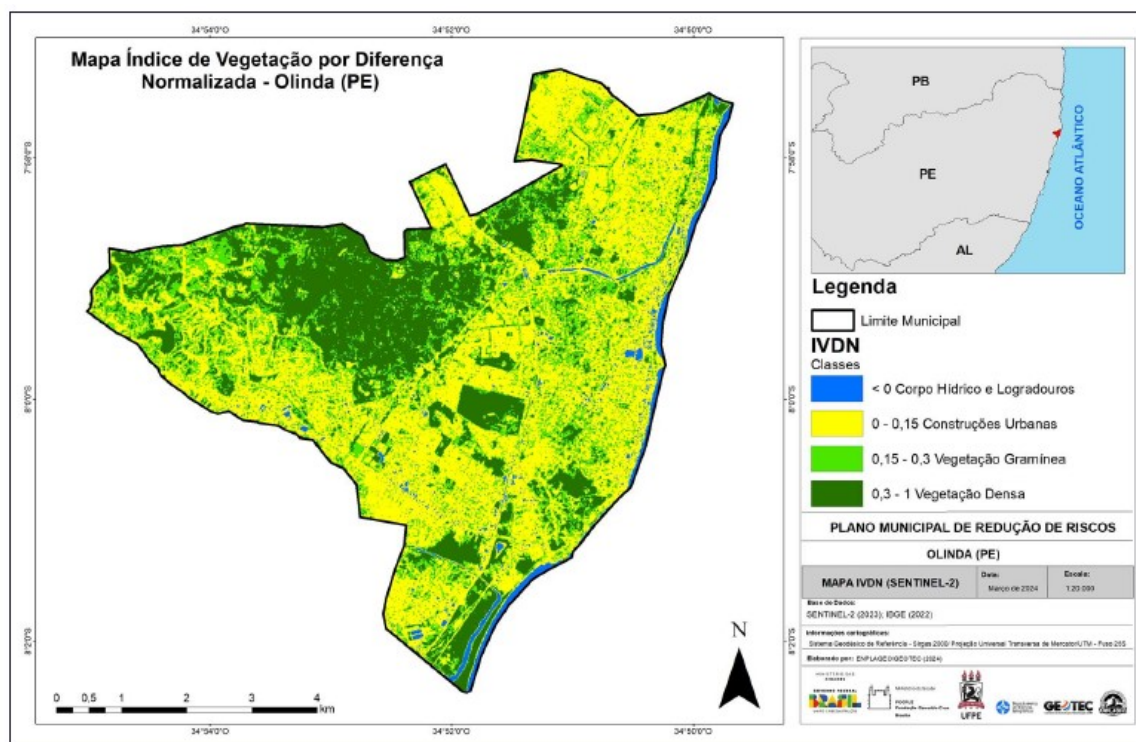


Fonte: ENPLAGEO/GEOTEC (2024).

Contudo, a vegetação presente no município de Olinda é influenciada por diversos fatores, incluindo condições climáticas, características geológicas e atividades humanas. Estudos fitogeográficos têm sido conduzidos para compreender a composição e a distribuição das formações vegetais nesta região.

Segundo Lopes et al. (2022), as principais formações vegetais encontradas em Olinda incluem a Mata Atlântica, caracterizada por uma diversidade biológica excepcional, formação predominante, e uma grande variedade de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, a vegetação de restinga e áreas de vegetação secundária resultantes de processos de sucessão ecológica (Figura 9).

Figura 8: Mapa de índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) para o município de Olinda (PE)



Fonte: ENPLAGEO/GEOTEC (2024). Base de dados: SENTINEL (2023), IBGE (2022).

No entanto, devido à intensa urbanização e fragmentação do habitat, a cobertura vegetal nativa tem sido significativamente reduzida ao longo das últimas décadas (Oliveira Júnior, 2015). Isso resultou na expansão de áreas urbanas e na substituição de formações vegetais naturais por espaços construídos, agricultura e áreas degradadas.

Estudos recentes de monitoramento ambiental têm destacado a importância da preservação de remanescentes de vegetação nativa em Olinda para a conservação da biodiversidade e para a promoção da qualidade ambiental (Lopes et al., 2022). Vital et al. (2000), por exemplo, esclarecem que estratégias de recuperação e manejo sustentável de áreas verdes em Olinda têm sido propostas como medidas para mitigar os impactos da urbanização acelerada e promover a coexistência harmoniosa entre a população humana e a vegetação nativa.

4.4. Diagnóstico do cenário de risco do município de Olinda

Com o agravamento de eventos extremos associados às mudanças do clima, espera-se um aumento de eventos como alagamentos, intensificação das ondas de calor, maior proliferação de vetores de doenças e o aumento do nível médio do mar, o que torna evidente a urgência em entender os riscos aos quais a cidade está exposta e demonstrar como a cidade irá se adaptar e melhorar sua resiliência atual em cenários futuros de mudanças do clima (CAF, 2019).

Epidemiologicamente registra-se que Olinda enfrenta há anos problemas contínuos relacionados a movimentos de massa, alagamentos e inundações no município. A necessidade de moradia, a exclusão social e o estilo de planejamento urbano adotado no município levaram a população de baixa renda a fazer escolhas residenciais com base na acessibilidade financeira, optando por áreas edificáveis de baixo custo imobiliário e normalmente, localizado em áreas suscetíveis a estes processos.

As inundações são eventos hidrológicos causados por chuvas intensas, levando ao aumento do nível da água nos cursos d'água, resultando em transbordamentos que impactam as áreas de planície e os terraços adjacentes aos rios (Bitar, 2014). Os impactos das inundações vão desde os prejuízos imediatos às casas e à infraestrutura urbana até implicações mais amplas, abarcando danos ambientais, econômicos e sociais significativos, capazes de prejudicar a economia local e a qualidade de vida dos moradores.

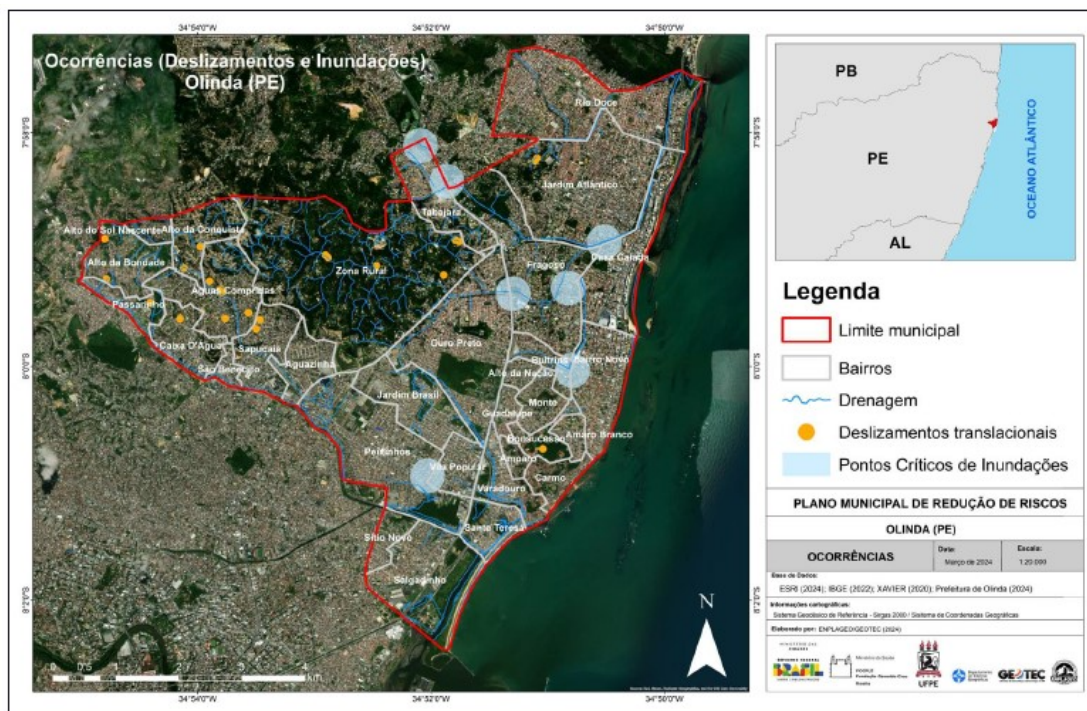
No município de Olinda os altos valores de risco relacionados a alagamentos e inundações surgem a partir do processo de ocupação da planície aluvionar dos rios Beberibe, Paratibe e afluentes, canal dos Bultrins e Canal do Fragoso, responsáveis pela maior parte do escoamento das águas superficiais na região. Algumas condições geomorfológicas e ambientais contribuem para essa ameaça ser amplamente distribuída, tais como o relevo plano, as baixas cotas de seu território, com altitudes dominantes entre 2,5 a 5 metros acima do nível médio do mar, a rede de drenagem da região, o lençol freático próximo à superfície e aflorante na estação chuvosa.

Por outro lado, intervenções inadequadas nas encostas são perceptíveis, como a má configuração dos cortes, com altura e inclinação que não atendem aos padrões aceitáveis para o material removido, colocando em risco a estabilidade das construções. Além disso, são observados o lançamento de aterros sem compactação, o uso de vegetação inadequada e o descarte direto de efluentes domésticos, juntamente com a proximidade das fossas em relação às bordas das encostas. Esses fatores aumentam a infiltração e a sobrecarga, contribuindo significativamente para a instabilidade das encostas (CPRM, 2015).

As razões para esses impactos adversos podem incluir alterações no sistema de drenagem natural, o deslocamento de águas pluviais para outras áreas não previstas e possíveis falhas no planejamento ou execução da obra. Nesse contexto, a Figura 10 destaca as áreas de ocorrência de deslizamentos e inundações no município, objeto de mapeamento pelo PMRR.

Figura 9: Mapa com distribuição das ocorrências de deslizamentos translacionais e inundações no município de Olinda (PE)





Fonte: ENPLAGEO/GEOTEC (2024). Base de dados: Xavier (2020), IBGE (2022), Prefeitura de Olinda (2024), ESRI (2024).

4.4.1 Cenários de suscetibilidade a escorregamento de massas

Os resultados das modelagens de suscetibilidade foram desenvolvidos no PMRR Olinda a partir de três diferentes cenários gerados pelo SHALSTAB, uma vez que permitiram identificar áreas de maior instabilidade nas encostas, com base nos parâmetros geotécnicos obtidos.

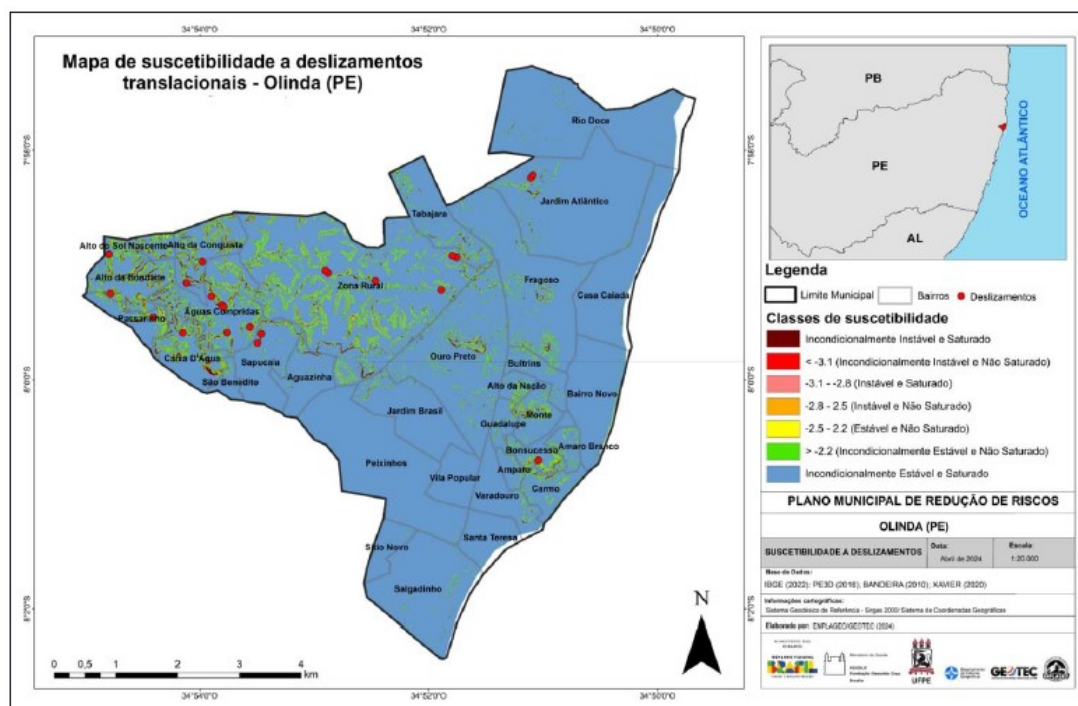
Assim, após análise de todos os cenários de suscetibilidade gerados, pode-se concluir que o cenário que representa de forma mais precisa a suscetibilidade a deslizamentos translacionais rasos no município de Olinda, com maior correspondência entre as classes previstas com indicadores de suscetibilidade e a ocorrência efetiva de deslizamentos nessas áreas, demonstrou uma Frequência de distribuição (FD) de 11% para as classes instáveis e 86% para as classes consideradas estáveis e alta concentração de ocorrências de deslizamentos (CD) nas classes instáveis, totalizando 72%.

Nesse cenário, as classes incondicionalmente instáveis e saturadas e classes incondicionalmente instáveis e não saturadas apresentaram uma FD de 5% e 6%, respectivamente. As classes de média estabilidade somaram, 3%; A classe incondicionalmente estável e saturada apresentou uma FD de 79%, enquanto a classe incondicionalmente estável e não saturada apresentou uma FD de 7%.

Em relação à CD do cenário a classe considerada a mais instável, incondicionalmente instável e saturada, registrou uma CD de 38%, enquanto a classe incondicionalmente instável e não saturada apresentou 34% de CD. As classes estáveis registraram valores de 19% e 4% de CD

para as classes incondicionalmente estáveis e saturada e incondicionalmente estáveis e não saturadas, respectivamente. As classes de média estabilidade totalizaram um percentual de CD de 5% (Estável e não saturada - 0%; Instável e não saturada - 1%; Instável e saturada - 4%) De forma complementar, foram ainda observadas que as classes instáveis estão localizadas nas encostas dos tabuleiros conservados, que apresentam uma inclinação acima de 45%, as classes estáveis abrangem uma parte significativa do município, caracterizando-se predominantemente por áreas planas e/ou suavemente onduladas, tais como fundos de vale e planícies fluviais e marinhas. Além disso, mesmo com a baixa FD de classes instáveis nesse cenário, foi observada uma concordância significativa de deslizamentos nessas classes, o que reforça a eficácia da previsão.

Figura 10: Mapa de suscetibilidade a deslizamentos, simulado pelo modelo SHALSTAB, para o Município de Olinda (PE)



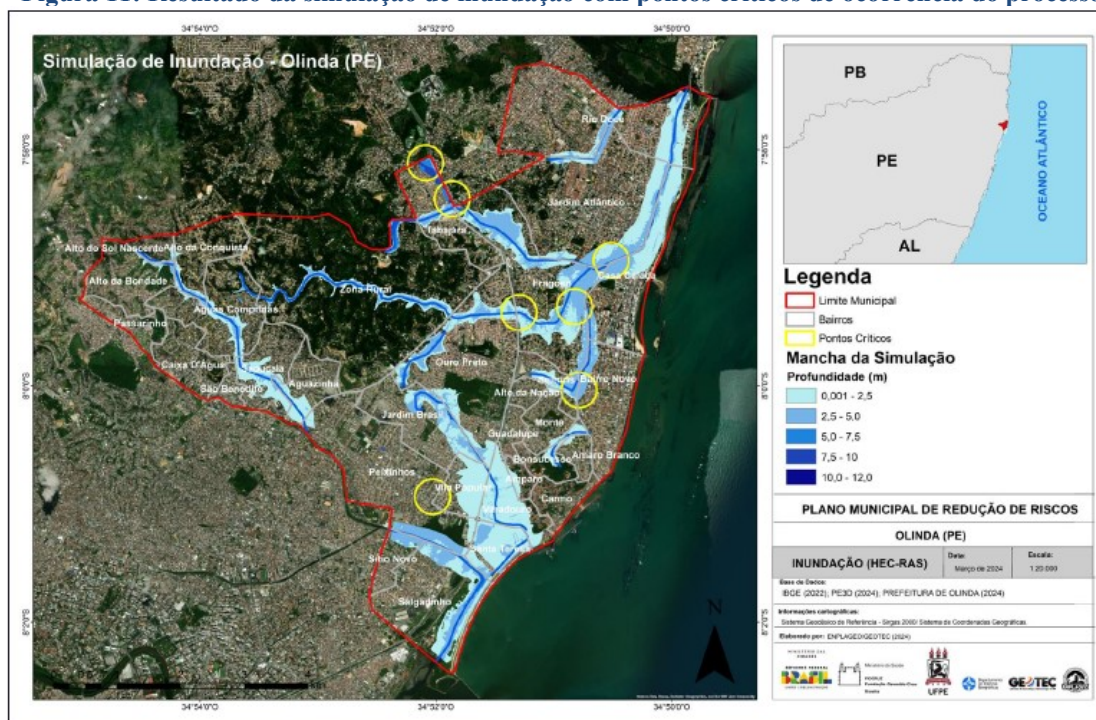
Fonte: ENPLAGEO/GEOTEC (2024). Base de dados: IBGE (2022), PE3D (2016), Bandeira (2010), Xavier (2020).

4.4.2 Cenários de suscetibilidade a alagamentos e inundações

A representação das áreas susceptíveis a inundações/alagamentos é gerada a partir da profundidade obtida por meio da simulação realizada com o modelo HEC-RAS ao longo dos cursos de água identificados no mapa de drenagem, produzindo como resultado manchas que representam as áreas susceptíveis à inundações durante eventos de precipitação intensa ou aumento do nível dos corpos d'água. A análise dessas manchas de inundações possibilita a identificação das áreas de maior risco e orienta o desenvolvimento de estratégias para mitigação e resposta a desastres.

Por meio das ocorrências registradas, complementada por outras informações disponíveis no banco de dados existente na defesa civil municipal, é possível estabelecer uma conexão entre a modelagem computacional e a realidade de campo, obtendo-se um resultado mais amplo e detalhado sobre a suscetibilidade das áreas urbanas a eventos extremos de precipitação, como mostrado na Figura 12.

Figura 11: Resultado da simulação de inundação com pontos críticos de ocorrência do processo



Fonte: ENPLAGEO/GEOTEC (2024). Base de dados: PE3D (2016), IBGE (2022), Prefeitura de Olinda (2024).

Através do ANEXO I – Caderno de mapas do Plano Municipal de redução de Riscos – PMRR – 2024 são apresentados mapas detalhados de cenário de riscos de desastres com indicativos do Grau de Risco associado.

4.5. Gestão de Risco e Desastres (GRD)

A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil. Estabelece também que a Proteção e Defesa Civil brasileira são organizadas sob a forma de um sistema – o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), composto pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e, também, pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil.

Nesse contexto, a gestão do risco e o gerenciamento dos desastres integram de forma sistêmica o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil. Na Figura 2, pode-se visualizar o ciclo completo de



ações de Proteção e Defesa Civil.

Figura 12: Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil
GESTÃO DE RISCOS



A gestão do risco e desastre consiste, portanto, em um processo sistemático que utiliza diretrizes administrativas, capacidades organizacionais e operacionais, para programar melhores estratégias, políticas e capacidades de resposta para reduzir os riscos de desastres e potenciais impactos. Visa evitar, diminuir ou transferir os efeitos adversos dos perigos por intermédio de atividades e medidas de prevenção, mitigação e preparação.

Exige a participação ativa de pessoas e grupos em diferentes níveis. A combinação e a articulação de todas as forças, atributos e recursos disponíveis em uma comunidade, sociedade ou organização deve ser feita no período de normalidade e a prática sistemática de gerir a incerteza para minimizar os danos e as potenciais perdas é que fará a diferença.

Os Modelos Integrados, GR e GD garantem a participação social na gestão, premissa da Gestão de Risco e Desastre. Um modelo de GRD considera os atores sociais “e a interdependência entre as dimensões gestoras, suas ações e seu processo de continuidade e não linearidade de gestão” (Ávila & Mattedi, 2017, p. 352).

Considerando as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, regulamentada pela LEI Nº 12.608/2012, às ações da Defesa Civil estão voltadas para a redução dos riscos e gerenciamento de desastre, de acordo com as fases determinadas pela figura a seguir:

Figura 13: Fases da Gestão de Risco e Gerenciamento de desastres





FORNTE: MDR, 2022.

Em âmbito municipal, o órgão responsável pelas ações de Proteção e Defesa Civil é a Secretaria Executiva de Defesa Civil de Olinda - SEDEC, que realiza uma gestão integrada dos riscos de desastres, tendo como eixos estratégicos:

- Defesa civil permanente;
- Ação descentralizada;
- Administração de proximidade;
- Equipe multidisciplinar;
- Visão sistêmica dos espaços;
- Integração dos órgãos do sistema;
- Intervenção estrutural continuada;
- Participação direta da população;
- Construção de desenvolvimento local para RRD- redução de risco e desastres

Como estratégia inicial para efetividade na gestão de risco, a SEDC/SGU/PMO se estruturou física e tecnicamente de modo a atender as especificidades da cidade e sua topografia desafiadora. Neste sentido, a Defesa Civil de Olinda instalou estruturas físicas descentralizadas, situadas estrategicamente na área de maior suscetibilidade de desastres, localizada na Estrada de Águas Compridas, no antigo Terminal do Caenga, a fim de garantir eficiência e maior agilidade nas respostas em situações emergenciais.

A Defesa Civil de Olinda, estrutura executiva da Secretaria de Gestão Urbana (SGU), dispõe de uma sede própria, a qual compreende as Diretorias de Engenharia, de Operações Terrestre, de Cortes; Assessoria Especial de Proteção e Defesa Civil, Gerências de Atenção Social, e o Grupo de Apoio a Desastres (GADE).

Neste espaço também se encontra em funcionamento 24h a Sala de Monitoramento da Defesa Civil, com equipe de supervisores e plantonistas que trabalham no período noturno e nos finais de semana, cuja função é acompanhar em tempo real as entradas das ocorrências através da Central de Atendimento, previsão meteorológica junto aos órgãos da esfera federal e estadual de



monitoramento, atualizar a plataforma digital, e emitir os sinais de alerta a população.

Dentro da estrutura da SEDC/SGU/PMO, encontra-se ainda a Central de Atendimento (0800.081.0060) que funciona 24h, para registro de solicitações da população, no que diz respeito a vistoria técnica preventiva e emergencial, monitoramento, colocação de lona plástica, pequenos serviços, execução de obras, dentre outras situações relacionadas a proteção e defesa civil.

Ainda dentro da estrutura, a Defesa Civil de Olinda dispõe de ambiente próprio para armazenamento de lonas plásticas, materiais e equipamentos para pronto emprego em ações de mitigação dos desastres.

Com essa estruturação, a SEDC/SGU/PMO vem atuando de forma sistêmica, desenvolvendo ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, visando atender as diretrizes da Lei nº 12.608/2012.

4.6. Mapeamento de cenários de risco da cidade

As ações de Defesa Civil dependem de informações sobre o território e suas características de riscos para poder planejar e executar suas ações. Assim, compreender o perfil de risco da cidade de Olinda é fundamental. Durante o ano, é realizado um intenso e constante trabalho de mapeamento das áreas susceptíveis a desastres, dando suporte para o planejamento de ações de prevenção e minimização. Muitas dessas informações têm um foco gerencial, dando base para as ações de resposta e gerenciamento.

Para tanto, a estruturação de uma Central de Monitoramento e a presença de técnicos capacitados trabalhando em regime de plantão se apresenta como essencial, pois possibilita a emissão de relatórios de demandas e alertas aos gestores da SEDC/SGU/PMO, oportunizando o planejamento e, quando necessário, o redirecionamento de ações preventivas e de resposta.

O Plano Municipal de Redução de Risco do município, fruto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT Nº 001/2023) entre o Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Periferias), a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal de Pernambuco, foi finalizado e apresentado à sociedade em Audiência Pública para validação, no dia 04 de setembro de 2025, e encontra-se disponível no endereço eletrônico do ENPLAGEO - Grupo de Pesquisa em Geotecnologias Aplicadas a Geomorfologia de Encostas e Planícies – UFPE (<<https://www.ufpe.br/enplageo>>).

A preparação do PMRR seguiu as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco da Secretaria Nacional de Periferias – DPR/SNP/MC, com base no guia fornecido para sua elaboração, combinando-se com o conhecimento técnico especializado da equipe local de Pernambuco. Adicionalmente, destaca-se a publicação do Decreto Municipal nº 234/2023, de 27 de dezembro de 2023, que institui o Comitê Gestor de Redução de Riscos de



Desastres (CGRRD) no município de Olinda. Esse decreto simplifica a cooperação logística e a troca de informações entre as equipes da Prefeitura Municipal e a equipe técnica da UFPE durante os procedimentos de mapeamento das áreas de risco.

As tabelas abaixo destacam os dados levantados preliminarmente e ainda em atualização pelo Plano Municipal de Redução de Risco quanto aos setores de riscos de deslizamento e inundação por bairro e risco.

Tabela 2: Dados preliminares de localidades com maior concentração de pontos em áreas de deslizamento

Quantidade de setores por bairro (deslizamento)	
Águas Compridas	32
Caixa D'Água	24
Alto da Bondade	24
Monte	12
Aguazinha	5
Zona Rural	4
Sapucaia	5
Alto da Conquista	8
Alto da Nação	3
Alto do Sol Nascente	5
Amaro Branco	1
Bonsucesso	2
Fragoso	7
Guadalupe	1
Jardim Atlântico	2
Ouro Preto	3
Passarinho	3
Tabajara	2
Total de setores mapeados preliminarmente	143

Tabela 3: Dados preliminares de localidades com maior concentração de pontos em áreas de inundação

Quantidade de setores por bairro (inundação)	
Santa Teresa	3
Peixinhos	13
Salgadinho	3
Sítio Novo	4
Varadouro	6
Monte	1
Casa Caiada	1
Fragoso	14
Jardim Atlântico	7
Rio Doce	5
Ouro Preto	4
Jardim Brasil	6
Sapucaia	3
Aguazinha	1
Caixa D'água	1

Alto Sol Nascente	1
Passarinho	2
Águas Compridas	1
Total de setores mapeados preliminarmente	76

Tabela 4: Relação por bairro de setores de inundação de risco R2

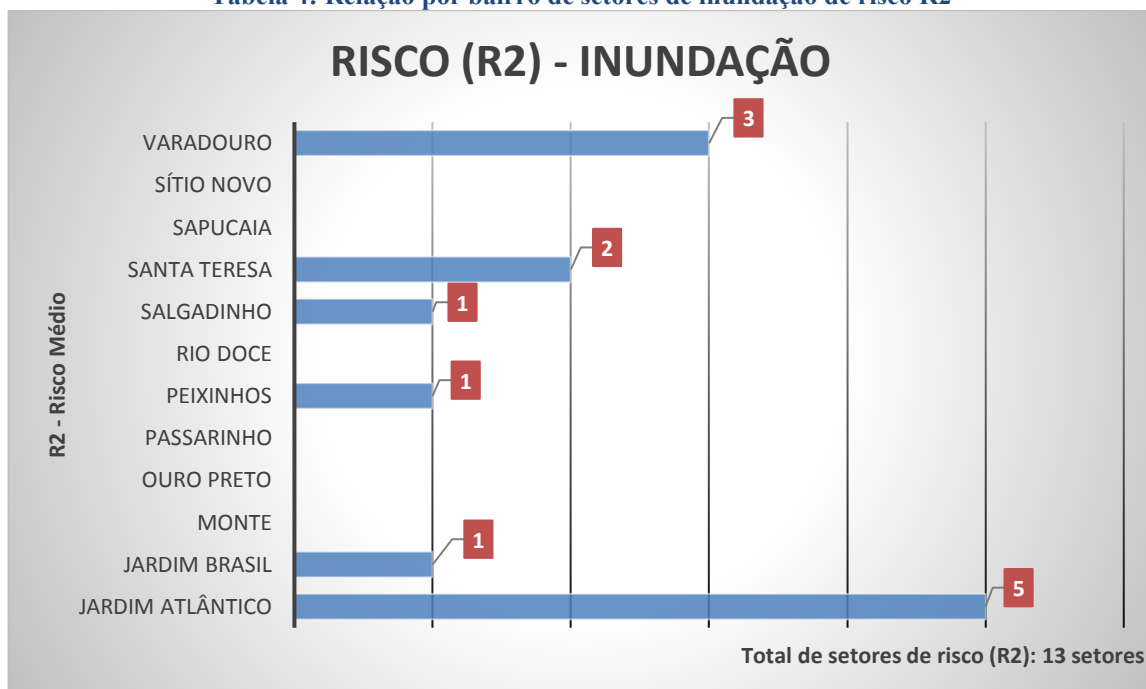


Tabela 5: Relação por bairro de setores de inundação de risco R3

RISCO (R3) - INUNDAÇÃO

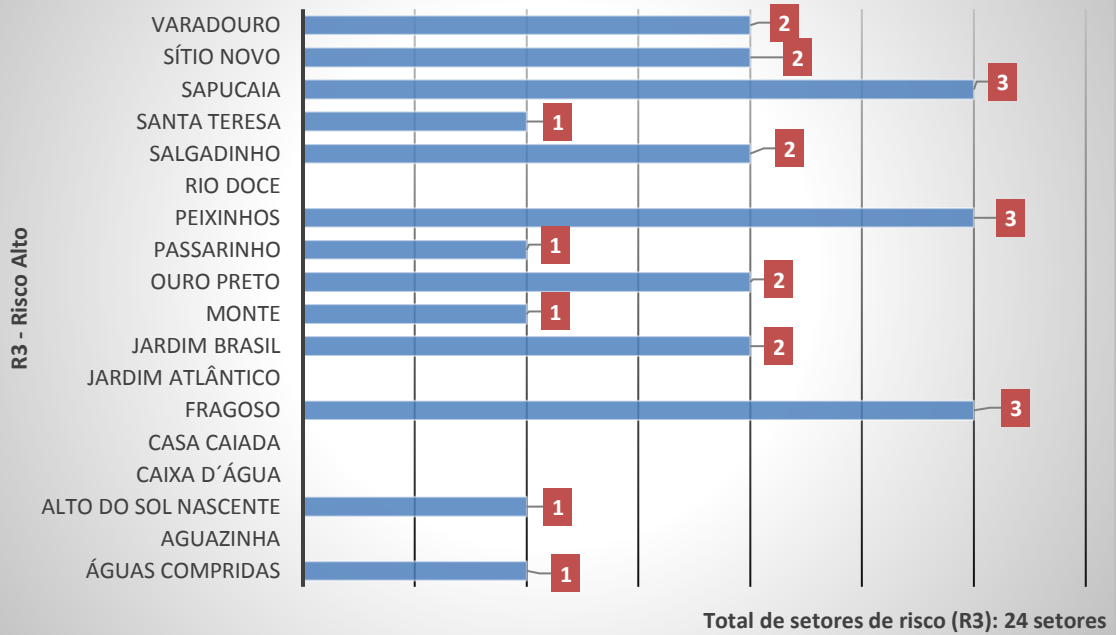


Tabela 6: Relação por bairro de setores de inundação de risco R4

RISCO (R4) - INUNDAÇÃO

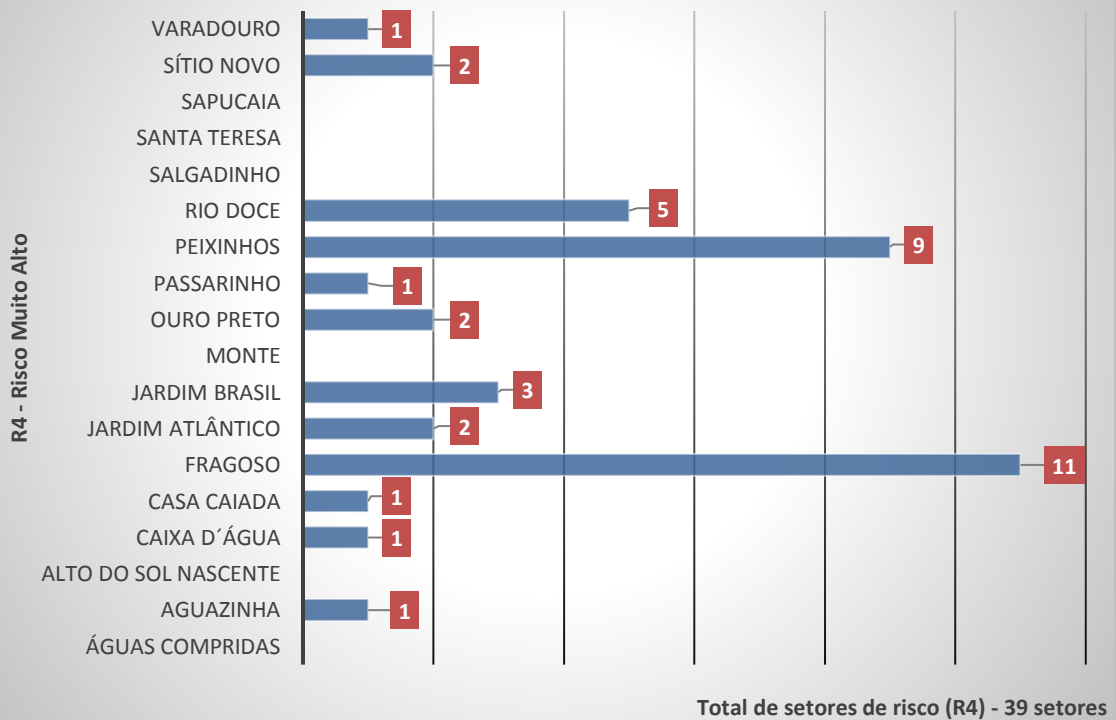


Tabela 7: Relação por bairro de setores de deslizamento de risco R2

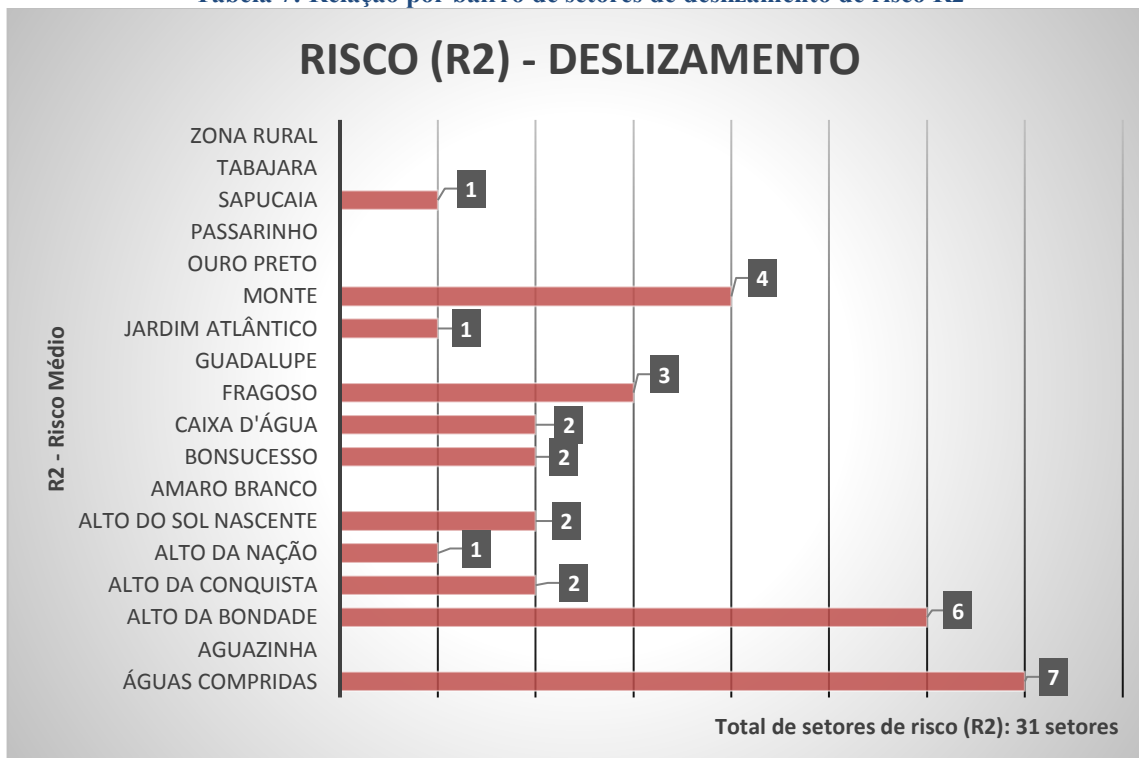


Tabela 8: Relação por bairro de setores de deslizamento de risco R3

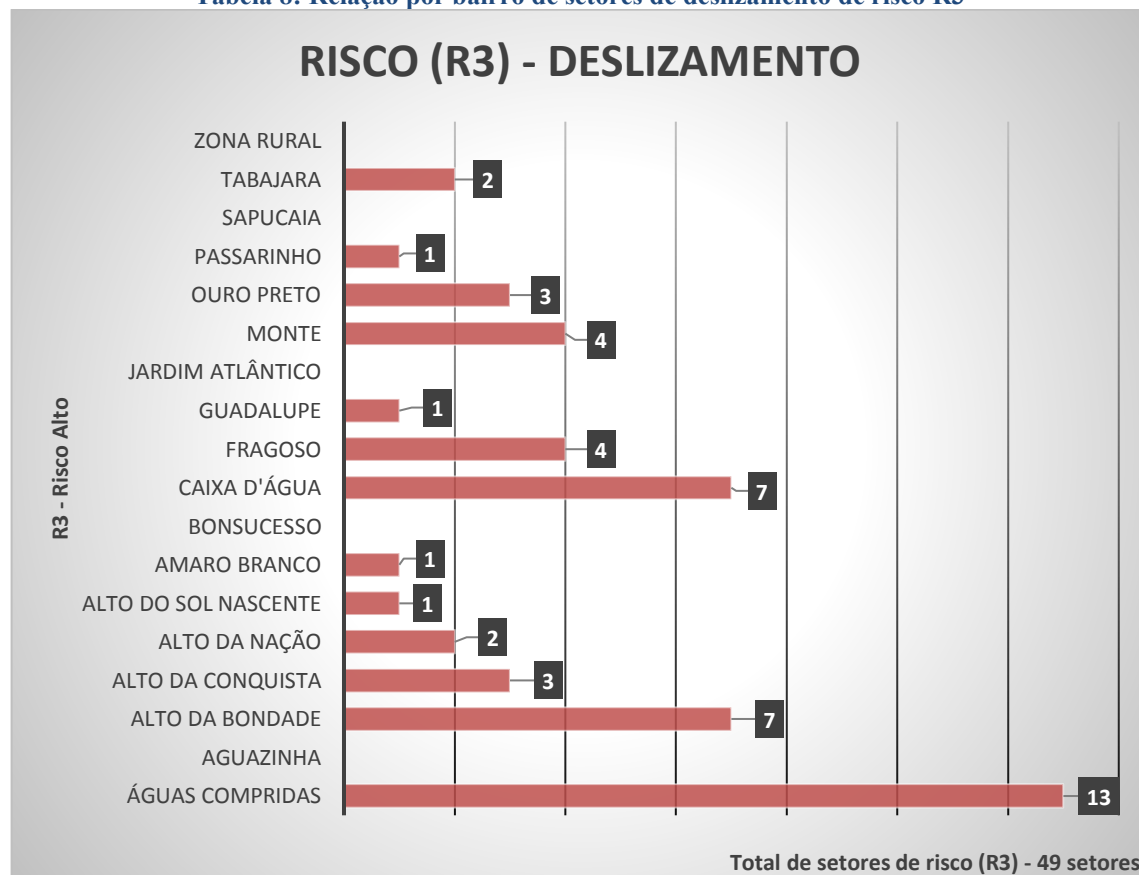


Tabela 9: Relação por bairro de setores de deslizamento de risco R4

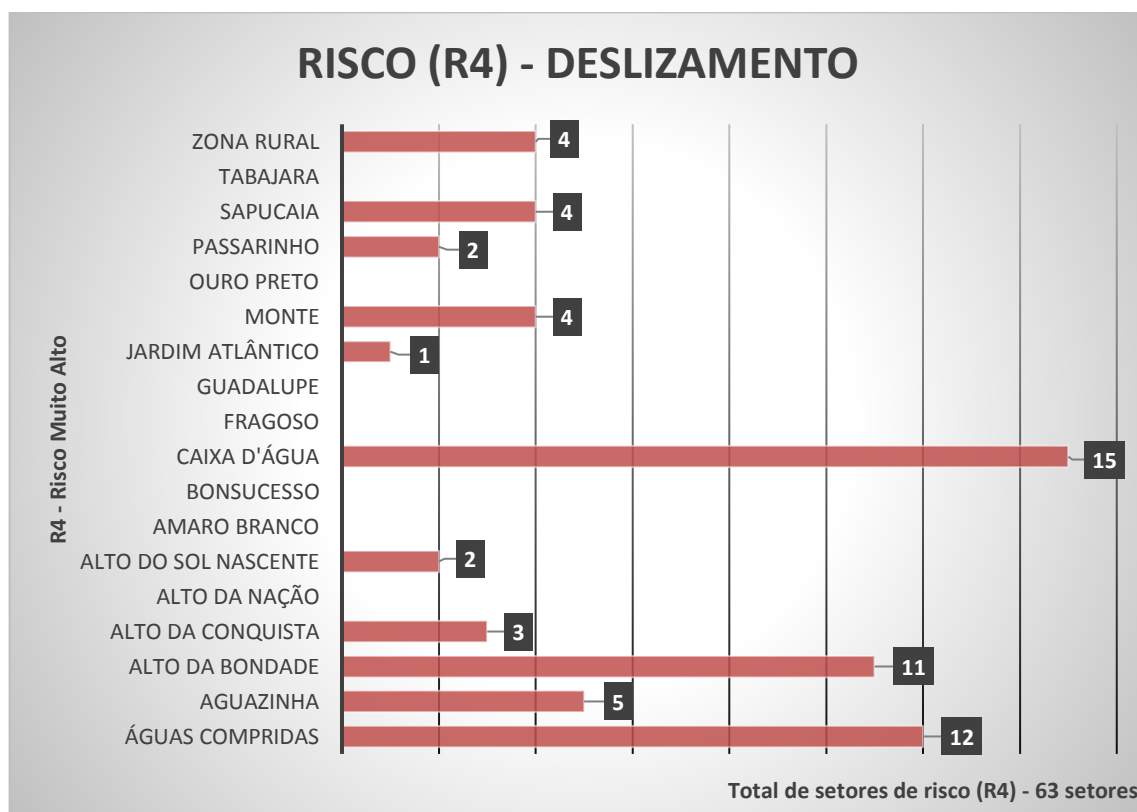
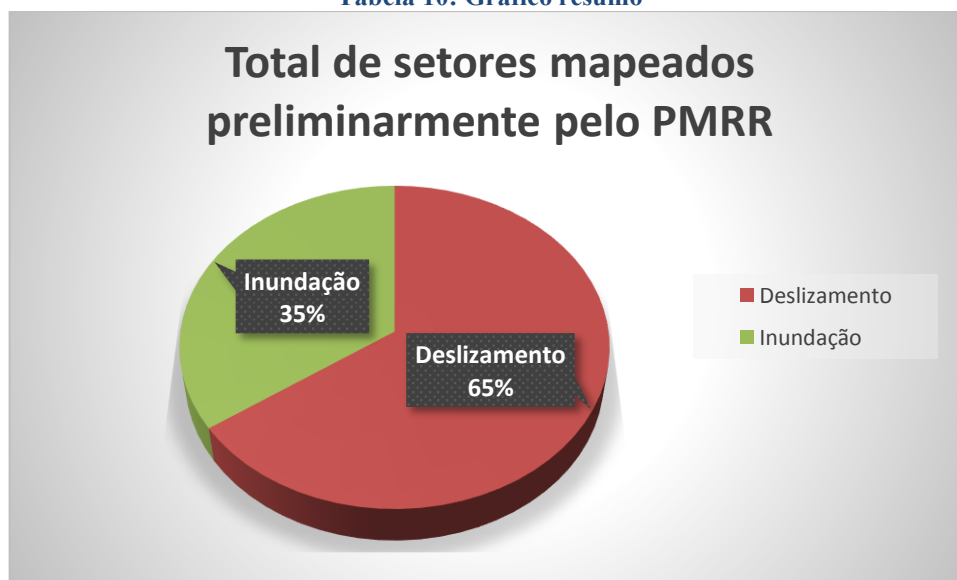


Tabela 10: Gráfico resumo



4.7. Avaliação Técnica Preliminar do Perímetro Sítio Histórico de Olinda

O Sítio Histórico de Olinda é a área urbana mais antiga da cidade, resultado de um longo processo de ocupação e transformação iniciado em 1535, quando Olinda havia sido fundada como vila por Duarte Coelho Pereira. Tal processo se delineou em conformidade com as características geomorfológicas do lugar, que consiste em um conjunto de colinas litorâneas, seguindo as tradições urbanísticas portuguesas oriundas do medievo.

A Figura abaixo apresenta um modelo tridimensional simplificado do Sítio Histórico de Olinda (SHO), destacando o relevo da região e as edificações de interesse histórico. O modelo foi construído, resultado do estudo realizado objeto de convênio formalizado entre o IPHAN e a UFPE, coordenado por Alexandre Duarte Gusmão, Andréa Batista de F. Dias e Pedro Eugênio S. Oliveira, a partir de dados topográficos e aerofotogramétricos, permitindo uma visualização integrada da topografia e da distribuição das construções. Essa representação facilita a análise da interação entre o ambiente natural e o patrimônio construído.



Modelo tridimensional simplificado do Sítio Histórico de Olinda (SHO).

Observa-se uma diversidade considerável nas características desses taludes: alguns exibem inclinações suaves, enquanto outros se apresentam mais íngremes, refletindo diferentes condições geotécnicas e ambientais. Além disso, a cobertura vegetal varia amplamente, desde a predominância de gramíneas até a presença de árvores de grande porte, o que influencia diretamente a estabilidade dos solos e a dinâmica hidrológica local. Essa heterogeneidade

demanda uma análise individualizada para cada contexto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os ambientais

Quanto à morfologia, a maioria dos taludes avaliados — dentro dos limites em que foi possível realizar a análise sem adentrar os imóveis — apresentou-se predominantemente como côncavos ou sub-retilíneos. Essa característica morfológica influencia diretamente a dinâmica de escoamento superficial e a distribuição de tensões no solo, aspectos essenciais para a avaliação da estabilidade das encostas e para o planejamento de intervenções.

A macrodrenagem do Sítio Histórico de Olinda, provavelmente, é realizada por meio das ruas que cortam os morros, como a Ladeira da Sé e a Ladeira da Misericórdia.

Em relatório técnico de 2021, o Professor Alexandre Gusmão levantou a hipótese de que alguns taludes estariam em processo de movimentação lenta, fenômeno comumente denominado rastejo. Foram identificados sinais de movimentação em diversas edificações ao longo da Ladeira de São Francisco, bem como em casas no entorno da Bica dos Quatro Cantos. Esses indícios incluem fissuras, desníveis e deslocamentos visíveis, que sugerem a ocorrência de processos de instabilidade no solo.

Importante destacar que o estudo trouxe o apontamento de que foram detectados sinais claros de movimentação, como fissuras, desníveis e deslocamentos em muros e edificações, indicando a presença de processos geotécnicos ativos

Os estudos conduzidos confirmam que o solo predominante na área investigada é essencialmente arenoso, embora frequentemente recoberto por materiais finos de natureza siltosa ou argilosa. Além disso, a presença de pedregulhos de sílica e quartzo reforça a caracterização sedimentar da formação, um aspecto relevante para a compreensão do comportamento mecânico do solo na região.

A análise dos limites de consistência revelou características similares às de solos inorgânicos de baixa plasticidade, o que sugere um comportamento previsível em termos de variações volumétricas e resistência mecânica.

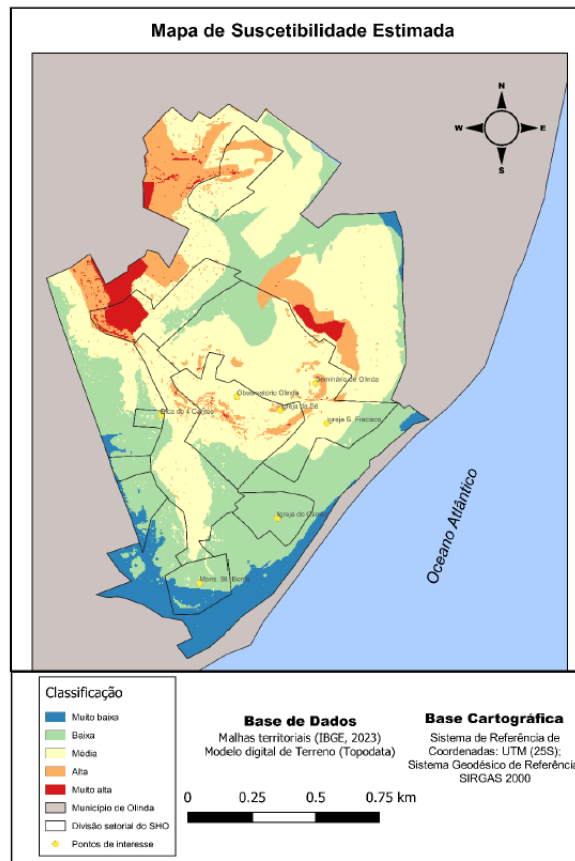
Segundo Gusmão Filho (1994), declividades superiores a 50° estão associadas a uma maior probabilidade de problemas de movimentos de massa, como deslizamentos e quedas de blocos. Com base nesse critério, foram identificados e listados os locais que apresentam pontos ou áreas com declividades acima de 50° (Figura 52), a saber:

- Entorno do Seminário de Olinda;
- Fundos da Igreja da Sé;
- Entre a Rua Bertioga e o Observatório;



- Entre a Rua Bertioga e a Ladeira da Misericórdia;
- Entre a Rua do Amparo e a Rua Saldanha Marinho;
- Em torno da Bica dos Quatro Cantos;
- Ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Amparo;
- Rua Nossa Senhora de Guadalupe;
- Rua da Saudade;
- Rua Bonifácio Janssem;
- Rua Santo Elias.

Ao final do estudo foram construídos mapas refletido os resultados de campo e laboratoriais executados, donde destacamos o **Mapa de Susceptibilidade Preliminar do Sítio Histórico de Olinda** abaixo:



5. NÍVEIS DE CRITICIDADE E ESTÁGIOS OPERACIONAIS

5.1. Do Sistema de monitoramento e Alerta

Do ponto de vista da previsão, entende-se que o sistema de monitoramento e alerta precisa estar interligado com os sistemas de monitoramento nacional por meio de órgãos como o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, o Centro Nacional de Monitoramentos e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, responsáveis pelo monitoramento de desastres naturais e pela emissão dos alertas de acordo com a intensidade do evento adverso, classificados como moderado, alto e muito alto; e com o órgão estadual de monitoramento hidrometeorológico e previsões de tempo e clima, de modo a receber informações céleres e precisas, que deverão ser amplamente divulgadas à população com vistas à redução de risco de desastre.

Nesse contexto, o sistema de monitoramento e previsão empregado para gerenciamento de riscos e desastres no município de Olinda está estruturado de forma integrada e articulada com as instâncias de abrangência nacional, com a APAC – Agência Pernambucana de Águas e Clima, que é o Órgão do Estado de Pernambuco responsável pelo monitoramento hidro meteorológico. Os níveis de avisos meteorológicos emitidos pela Agência Pernambucana de Águas e Climas – APAC estão divididos da seguinte forma:

- Estado de Observação – Chuva prevista ou observada com intensidade moderada, com menor probabilidade de causar impactos;
- Estado de Atenção – Previsão de condição significativa dos fenômenos meteorológicos com risco moderado a alto e com potencial severo;
- Estado de Alerta - Previsão de condição extrema dos fenômenos meteorológicos com risco muito alto e intensidade excepcional.

5.2. Dos Níveis de criticidade

Buscando uma maior compreensão dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil, assim como facilitar o envolvimento das comunidades em cenários de desastres, far-se-á no processo de gestão de riscos e desastres no município de Olinda a Matriz de Criticidade, ferramenta que classifica a importância de ativos ou atividades, com base em riscos e impacto do evento adverso sobre os cenários susceptíveis a desastres, assim definidas:

Normalidade - Nesse estágio, não há ocorrências e é muito baixo o risco de situação que provoque alteração significativa no dia do cidadão de Olinda. No entanto, os prognósticos de chuva e situação meteorológica seguem sob monitoramento, para identificação de quaisquer riscos que alterem o estado de normalidade da cidade.



Mobilização - A previsão de chuvas em combinação com o nível da maré demonstra que há probabilidade baixa ou média de haver ocorrências que interfiram no funcionamento da cidade. O impacto na rotina é baixo e o risco observado é baixo ou médio. Neste estágio, não se descarta a possibilidade de o fenômeno ser alertado e, caso ocorra, espera-se impacto baixo para a população.

Atenção - A probabilidade de haver ocorrências aumenta para nível médio ou alto, por conta da combinação de condições da maré, das chuvas e dos ventos. Em pelo menos uma área da cidade, já existem algumas ocorrências na mobilidade, como vias alagadas e congestionadas. O risco e o impacto observados são de nível médio. Neste estágio, a probabilidade de haver ocorrências aumenta para nível médio ou alto.

Alerta - A situação meteorológica se agrava e há muitas ocorrências em diferentes locais da cidade, exigindo resposta imediata das equipes municipais por toda Olinda. O risco e o impacto observados são de nível alto. Neste estágio, o risco e o impacto observados são de nível alto.

Alerta Máximo - As ocorrências causadas pelas chuvas e situação meteorológica extrapolam o nível de alerta e o Gabinete de Alerta Máximo é ativado para reforçar a atuação do COP Ação Inverno. O risco e o impacto observados são de nível muito alto. Uma maior força-tarefa da Prefeitura é acionada para mais ampla e imediata resposta às ocorrências, para contornar a crise e viabilizar a volta da normalidade à cidade. Existe probabilidade muito alta de ocorrência do fenômeno alertado e com potencial para causar grande impacto na população.

Figura 14: Matriz de Risco – Probabilidade de Impactos de Eventos Adversos

ESTÁGIO	OCORRÊNCIAS ATUAIS	PROBABILIDADE	IMPACTO	RISCO
NORMALIDADE	-	Muito Baixa	Muito Baixo	Muito Baixo
MOBILIZAÇÃO	-	Baixa/Média	Médio	Baixo/Médio
ATENÇÃO	Poucas	Média/Alta	Médio	Médio
ALERTA	Muitas	Alta	Alto	Alto
ALERTA MÁXIMO	Muitas	Alta	Muito Alto	Muito Alto

5.3. Dos Estágios de Monitoramento

O monitoramento será realizado através do acompanhamento dos dados das (05) cinco Estações Meteorológicas do CEMADEN – PCD 260960001A (Águas Compridas), PCD 260960002A



(Aguazinha), PCD 260960003A (Bonsucesso), PCD 260960004A (Jardim Fragoso) e PCD260960005A (Tabajara); das duas estações de pluviômetros sendo uma na sede e outra em Ouro Preto; das estações fluviométricas da Agência Nacional de Águas - ANA, e contato com outros Municípios. Utilizando imagens de satélite e de radar da Agência Pernambucana de Águas e Climas – APAC, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica - REDEMET.

O monitoramento preventivo ocorre na fase de pré-impacto, e corresponde ao intervalo de tempo entre o prenúncio do Evento Adverso e o desencadeamento do Desastre. Durante o evento o monitoramento continua para caracterização do ambiente e levantamento de dados para compor banco de dados. A passagem do estágio de Alerta para ALERTA MÁXIMO ocorrerá quando se configurar uma grave ameaça associada à incidência de chuvas fortes e concentradas. Por seu caráter crítico será oficializado por decreto municipal. Passado o evento climático adverso, retorna de normalidade e o estado de alerta máximo é finalizado, normalmente, entre os meses de setembro e outubro.

Convém destacar que o monitoramento dos indicadores hidro meteorológicos do município são regularmente realizados conforme definido no Manual Técnico de Defesa Civil, conforme decreto Estadual Nº 47.698, de 10 de julho de 2019.

Tabela 11: Órgão de execução do monitoramento Hidrometeorológico em Pernambuco

MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO	
COORDENAÇÃO: SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS	
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	MISSÃO ESPECÍFICA
PAC CODECIPE LAMEPE	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar e Identificar da probabilidade de ocorrência de fatores anormais e adversos de origem meteorológica e hidrológica, principalmente, decorrentes de precipitações pluviométricas; • Identificar qual o fenômeno, analisá-lo e definir quais as possíveis consequências para a população.

5.4. Dos Estágios operacionais

Medidas particulares de intervenção devem ser realizadas pelos órgãos que integram o sistema de defesa civil municipal, quando da ameaça à segurança da população, devido à ocorrência de desastres naturais provocados por eventos extremos - intensas precipitações pluviométricas.

Assi, cada órgão integrante do sistema municipal de proteção e defesa civil deverá se planejar durante o período de normalidade, mantendo suas equipes suficientemente esclarecidas e preparadas para atuarem em resposta a ocorrência de desastres, dentro de suas competências estabelecidas. Para tanto cada órgão deverá elaborar o correspondente **Plano de Ação Institucional (PAI)** definindo internamente a metodologia de emprego dos seus recursos para enfrentamento de desastres de acordo com competências definidas no presente Plano de Contingência.

As operações de respostas a desastres e situações emergenciais serão realizadas com base nas fases de **pré-desastre, desastre e pós-desastres**, considerando para tanto o período de maior probabilidade de ocorrência de eventos adversos decorrente do registro de eventos extremos - intensas precipitações (abril a agosto).

No caso dos cenários de Deslizamentos e alagamentos/inundações, que têm como fator gerador índices pluviométricos anômalos, a fase de pré-desastre será realizada com o monitoramento pluviométrico e os alertas emitidos pela APAC, sobre prognósticos de chuvas com até 24 horas de antecedência, que permiti à SEDC/SGU/PMO enviar o alerta nas redes de comunicação e site oficial da prefeitura municipal. Em situações em que haja o Alerta de situação emergencial, poderá ser feita a retirada de famílias de áreas vulneráveis para evitar/mitigar danos humanos.

Quando de ocorrência de desastres as ações de resposta e restabelecimento dos serviços essenciais, dar-se-á de conformidade com as competências definidas no presente PLACON 2026. Já após o registro do desastre as medidas assistências de acolhimento às famílias afetadas deverão buscar o restabelecimento da normalidade no menor espaço de tempo possível associado à magnitude do evento.




Convém destacar que o primeiro agente público que chegar ao local do desastre deverá adotar todas as medidas iniciais pertinentes de forma promover a segurança das pessoas afetadas e as equipes de trabalho.


Por fim elencamos abaixo algumas ações a serem desenvolvidas nas ações enfrentamento a emergências decorrentes de desastres naturais objeto do presente plano, relacionando com o nível de criticidade do evento adverso:

Tabela 12: Detalhamento das Ações x Nível de Criticidade

ESTADO	CONDIÇÕES	AÇÕES DESENVOLVIDAS
NORMALIDADE	Antecede a quadra chuvosa	• Acompanhamento dos prognósticos de chuva e clima;



		<ul style="list-style-type: none"> • Preparação do plano de contingência e reuniões com os parceiros para a definição das estratégias adotadas e da forma de participação dos mesmos; • Realização de pequenos serviços, como roçagem e cobertura dos taludes de maior risco com lona plástica; • Abertura das ações - OPERAÇÃO INVERNO; • Realização das ações porta a porta, concomitante, ao monitoramento e vistorias técnicas das áreas de risco de deslizamentos e alagamento/enchente;
 OBSERVAÇÃO	<p>Previsão de chuvas acima de 30 mm em até 24h; Nível da maré em 1,20 metros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação do acompanhamento dos prognósticos de chuva e clima, com difusão entre os integrantes do sistema Municipal de defesa Civil; • Elaboração de Boletins de acompanhamento dos indicadores que favorecem a ocorrência de desastres
 ATENÇÃO	<p>Chuvas esparsas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de AVISO via SEC SAÚDE, whatsapp e Mídias sociais; • Intensificação das vistorias nos pontos de monitoramento; • Equipe em regime plantão permanente na sede da SEDC/SGU/PMO; • Realização de pequenos serviços, como: cobrimento dos taludes de maior risco com lona plástica, retaludamento, corte de árvores de pequeno porte e desobstrução de canaletas e drenagens; • Retirada das famílias dos pontos de risco mais elevado - Risco 3 (Alto), com encaminhamentos das famílias para casa de parentes e/ou abrigo institucional caso necessário.
 ALERTA	<p>Chuvas contínuas com solos saturados; Incidência de acidentes correlacionados às intensidades das chuvas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de ALERTA através de mensagens via SEC SAÚDE, mídias e redes sociais; • Acionamento do Plano de Contingência mediante registro de ocorrência de desastres de médio e de grande impacto; • Divulgação sobre estágio de Alerta; • Vistorias emergenciais para avaliação de risco e danos; • Cadastramento das famílias afetadas;

		<ul style="list-style-type: none"> ● Acionamento da equipe ampliada, com reforço das equipes e do suporte para a retirada das famílias em situação de risco iminente; ● Atendimento emergencial às vítimas dos desastres; ● Coordenação das ações de socorro e assistência humanitária à população atingida, colocando todas as informações e registros dos eventos no sistema S2ID; ● Abertura de pontos de abrigo com encaminhamento de famílias desabrigadas para equipamentos comunitários (caso necessário); ● Mutirão de entrega de doativos às famílias afetadas (caso necessário).
	<p>Chuvas contínuas e concentradas com solos saturados; Incidência de acidentes correlacionados às intensidades das chuvas; Previsão de chuva intensa e concentrada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mudança de estágio; ● Acionamento do Gabinete de Crise; ● Divulgação sobre estágio de Alerta máximo nas redes sociais da Prefeitura; ● Disparo de release para rede de mídia especializada sobre mudança de status para Alerta, posicionamento oficial e procedimentos a serem adotados para cada grupo da população; ● Atendimento aos veículos de imprensa; ● Decretação da Situação de Emergência (SE), em situações de desastres de nível I e II, ou Estado de Calamidade Pública (ECP), em situações de desastres de nível III, por parte da Prefeita da Cidade de Olinda/PE, segundo Instrução Normativa Nº2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016, Secretaria Nacional de Defesa Civil – Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; ● Acionamento de todo Sistema de Proteção e Defesa Civil para apoio às ações de proteção e defesa civil. ● Vistorias emergenciais para avaliação de risco e danos; ● Cadastramento das famílias afetadas; ● Reforço das equipes e do suporte para a retirada das famílias em situação de risco iminente; ● Atendimento emergencial às vítimas dos acidentes; ● Coordenação das ações de socorro e assistência humanitária à população atingida, colocando todas as informações e registros dos eventos no sistema S2ID;

		<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de todos os pontos de abrigo, com encaminhamento de famílias abrigadas para equipamentos comunitários e escolas públicas (caso necessário).
--	--	--

6. ETAPAS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Nos últimos anos, as mudanças nas condições climáticas no planeta têm mostrado um significativo aumento da frequência e gravidade dos desastres naturais, provocando sérias consequências ao cotidiano das comunidades. A quebra do equilíbrio natural entre o solo e o ambiente, decorrente das intervenções antrópicas (poluição das águas, desmatamento, acúmulo de lixo nas encostas, ocupação de áreas com declividade maior que 25% e outras), que contribuem para acelerar o processo erosivo, tornado os cenários cada vez mais susceptíveis a desastres.

A natureza se abriu em busca de seus espaços desorganizados e desordenadamente ocupados pelo homem. As irregularidades e distribuição heterogênea dos volumes de precipitações pluviométricas intensificam nas áreas susceptíveis a desastres os eventos de escorregamento de massas, inundações e alagamento.

Cada vez mais se tornam comuns notícias referentes aos riscos a que comunidades são expostas. Nesse contexto, o presente Plano de contingência considera o **risco potencial de desastres**, que define se um determinado evento, com uma magnitude específica, é mais ou menos susceptível e quais os danos e prejuízos que se podem esperar, como sendo o indicador preponderante para enquadramento das etapas de sua implantação.

O histórico de chuvas mostra que há um perfil cíclico nas chuvas no município de Olinda, que concentram a maior intensidade nos meses de abril, maio, junho e julho.

6.1.1. Pré-alerta

Entende-se como etapa de pré-alerta, o período em que há um alerta de potencial situação anormal, com a intensificação dos níveis de chuvas e, logo, da probabilidade de ocorrência de situações emergenciais. Neste período, serão intensificadas as ações de monitoramento das áreas de riscos, com o aumento das equipes de plantões (Noturno e final de semana), como também a intensificação do processo de impermeabilização de morros e retirada de famílias de áreas potencialmente vulneráveis a desastres em caso de chuvas fortes.

O acionamento dos recursos da Secretaria Executiva de Defesa Civil de Olinda se dará sempre que houver alguma situação de anormalidade em algumas das áreas da cidade, mesmo antes de

algum impacto ou desastre, sendo deslocados veículos, equipe técnica e operacional para atendimento da demanda existente da área afetada.

No caso dos recursos dos parceiros, a demanda se dará com o acionamento pela coordenação, representada pela SEDC/SGU/PMO, aos respectivos órgãos parceiros, demandando veículos, equipe técnica e de apoio, como também recursos de assistência às famílias.

Os recursos serão mobilizados e deslocados para a base da SEDC, para que sejam cadastrados e posteriormente distribuídos, dando suporte ao desenvolvimento das atividades de minimização de riscos nas localidades da cidade de Olinda.

6.1.2. Pós-alerta

Entende-se por etapa de Pós-Alerta, aquela em que houve uma situação emergencial (Incêndio, deslizamento ou alagamento) com danos humanos ou materiais, demandando suporte de socorro e apoio às vítimas.

Inicialmente, será deslocada equipe técnica para avaliação da situação de emergência, dos riscos envolvidos à comunidade e equipe de resposta na área afetada. Após esta análise inicial, passa-se à instalação do posto de comando no local, para onde convergem todas as informações e demandas de operações de resposta, e de onde partirão todas as decisões e todos os pronunciamentos à imprensa ou relatórios técnicos. No posto de comando se desenvolverão atividades de coordenação das ações, cadastramento e suporte inicial das vítimas e famílias afetadas, deliberações quanto à solicitação de recursos e apoio de parceiros.

Em situações que demandem suporte de parceiros, tanto na assistência às famílias, como na etapa de socorro logo após o desastre, terá seu acionamento definido pela coordenação do posto de comando, que terá um coordenador da operação de resposta.

7. DA ATIVAÇÃO DO PLANO – PLACON 2026

O Plano Municipal de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, baseados em monitoramentos históricos e atuais ou quando o movimento de massa for detectado e/ou a precipitação for superior ou igual a cem milímetros (100 mm) no dia, condição propícia (com solo encharcado e chuvas intermitentes) a deslizamentos ou movimentações de encostas, configurado a situação de ALERTA.

O plano, em seu estado máximo, será ativado pela Prefeita da cidade de Olinda por sugestão conjunta do Secretário de Gestão Urbana e do Secretário Executivo de Defesa Civil de Olinda,



que após identificar as condições de intensificação das precipitações ou cenários de desastres de grande proporção, ocasião em que será dada atenção máxima pelos órgãos da administração municipal e parceiros envolvidos na resposta aos desastres de acordo com os procedimentos previstos no plano de contingência.

Em casos extremos, onde forem afetados múltiplos bairros elevando o quantitativo de famílias afetadas, a Prefeita do município deverá acionar o Grupo Gestor de Riscos, Desastres (GGRD) e/ou Comitê de Crise onde as instituições envolvidas passaram a se reunir no auditório do Palácio dos despachos sob a égide do prefeito municipal como adiante será definido.

Em quaisquer das situações definidas - situações emergências ou ocorrência de desastres, após o plano de contingência ser ativado deverão ser desencadeadas as ações iniciais por cada órgão envolvido, tais como: a designação do responsável pela operacionalização das ações; o plano de chamadas deverá ser ativado e contatado; o posto de comando deverá ser formado e as informações de mobilização dos órgãos parceiros deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva de defesa Civil, sendo todos os recursos deslocados para apoio às ações da Defesa Civil de Olinda.

7.1. Principais critérios para ativação

A especificação dos elementos necessários para a Ativação do Plano de Contingência fundamenta-se no registro pluviométrico de chuva acumulada nos meses que antecedem o período mais crítico do inverno e nos acidentes decorrentes dessa chuva, e ainda nas previsões da ocorrência de eventos climáticos extremos, conforme se vê:

- Avisos da APAC;
- Quantitativo dos índices pluviométricos precipitados em 06h, 12h e 24h;
- Acréscimo dos números das solicitações via Central de Operações e Monitoramento SEDC/SGU/PMO nos períodos de 06h, 12h e 24h;
- Cruzamento dos índices pluviométricos, em relação aos quantitativos de chamados;
- Aumento dos números de deslizamentos no município;
- Ampliação dos pontos de alagamentos nas manchas monitoradas na cidade;
- Alerta do CENAD e CEMADEN para movimentação de massas e riscos hidrológicos;
- Necessidades de retiradas das famílias em áreas de riscos;
- Interrupção dos serviços essenciais, como fornecimento de água, energia elétrica, etc.;
- Outros indicadores após validação da Secretaria Executiva de Defesa Civil de Olinda

7.2. Autoridades para ativação do plano



A ativação do PLACON 2026 dar-se-á pela Prefeita do município de Olinda, assessorada pelo Secretário Executivo de Defesa Civil, observados os registros das condições estabelecidas para sua ativação.

O plano também será acionado quando em situações emergenciais e desastres que demandem recursos além da capacidade da Defesa Civil ou do município, por exemplo: alagamentos, incêndios e deslizamentos de grande proporção.

7.3. Níveis de ativação do PLACON

Serão considerados para efeito de acionamento do plano, três níveis de ativação:

- Nível I - Quando os membros do Grupo de Ações Coordenadas - GRAC têm condições de dar a resposta ao município na ocorrência do evento adverso
- Nível II - Quando os membros do Grupo de Ações Coordenadas - GRAC têm condições de dar resposta, entretanto necessita de apoio,
- Nível III - Quando o município vivencia um desastre que o Grupo de Ações Coordenadas – GRAC perde a capacidade de resposta

Para efeito deste plano municipal considera-se GRAC a equipe lotada na Secretaria Executiva de Defesa Civil que ordinariamente desenvolve suas atividades com o objetivo de aumentar cada vez a resiliência das comunidades residentes em áreas de risco, mitigando assim os efeitos de qualquer evento adverso.

7.4. Procedimentos após a ativação

Com a ativação do presente Plano de Contingência, serão desencadeadas as seguintes ações preliminares:

- Designação do responsável pela operacionalização do plano de contingência;
- Ativação do plano de chamadas de pessoal;
- Implantação do Gabinete de Crise;
- Mobilização dos órgãos parceiros;
- Deslocamento dos recursos previstos para apoio às ações da Defesa Civil
- Deslocamento de equipe técnica para avaliação da situação de emergência, dos riscos envolvidos à comunidade;
- Deslocamento de equipe de resposta na área afetada.

O gerenciamento de desastres (GD), por outro lado, contempla a organização e gestão de recursos e responsabilidades para o manejo de emergências quando o desastre se concretiza.



Nesse contexto o GGRD coordenará e deliberará sobre ações e intervenções emergenciais a serem realizadas em situações de riscos, desastres e eventos climáticos extremos, deliberando quanto à solicitação de recursos e apoio de parceiros, com foco no suporte inicial das vítimas e famílias afetadas.

A partir do estágio operacional de Alerta Máximo, é ativado o Gabinete de Crise, onde se desenvolverão atividades estratégicas com a participação do Prefeito, do e titulares dos órgãos componentes do GGRD.

Em situações que demandem suporte de parceiros, tanto na assistência às famílias como na etapa de socorro logo após o desastre, o acionamento será definido pela coordenação do Gabinete de Crise, que terá um coordenador da operação de resposta designado pelo Secretário Executivo de Defesa Civil do município de Olinda para aquela situação pontual.

Numa visão holística de possíveis cenários de desastres, destaca-se abaixo alguns procedimentos realizados durante a ativação do presente Plano de Contingência:

- Intensificação do monitoramento meteorológico;
- Realização de vistorias técnicas emergenciais para avaliação de risco e danos;
- Aumento do quantitativo de técnicos, agentes operacionais, encarregados de turmas e veículos para resposta ao desastre;
- Acionamento das equipes parceiras de socorro (Corpo De Bombeiros e SAMU);
- Mobilização das equipes de demolição e remoção de escombros;
- Verificação junto a SEMU quais as melhores vias de acesso e evacuação das áreas de risco;
- A realização de análise e mapeamento das áreas mais atingidas, com identificação das ameaças, suscetibilidade e vulnerabilidade social, orientando o isolamento das áreas em risco;
- Manter a população informada sobre área de risco e possíveis ocorrências de eventos secundários, bem como protocolos de prevenção e alertas sobre as ações de resposta e emergências em andamento;
- Realizar a retirada de família em situação de risco e encaminhar para alojamento e/ou abrigamento temporário;
- Acompanhamento dos abrigos emergenciais junto com a SDSDH para assistência a população em situação de desastre;
- Viabilizar junto a SDSDH local adequado para abrigamento dos animais de estimação, com cadastramento dos respectivos donos, vacinação e alimentação;



- Acompanhar junto a SDSDH a organização dos locais para coleta, distribuição e controle dos donativos e suprimentos para resposta a emergência;
- Manter o Sistema Nacional De Proteção e Defesa Civil (S2ID) informado sobre os danos provocados pelas chuvas e acionar ajuda estadual e federal se necessário;
- Registro das ocorrências de movimento de massa, alagamentos, inundação, e demais eventos adversos no S2ID;
- Acompanhar junto com a Sec. de Saúde e SDSDH as famílias em situação de
- Luto (caso registrado);
- Acompanhar a reestruturação de serviços essenciais que possam ser atingidos pelo evento como: energia elétrica, água potável, comunicação, rede de esgoto, coleta de lixo, suprimento de alimentos, combustível e demais;
- Acompanhar o andamento da limpeza, descontaminação, desinfecção das escolas, prédios públicos, casas e logradouros públicos (Mercados, Igrejas Etc.) atingidos pelo evento;
- Orientar o início da avaliação dos danos e prejuízos ocasionados pela chuva e a elaboração de laudos técnicos e do relatório de resposta ao desastre.

7.4.1 Ações de monitoramento e resposta:

Iniciado a quadra chuvosa, quando se intensifica a probabilidade de registro de desastres no município, as áreas de risco mapeadas dentro do PMRR assumem papel de protagonismo no sistema de monitoramento da SEDC/SGU/PMO, passando a serem acompanhadas em uma sistemática, com foco ao atendimento emergencial.

Dentre as atividades específicas em caso de acidente, a equipe da Defesa Civil deve providenciar:

- Isolar e evacuar as áreas de risco;
- Definir as vias de evacuação e de controle de trânsito nas meSDSDH;
- Apoiar a ação de socorro do Corpo de Bombeiros e do SAMU;
- Remover famílias afetadas pelo desastre para abrigos e/ou casa de parentes e amigos

No caso dos cenários em que se tenha a necessidade de remoção de famílias, como forma de preservar vidas, quer seja de forma preventiva atestada por engenheiro da defesa civil, ou em decorrência de danos materiais provocados por desastres, a SDSDH iniciará a abordagem, com base em critérios técnicos, identificando a vulnerabilidade Psicossocial das famílias afetadas ou atingidas direta ou indiretamente pelo evento adverso, sensibilizando-as e negociando sua saída para local seguro.

A partir da interface interna e externa com os órgãos parceiros do plano de contingência, são realizadas ações que garantam o atendimento às necessidades básicas de saúde e assistência dessas famílias.

Na busca do restabelecimento da integridade dos vínculos vicinais, posteriormente ao desastre é iniciado o acompanhamento periódico, visando fortalecer os mecanismos de adaptação da comunidade à nova realidade; bem como o equilíbrio das famílias vitimadas. Para tanto, são trabalhados os diversos sentimentos acerca da autoestima, confiança, culpa e pensamentos confusos relacionados com a causa e consequência do desastre.

Em se tratando de eventos adversos com consequências de maior gravidade, pode ser então decretada a Situação de Emergência e/ou o Estado de Calamidade Pública, de acordo com as instruções da Secretaria Nacional de Defesa Civil – Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

7.4.2 Atividades assistenciais de abrigo:

- A política de abrigo definida da cidade de Olinda garante às famílias afetadas, na condição de desabrigada ou desalojada, a iminente remoção de sua residência para local seguro através da equipe técnica da SDSDH. Para os grupos que não têm alternativa imediata de moradia (desabrigados) será providenciado um local de abrigo temporário. Para tal, a SEDC tem como propósito:
- Identificar espaços em cada território, conjuntamente com os integrantes do plano de contingência, que servirão para alojar famílias em situação de risco ou vulnerabilidade, até a inclusão no auxílio moradia ou retorno à moradia original;
- Instalar e estruturar abrigos coletivos, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, para alojar as famílias ribeirinhas e algumas famílias das áreas de morro, em decorrência da enchente ou de chuvas intensas;
- Participar da coordenação colegiada dos abrigos;
- Definir, conjuntamente com os integrantes do plano de contingência, encaminhamentos e procedimentos da avaliação técnica visando reduzir o tempo de abrigo;
- Identificar a existência de parentes para acolhimento temporário à família em risco.

7.4.3 Procedimentos operacionais:

Iniciado a quadra chuvosa, quando se intensifica a probabilidade de registro de desastres no município, as áreas de risco mapeadas dentro do PMRR assumem papel de protagonismo

Registro das ocorrências e solicitações: Por meio da Central de Atendimento



SEDC/SGU/PMO, 0800 081 0060, WhatsApp 99266.5307, com funcionamento 24h, são registradas todas as solicitações e ocorrências informadas pela população e encaminhadas para atendimento da demanda;



Alerta SEC SAÚDE: Emissão de mensagem de texto com informações referentes à previsão hidrometeorológica, de modo que adotem as práticas seguras ou façam a evacuação do local, conforme orientação prestada previamente pelas equipes que realizam o monitoramento do território.

Visita Técnica Social Emergencial: Realização de cadastro da família, para obtenção das informações considerando a perspectiva de assistência e inclusão em benefícios. Informar com clareza o risco atribuído em conjunto com a engenharia e os encaminhamentos necessários;

Vistoria Técnica Engenharia Emergencial: Analisar estruturas, perfil geológico e hidrológico, objetivando classificação do risco, avaliação dos danos e recomendações necessárias quanto a segurança da população;

Mapeamento das Áreas Atingidas: Mapear de forma emergencial as áreas severamente atingidas para avaliação de danos e proposição de ações estruturadoras;

Serviços para Mitigação de Risco: Intensificar a colocação de lonas plásticas nas áreas descobertas, com risco de deslizamento, além de atender as emergências de remoção de entulhos, roçagem e cortes de árvores de pequeno e médio porte;

Remoção de famílias em situação de risco iminente ou desastre: Encaminhar famílias, cujos imóveis foram interditados, para casa de parente e abrigo público de forma emergencial, identificando a necessidade de retirada dos pertences e deslocamento para o local seguro;

Promoção da coleta, distribuição e controle dos donativos e suprimentos em situações de desastre: Prestar assistência por meio de entrega de donativos emergenciais às famílias desalojadas, até retorno ao local de origem ou inclusão no benefício, em conjunto com a SDSDH.

Inclusão no Auxílio Moradia: Promover a inclusão das famílias no Auxílio Moradia, de acordo com os critérios de concessão.



7.4.4. Atividades de lançamento do Sistema de Informações - S2ID:

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID é uma plataforma web que integra diversas ferramentas destinadas a apoiar os órgãos de proteção e defesa civil nos três âmbitos da administração pública: municipal, estadual e federal. O principal propósito da criação do S2ID é proporcionar maior celeridade e transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil. Esses termos, para fins do sistema, são compreendidos da seguinte forma:

CELERIDADE mediante a informatização de processos: troca de informações em formulários padronizados entre municípios, estados e Governo Federal;

TRANSPARÊNCIA por meio da disponibilização de informações sistematizadas: manutenção do banco de dados com informações de análises qualitativas e quantitativas referentes a ocorrências de desastres e seus consequentes danos humanos, materiais e prejuízos, que ficam disponibilizados em forma de arquivos nas ferramentas de acesso geral (próximos tópicos).

Em se tratando de eventos adversos com consequências de maior gravidade, pode ser então Decretada à Situação de Emergência e/ou o Estado de Calamidade Pública vencidos procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação anormal, conforme estabelece a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, de 4 de dezembro de 2020 - Secretaria Nacional de Defesa Civil Nacional – Ministério do Desenvolvimento Regional.

Todos os registros dos eventos anormais (registros da imprensa, relatórios internos, etc.), assim como os relatórios municipais padronizados no sistema (FIDE, DEMAT, registros fotográficos, etc.) obrigatoriamente serão lançados através do Sistema S2ID, pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Olinda através de servidores credenciados junto a Secretaria Nacional de Defesa Civil e capacitado para tal fim.

8. SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SIMPDEC

O Sistema de Defesa Civil da Cidade de Olinda abrange um grande número de órgãos e setores da administração pública, demandando uma definição clara das atribuições de cada participante, para garantir a eficiência do trabalho integrado, evitando superposição de esforços e vazios de ação. O diagrama abaixo mostra os diferentes níveis de participação.



Assim, visando à efetividade das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução, a Prefeitura Municipal de Olinda estruturou o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil da seguinte forma:

Equipe Base: composta pela equipe multidisciplinar da SEDEC/SGU/PMO, sendo responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil em âmbito municipal;

Equipe Ampliada: demais órgãos municipais, que são acionados para dar suporte nas ações de preparação e emergenciais;

Equipes de Apoio: Órgãos da esfera estadual, com especificidades de atuação, como: Neoenergia de Pernambuco – CELPE, Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, Corpo de Bombeiros e Secretaria Executiva de Proteção de Defesa Civil de Pernambuco – SEPDEC, esta última, caso extrapole a capacidade do município de atender as situações de desastres;

Equipes Voluntárias: estruturada pela sociedade civil, prioritariamente os específicos que forem capacitados pela defesa civil municipal, como: Agentes Jovens do NUPDEC e lideranças comunitárias.

A seguir, apresenta-se um diagrama ilustrativo que organiza e diferencia os distintos níveis de participação. Essa representação visual permite uma compreensão mais clara das gradações existentes, destacando as características e implicações de cada nível.

Figura 15: Diagrama setorial SEDC/SGU



Para efeito de acionamento do presente Plano de Contingência serão considerados integrantes do subsistema de resposta a desastres e situações emergenciais os seguintes órgãos e entidades:

- Gabinete do Prefeito
- Gabinete do vice-prefeito
- Secretaria de Governo
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria de Gestão Urbana
- Secretaria de Obras
- Procuradoria Municipal
- Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;
- Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo
- Secretaria de Mobilidade Urbana
- Secretaria de Segurança Cidadã
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Esportes e Juventude
- Conselho tutelar da criança e adolescente
- Secretaria Executiva de Defesa Civil
- Órgãos Setoriais e de Apoio
 - Secretaria de Defesa Social
 - COMPESA
 - CELPE
 - Bombeiros Civis
 - Companhia Estadual de habitação – CEHAB
 - Voluntariado

De forma subsidiária, em situações específicas, outros órgãos e/ou entidades podem ser requisitados pela Secretaria Executiva de Defesa Civil municipal por sua expertise em ações relacionadas ao desastre a ser respondido.



Cada órgão ou entidade será representado neste Plancon pelo titular da pasta na condição de TITULAR e mais um servidor indicado na condição de SUPLENTE. As atribuições e responsabilidades dos Órgãos do SIMPDEC – Olinda estão descritas a seguir:

8.1. Órgãos da Administração Municipal:

Prefeita Municipal	Coordenar as ações de respostas a eventos extremos
Vice Prefeito	Compor o Núcleo de Gestão auxiliando nas decisões estratégicas.
Secretaria de Governo	<input type="checkbox"/> Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado <input type="checkbox"/> Articular com todas as secretarias municipais o fiel cumprimento das atribuições e responsabilidades contidas no Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal
Secretaria da Fazenda	<input type="checkbox"/> Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado <input type="checkbox"/> Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para o cumprimento das ações contidas no Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal.
Secretaria de Gestão Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Compor o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado • Remover os entulhos ou massas escorregadas, para permitir livre acesso nas vias públicas; • Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; • Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais. • Responder pela manutenção e limpeza (exceto material de limpeza) dos abrigos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar as ações preventivas de desobstrução de drenagem (micro drenagem e macrodrenagem) e manutenção de escadarias; • Realizar as podas ou erradicação de árvores em situação de risco, segundo as prioridades apresentadas pela SEDEC;
Secretaria de Obras	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Disponibilizar pessoal técnico para vistorias emergenciais durante o período de alerta e em situações emergenciais; <input type="checkbox"/> Disponibilizar veículos, equipamentos, materiais e equipe de apoio para reforçar as ações emergenciais.
Procuradoria Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Garantir o apoio jurídico necessário para as secretarias e profissionais envolvidos nas ações do Plano de Contingência de Resposta à Desastres e Situações Emergenciais municipal.
Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Realizar rondas nas áreas de alto risco desocupadas temporariamente pela SEDEC/ Olinda, com o objetivo de evitar novas ocupações; <input type="checkbox"/> Realizar, em parceria, as demolições de edificações sob alto risco, indicadas pelos técnicos da SEDEC; <input type="checkbox"/> Realizar autuações em situações irregulares que aumentem ou criem risco; <input type="checkbox"/> Disponibilizar equipe de apoio e veículos para remoção das famílias em situação de risco e outras demandas emergenciais da SEDEC; <input type="checkbox"/> Acolhimento, atendimento veterinário e cuidados voltados aos animais das famílias desabrigadas; <input type="checkbox"/> Acolhimento temporário dos animais resgatados nos locais de desastres sem reconhecimento de acompanhantes; <input type="checkbox"/> Acompanhamento veterinário aos animais nos casos de famílias desalojadas.

<p>Patrimônio e Cultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Realizar rondas nas áreas de alto risco do Sítio Histórico, desocupadas temporariamente pela SEDEC/ Olinda, com o objetivo de evitar novas ocupações; <input type="checkbox"/> Realizar autuações, no Sítio Histórico, em situações irregulares que aumentem ou criem risco; <input type="checkbox"/> Disponibilizar equipe de apoio e veículos conforme as necessidades demandadas pela SEDEC.
<p>Secretaria de Mobilidade Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Interditar vias, por solicitação da Defesa Civil, na ocorrência de desastres e/ou para facilitar a mobilidade da equipe nos períodos de emergência; <input type="checkbox"/> Contribuir na ação de isolamento e evacuação nas áreas de risco, no momento do desastre; <input type="checkbox"/> Disponibilizar equipe de apoio e veículos de acordo com as demandas emergenciais da SEDEC.
<p>Secretaria de Segurança Cidadã</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Disponibilizar agentes de segurança para dar apoio em todas as ações e atividades realizadas pela SEDEC nas possíveis áreas de risco, ajudando na evacuação e isolamento das áreas afetadas; <input type="checkbox"/> Manter efetivo fixo nos abrigos temporários; <input type="checkbox"/> Apoiar a qualquer situação de conflito que porventura venha a acontecer nos abrigos com rondas realizadas pelas equipes de patrulha e moto-patrulha.
<p>Secretaria de Comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Elaborar boletins com sonora; <input type="checkbox"/> Agendamento de entrevistas nas rádios Comerciais e Comunitárias; <input type="checkbox"/> Agendamento de entrevistas com as emissoras de TV; <input type="checkbox"/> Divulgação/criação de peças publicitárias de esclarecimento para a população;

<p>Secretaria de Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Disponibilizar vacinação para atender aos participantes da Operação Inverno/ <input type="checkbox"/> Integrar Agentes Comunitários de Saúde - ACS para colaborar em sua área de atuação nas ações de sensibilização e retirada de famílias em situação de risco cadastradas pela SEDEC; <input type="checkbox"/> Disponibilizar Veículos para aumentar o suporte às ações da SEDEC. <input type="checkbox"/> <u>Urgência e Emergência:</u> Atendimento imediato e remoção das vítimas de acidentes decorrentes dos eventos extremos. <input type="checkbox"/> <u>Vigilância em Saúde:</u> Monitoramento de agravos; Controle sanitário e ambiental; Segurança alimentar; <input type="checkbox"/> <u>Atenção Primária:</u> Coordenação do cuidado no território; Assistência multiprofissional; Vigilância ativa e vacinação. <input type="checkbox"/> <u>Políticas Estratégicas (Saúde Mental):</u> Apoio psicossocial.
<p>Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SDSDH</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Divulgar o conteúdo do Alerta, junto aos usuários dos equipamentos da Secretaria e junto à Rede de Assistência Social visando à prevenção de riscos e à solidariedade às famílias/pessoas vitimadas pelas chuvas; <input type="checkbox"/> Coordenar campanha de arrecadação de doativos; <input type="checkbox"/> Realizar o acolhimento/recepção das famílias nos abrigos; <input type="checkbox"/> Garantir o provimento e distribuição de alimentos, colchões, roupas e material de higiene pessoal; <input type="checkbox"/> Garantir o provimento e coordenação da distribuição de cestas básicas e roupas às famílias desalojadas;

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Encaminhar para as casas de acolhida temporária às famílias em situação de vulnerabilidade social e risco, respeitando o perfil de cada uma das casas, bem como a disponibilidade de vagas; <input type="checkbox"/> Realizar reuniões com as famílias abrigadas para a discussão de normas básicas de convivência e de outras questões demandadas pelas me SDSDH; <input type="checkbox"/> Acompanhar as famílias abrigadas e o seu processo de reinserção social; <input type="checkbox"/> Plantão (noturno e diurno); <input type="checkbox"/> Articulação e criação de infraestrutura para implantação da brinquedoteca; <input type="checkbox"/> Disponibilizar donativos para as famílias afetadas por desastres.
<p style="text-align: center;">Secretaria de Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Garantia de acesso às Unidades Educacionais das localidades aos desabrigados; <input type="checkbox"/> Participar dos encontros, no período emergencial, promovidos pela SEDC; <input type="checkbox"/> Receber e acompanhar as justificativas/declarações das crianças desabrigadas contempladas com o programa Bolsa Família; <input type="checkbox"/> Viabilizar os encontros de formação/sensibilização com gestores escolares e coordenadores pedagógicos. <input type="checkbox"/> Garantia de atividades pedagógicas no contraturno às crianças e jovens desabrigados.
<p style="text-align: center;">Secretaria de Esportes e Juventude</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Garantia de atividades recreativas às crianças e jovens desabrigados; <input type="checkbox"/> Participar dos encontros, no período emergencial, promovidos pela SEDC.

<p>Conselho Tutelar da criança e adolescente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Apoiar as ações da SEDC no convencimento das famílias a serem retiradas de moradias sob risco, quando envolver crianças e adolescentes; <input type="checkbox"/> Acionar o Ministério Público nos casos de resistência à saída da moradia, desde que constatado o risco de vida para as crianças e adolescentes.
<p>Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDC/SGU/PMO)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Secretariar o Núcleo de Gestão Estratégica quando convocado <input type="checkbox"/> Encaminhar informações ao Secretário de Gestão Urbana relatando os cenários de desastres quando implicar na mudança de Estágios de monitoramento das ações de Defesa Civil em toda extensão territorial de Olinda; <input type="checkbox"/> Encaminhar, se necessário, relatório circunstanciado ao prefeito, para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública; <input type="checkbox"/> Manter o prefeito permanentemente informado das ocorrências e previsões; <input type="checkbox"/> Prover suporte para o funcionamento das ações do sistema de Defesa Civil; <input type="checkbox"/> Articular as secretarias de governo para responder às emergências; <input type="checkbox"/> Reunir todas as informações sobre o cenário de desastres na cidade; <input type="checkbox"/> Encaminhar relatório ao Secretário de Desenvolvimento Social para subsidiar a decisão de autorizar a concessão do Auxílio Moradia; <input type="checkbox"/> Fornecer dados sobre ocorrências de acidentes e previsões de chuvas; <input type="checkbox"/> Manter as esferas Estadual e Federal do Sistema de Defesa Civil informadas sobre as ocorrências; <input type="checkbox"/> Manter alimentado o Sistema de informações S2ID/SEDC/MDREM toda situação emergencial ou em caso de desastre;

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Informar a Guarda Municipal para a proteção dos bens das famílias atingidas por acidentes ou removidas sob risco, quando em situação de abrigo e/ou sob atendimento da Prefeitura; <input type="checkbox"/> Atuar, quando necessário, como equipe de apoio junto ao Corpo de Bombeiros nos sinistros ocorridos dentro do Município; <input type="checkbox"/> Articular os órgãos internos e externos da Prefeitura para atendimento às emergências de acordo com as competências. <input type="checkbox"/> Dar o suporte logístico de transporte, material, comunicação e equipe operacional para as ações de respostas às situações de emergência; <input type="checkbox"/> Gerenciar a utilização dos meios de transporte necessários ao atendimento das emergências, bem como definir áreas para manutenção dos recursos mobilizados até o momento da utilização dos mesmos.
<p style="text-align: center;">Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Tecnologia e Turismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Gerenciar programas de acolhimento aos empreendedores afetados por desastres; <input type="checkbox"/> Viabilizar crédito emergencial para empreendedores afetados por desastres; <input type="checkbox"/> Desenvolver e apoiar sistemas de gestão de desastres aplicáveis ao cenário.
<p style="text-align: center;">Secretaria Especial da Mulher</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Identificar no ato do cadastramento, as necessidades de atendimento, possíveis referências que auxiliem uma futura reinserção desta mulher em território, medicamentos e quaisquer insumos indispensáveis, levando em consideração as necessidades específicas de mulheres crianças e demais pessoas do grupo familiar; <input type="checkbox"/> Encaminhamento de serviços e suporte; <input type="checkbox"/> Garantir a existência de serviços de abrigo exclusivos para mulheres e suas /seus filhos/os que tenham até 18 anos;

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Garantir a existência nos abrigos de áreas de dormitório separadas para homens e mulheres a fim de garantir a opção de privacidade das pessoas abrigadas; <input type="checkbox"/> Criação de um grupo de monitoramento permanente de visitas aos abrigos de mulheres e abrigos mistos; <input type="checkbox"/> No atendimento às mulheres e meninas em situação de violência é de fundamental importância manter o atendimento humanizado, com escuta atenta e respeitosa que considere o impacto da violência para aquela mulher e suas decisões.
--	---

8.2. Órgãos Setoriais e de Apoio:

Secretaria Estadual de Defesa Social	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Suplementar as ações de políticas públicas municipais relacionadas à garantia da ordem e à segurança pública através dos órgãos operativos, subsidiado pelo Decreto Estadual Nº 47.698, de 10 de julho de 2019. <input type="checkbox"/> Suplementar, através da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil do Estado as ações de prevenção, mitigação, resposta e reconstrução em apoio a Defesa Civil do município de Olinda.
COMPESA	Apoiar as ações da SEDC, no que se refere ao controle, manutenção e suspensão de fornecimento de água, em casos de vazamento ou rupturas iminentes na rede de abastecimento, que possam causar ou acentuar deslizamentos e erosão nas encostas.
CELPE	Apoiar as ações da SEDC, no que se refere ao controle, de manutenção e suspensão de fornecimento de energia elétrica, em casos de áreas vitimadas por acidentes, áreas com avaliação de acidente iminente e ainda nos casos de poda / erradicação de árvores de risco, impedida pela rede elétrica.
Bombeiros Civis	Auxiliar nas ações de resgate e socorro às pessoas afetadas atendendo orientações da SEDC/SGU/PMO
Companhia Estadual de habitação - CEHAB	<input type="checkbox"/> Apoiar nas ações necessárias a garantia da mobilidade nas comunidades circunvizinhas do canal da Malária, obra do Governo do Estado;

	<input type="checkbox"/> Realizar ações mitigadoras no canal da Malária evitando inundações ou agravamento de cenários nas comunidades circunvizinhas
Voluntários	Apoiar as ações desencadeadas dentro da demanda estabelecida e coordenada pela SEDC/SGU/PMO

9. DA IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DE CRISES - GCRISES

O Gabinete de Crise é o local instalado, provisoriamente, para a gestão da crise e desenvolvimento das ações emergenciais nos municípios afetados por desastre. Nos casos de eventos extremos o Gabinete de Crises será instalado no auditório do palácio dos Governadores de onde sairão as decisões estratégicas de resposta ao evento anormal.

Compõe o elenco do Gabinete de Crises todas as Secretarias envolvidas nas ações emergências de resposta ao desastre.

Em seu nível estratégico funcionará com comandamento integrado de onde sairão as decisões de governo para melhor atender as comunidades afetadas e repassadas aos demais órgão instalados na sala de operações diante das precipitações pluviométricas ocorridas nos municípios de Olinda. O Núcleo Estratégico de Gestão será composto pelos titulares dos seguintes órgãos da administração municipal:

Gabinete do Prefeito (Presidente)

Gabinete do vice-prefeito

Secretaria de Governo

Secretaria da Fazenda

Secretaria de Saúde

Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Secretaria de Gestão Urbana

Secretaria Executiva de Defesa Civil (Secretário)

Deverá ainda receber suporte da Secretaria de Comunicações que designará um porta voz que concentrará todas as informações e será responsável pelo relacionamento com a imprensa local a fim de evitar ruídos.

A sala de operações será ativada no auditório do Palácio dos Governadores, sede do Governo Municipal, após avaliação inicial dos efeitos e danos provocados pelos desastres relacionados com o incremento das precipitações que levarem a Decretação de Alerta máximo.

De acordo com a evolução do problema, poderão ser convidados outros órgãos na esfera Municipal, Estadual ou Federal para apoiar as ações de resposta e restabelecimento da



normalidade nas áreas atingidas, a exemplo das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e SEDS.

10. GRUPO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES - GGRD

O GGRD é uma instância de articulação entre diversas instituições que integram o Sistema Municipal de Defesa Civil do Município de Olinda, instituído por decreto municipal para redução significativa dos riscos de desastres, prevenindo:

- Perdas de vidas humanas, meios de subsistência e saúde.
- Danos a ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais que impactam pessoas, empresas e comunidades.

Constitui-se num pilar essencial da resiliência urbana no município de Olinda, garantindo a segurança e a proteção da população frente aos desafios climáticos e ambientais no território municipal.

O GGRD será composto por membros indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete da Prefeita;

II – Gabinete do Vice-Prefeito

III - Secretaria e Governo;

IV - Secretaria de Gestão Urbana;

V - Secretaria do Meio Ambiente e Planejamento Urbano;

V - Secretaria de Obras;

VI - Secretaria de Segurança Cidadã;

VII - Secretaria de Desenvolvimento Social de Direitos Humanos;

VIII - Secretaria de Saúde

IX – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana;

X – Procuradoria Geral Municipal

XI – Secretário executivo de Defesa Civil.

O GGRD terá caráter permanente, com reuniões semanais em período de chuvas e de ocorrência de eventos climáticos extremos, e em caráter extraordinário, mediante convocação de sua coordenação. A coordenação do será exercida pelo representante da Secretaria de Governo, substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo representante da SGU.

A articulação executiva do GGRD será exercida pela Subsecretaria Executiva de Defesa Civil da SGU.



11. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Após a normalização das situações emergenciais ou a redução dos índices pluviométricos a níveis seguros, o plano de contingência deve ser desativado. Esse processo inclui a desmobilização dos parceiros e recursos empregados nas ações de Defesa Civil durante a emergência. Assim como na ativação, a desativação deve seguir critérios estabelecidos, ser conduzida por autoridades competentes e observar procedimentos específicos para a retomada da normalidade.

11.1. Critérios para desmobilização

A desmobilização das ações e deslocamento de recursos previstos no plano de contingência só deverá ser realizada quando:

- As precipitações pluviométricas, estiverem em níveis considerados estáveis conforme indicadores de monitoramento;
- Em situações de desastres, quando todas as ações de socorro, assistência às famílias e reabilitação do cenário de desastre estiverem sob controle.

11.2. Autoridades para desmobilização

A desmobilização do período de alerta máximo será feita pelo Prefeito ou pelo Secretário Executivo de Defesa Civil de Olinda após identificação do período de volta à normalidade dos índices pluviométricos, por deliberação do GGDR, sendo operacionalizada pelo Secretário Executivo de Defesa Civil designado para operacionalizar o plano de contingência na situação emergencial.

11.3. Procedimentos para desmobilização

Após a decisão da desmobilização do Plano, em função da volta da normalidade e segurança global da população, alguns procedimentos deverão ser tomados, a saber:

- Os órgãos parceiros deverão acionar seus protocolos internos para retorno dos recursos;
- O plano de chamada deverá ser desativado;
- O Gabinete de Crise deverá ser desativado;
- Deverá ser realizado *Debriefing* envolvendo todos os órgãos envolvidos;
- As informações deverão ser compiladas em relatórios.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação dos problemas urbanos e a necessidade de adequar as políticas públicas à realidade local fizeram com que gestores municipais adotassem práticas inovadoras de gestão



urbana.

A governança é definida pelos mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não estatais, com elaboração de normas e definição de competências, garantindo graus de previsibilidade, participação, transparência e prestação de contas.

Nesse contexto o Plano de Contingência – PLACON 2026 surge como ferramenta de Gestão frente à ocorrência de desastres decorrentes de eventos climáticos extremos. Entrará em ativação a partir da necessidade de dos eventos adversos/desastres, sendo tecnicamente avaliada sua ativação e a necessidade de sua desmobilização.

É importante ressaltar de maneira prática, contudo, que a adaptação desse plano é fator de efetividade se constituindo num processo dinâmico que ocorre à medida que a situação se desenvolve e novas informações são obtidas. Essa revisão tem como objetivo identificar possíveis lacunas, desafios e áreas que precisam ser aprimoradas, possibilitando a modificação das estratégias, ações e recursos do plano para garantir sua adequação às necessidades futuras.

A colaboração e o engajamento de todos os envolvidos promovem a troca de conhecimento, experiências e boas práticas, fortalecendo a capacidade de resposta (*World Health Organization*, 2017).



ANEXOS



ANEXO I: LISTA DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS E PONTOS DE APOIO

NOME	TIPO	TIPO DE USO	RPA	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	FONE



ANEXO II: PLANO DE CHAMADA DOS ORGÃOS MUNICIPAIS

PLANO DE CHAMADA		
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	REPRESENTANTES	FONE PARA ACIONAMENTO
Prefeito Municipal	MIRELLA ALMEIDA	-----
Vice-Prefeito	FRANCISCO CARVALHO DA SILVA NETO "CHIQUINHO"	-----
Secretaria de Governo	TITULAR: Júlio Correia	81 99656-5922
	SUPLENTE:	
Secretaria de Planejamento Estratégico e Gestão Participativa	TITULAR: João Lira	81 99699.7503
	SUPLENTE:	
Secretaria da Fazenda	TITULAR: Claudia Tabosa	81 989122.8070
	SUPLENTE:	
Secretaria de Gestão Urbana	TITULAR: Rafael Arruda	81.99720.2343
	SUPLENTE:	
Secretaria de Obras	TITULAR: Cláudia Peregrino	81 99346-7622
	SUPLENTE:	
Procuradoria Municipal	TITULAR: Dayseanne Dolores do Monteiro	8199197.4154
	SUPLENTE:	
Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;	TITULAR: Guilherme Cabral	81 98173-9389
	SUPLENTE:	
Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo	TITULAR: Marília Banholzer	81 98815.0298
	SUPLENTE:	
Secretaria de Mobilidade Urbana	TITULAR: Erivaldo Coutinho	81 98609.1324
	SUPLENTE:	
Secretaria de Segurança Cidadã	TITULAR: Cel Pereira Neto	81 98967-3829
	SUPLENTE:	
Secretaria de Comunicação	TITULAR: Marlón Diego	81 98815-0298
	SUPLENTE:	
Secretaria de Saúde	TITULAR: Eveline Aragão	81 99239.4058
	SUPLENTE:	
Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração	TITULAR: Luciano Ramos Brasileiro	81 99974.5670
	SUPLENTE:	
Secretaria de Esportes e Juventude	TITULAR: Sérgio Santos	81 98610.1058
	SUPLENTE:	
Secretaria de Educação	TITULAR: Odin Neves	81 99280.4999
	SUPLENTE:	
Agência de Desenvolvimento	TITULAR: Bruna Lins	81 99920.5983
	SUPLENTE:	

Secretaria da Mulher	TITULAR: Juliana Magalhães	81 99188-3825
	SUPLENTE:	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Inovação, Tecnologia e Turismo	TITULAR: Gabriela Campelo	81 99216.9035
	SUPLENTE:	
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	TITULAR: Anna Karla	81 99209.9864
	SUPLENTE:	

PLANO DE CHAMADA		
ÓRGÃOS setoriais		
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	REPRESENTANTES	FONE PARA ACIONAMENTO
Compesa	TITULAR:	
	SUPLENTE:	
Neoenergia	TITULAR:	
	SUPLENTE:	
IPHAN	TITULAR:	
	SUPLENTE:	
Secretaria de Defesa Social	TITULAR:	
	SUPLENTE:	
CEHAB	TITULAR:	
	SUPLENTE:	
Secretaria da Casa Militar	TITULAR:	
	SUPLENTE:	

PLANO DE CHAMADA		
ÓRGÃOS de Apoio		
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	REPRESENTANTES	FONE PARA ACIONAMENTO
Bombeiros Cívicos	TITULAR: Fábio José	81 98803.0623





PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
SECRETARIA DE GESTÃO URBANA
SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL

ANEXO III: FORMULÁRIOS S2ID (FIDE - DMATE)

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC	
	Formulário de Informações do Desastre – FIDE

1. Identificação			
UF:	Município:		
População (Habituantes):	PIB (Anual):	Orçamento (Anual):	Arrecadação (Anual):
	R\$	R\$	R\$
Receita Corrente Líquida – RCL			
Total Anual: R\$		Média Mensal: R\$	

2. Tipificação		3. Data de Ocorrência			
COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)	Dia	Mês	Ano	Horário

4. Área Afetada/Tipo de Ocupação	Não Existe/ Não Afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial				
Comercial				
Industrial				
Agrícola				
Pecuária				
Extrativismo Vegetal				
Reserva Florestal ou APA				
Mineração				
Turismo e Outras				



Descrição das Áreas Afetadas (Especificar se Urbana e/ou Rural):

5. Causas e Efeitos do Desastre - Descrição do Evento e Suas Características:

6. Danos Humanos, Materiais ou Ambientais

6.1 – Danos Humanos

<i>Tipo</i>	Nº de Pessoas
<i>Mortos</i>	
Feridos	
Enfermos	
Desabrigados	
Desalojados	
Desaparecidos	
Outros Afetados	
Total de Afetados	

Descrição dos Danos Humanos:

6.2 – Danos Materiais

Tipo	Quantidade s	Quantidade s	Valor (R\$)
Unidades Habitacionais			
Instalações Públicas de Saúde			
Instalações Públicas de Ensino			
Instalações Públicas Prestadoras de Outros Serviços			
Instalações Públicas de Uso Comunitário			
Obras de Infraestrutura Pública			

Descrição dos Danos Materiais:		
6.3 – Danos Ambientais	Tipo	População do Município Atingida
	Contaminação do Ar	<input type="checkbox"/> 0 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> 10 a 20% <input type="checkbox"/> Mais de 20%
	Contaminação da Água	<input type="checkbox"/> 0 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> 10 a 20% <input type="checkbox"/> Mais de 20%
	Contaminação do Solo	<input type="checkbox"/> 0 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> 10 a 20% <input type="checkbox"/> Mais de 20%
	Diminuição ou Exaurimento Hídrico	<input type="checkbox"/> 0 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> 10 a 20% <input type="checkbox"/> Mais de 20%
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área Atingida <input type="checkbox"/> Até 40% <input type="checkbox"/> Mais de 40%
Descrição dos Danos Ambientais:		

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados

7.1 – Prejuízos Econômicos Públicos	Serviços Essenciais Prejudicados	Valor Para Restabelecimento (R\$)
	Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências	
	Abastecimento de água potável	
	Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	
	Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	
	Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controlado de pragas	
	Geração e distribuição de energia elétrica	
	Telecomunicações	
	Transportes locais, regionais e de longo curso	
	Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	
	Segurança Pública	
	Ensino	
	Valor Total dos Prejuízos Públicos	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:		
7.2 – Prejuízos Econômicos Privados	Setores da Economia	Valor (R\$)
	Agricultura	
	Pecuária	
	Indústria	
	Comércio	
	Serviços	
	Valor Total dos Prejuízos Privados	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:		

8. Instituição Informante				
Nome da Instituição:		Nome do Responsável:		
Endereço:				
CEP:				
E-mail:				
Cargo:	Assinatura e Carimbo	Dia	Mês	Ano

9. Instituições Informadas	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec		

<p>Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar CEP: 70.067-901 - Brasília/DF Telefone Plantão: 0800 644 0199</p>
--



**DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE**

Município:	UF:		
1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:	SIM	NÃO	
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público			
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal			
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre			
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados			
Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:			
2. Informações Relevantes sobre o desastre			
HISTÓRICO DE DESASTRE	SIM	NAO	
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente			
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente			
Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial			
3. Informações sobre capacidade gerencial do Município			
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	SIM	NAO	
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município			
O município possui COMDEC ou órgão correspondente			
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido			
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município			
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual			
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA			
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal			
Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre			
4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.			
4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais			
Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			
PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	S/N	NA	QUANT.
Apoio a Saúde e Saúde Pública			
Avaliação de Danos			
Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)			
Assistência médica			
Busca, resgate e salvamento			
Segurança pública			
Ajuda humanitária			
Promoção, assistência e comunicação social			
Outros			
Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.			
4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:			
Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT.
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte			
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos			
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			

Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.

4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal			
Oriundos de Fonte Extra orçamentária Municipal			
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG			
Oriundos de Outras fontes			

Descrever e/ou detalhar

5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil:
Telefone:

E-mail:

Local e Data : _____ , _____ de _____ de 20__



ANEXO IV: COBRADE - CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES

CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES (COBRADE)

COMO IDENTIFICAR O NÚMERO RESPECTIVO À TIPOLOGIA COBRADE

Exemplo:



1. NATURAIS

1. GEOLÓGICO

2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1	
------------------	-------------------------------------	---	-----------	--

1. NATURAIS

2. HIDROLÓGICO

2. Hidrológico	1. Inundações	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
	2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
	3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e conseqüente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	

ANEXO V: LISTA DE PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DE OLINDA 2026

GT PLANCON 2026

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DIREITOS HUMANOS

Josineide Ferreira da Silva

jonegra@hotmail.com

Técnica Nível Superior - Assistente Social

98648-8921

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Virginia Pereira Lins

RG 1601099

CPF 351354414-68

Diretora de Administração e Patrimônio

sSec Gova.dgap@gmail.com

81 98363-7359

SECRETARIA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE OLINDA

CAMILA GOMES FERREIRA NASCIMENTO

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

camilagferreiran@gmail.com

81 9285-4755

OLINDAPREV

Eládio Deodato de Barros Junior

Técnico Administrativo (Servidor Efetivo)

eladio353@gmail.com

81 98891-5645



SECRETARIA DE SAÚDE

Ana Claudia Pantoja

Diretora

gabinetsaudeolinda@gmail.com

81.99513.8885

SECRETARIA DE CONTROLE URBANO E MEIO AMBIENTE

Apurinã Amazonas Caldas Filho

Engenheiro Civil

apurinacaldas@gmail.com

81 99978-7676

SECRETARIA DE OBRAS

VERA DOS SANTOS FRAGOSO

Engenheira - coordenadora de convênios

vera.santosfragoso@gmail.com

81 98851-5188

SECRETARIA DE ESPORTES E JUVENTUDE

Marcelo José da Silva Bezerra

pitcheloolinda@gmail.com

81 98840-6128

PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

Daniella Viana Duque Lima

Procuradora Municipal

danielladuquelima@gmail.com

81-99152-6863



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Severina Conceição da Silva

Coordenadora de Ações Especiais

81 98442-3332

SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ

Ivson Rodrigo da Silva de Melo

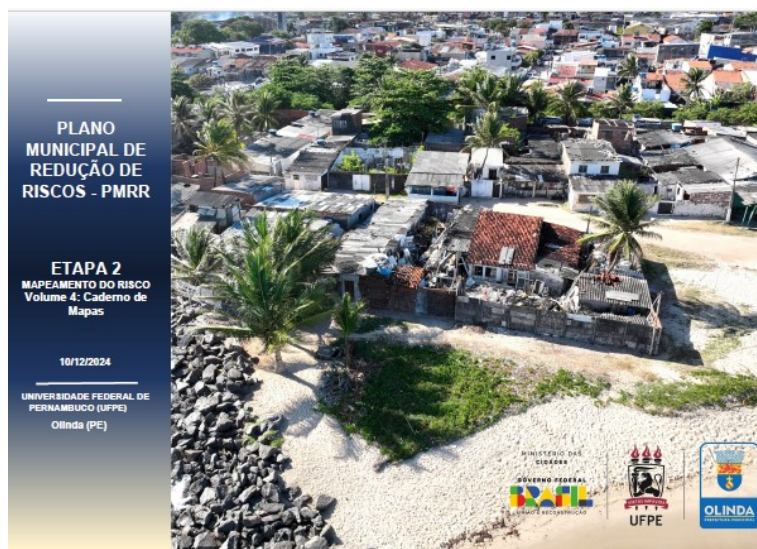
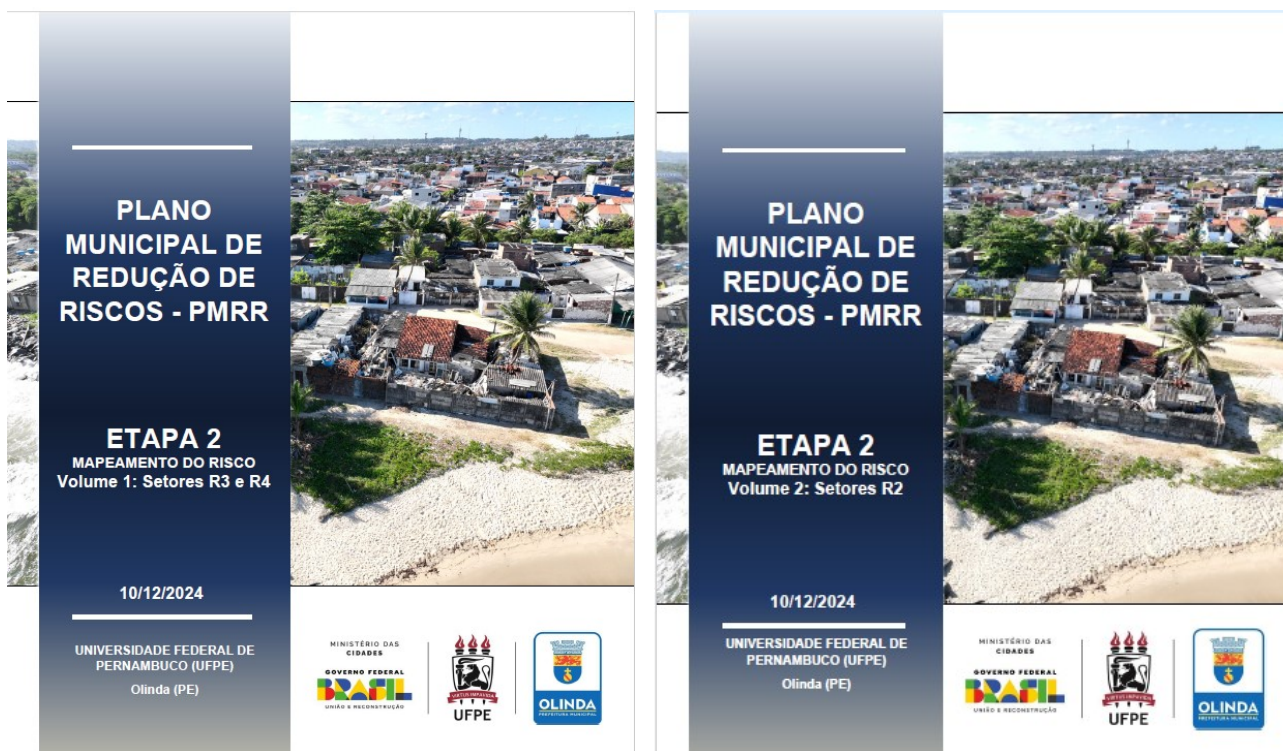
Secretário Executivo de Planejamento em Segurança Cidadã

81 9.9558-7633

rodrigossilvasepac@gmail.com



ANEXO VII: PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCO (PMRR)



Acesso: <https://www.olinda.pe.gov.br/secretarias-e-orgaos/secretaria-de-gestao-urbana/>



ANEXO VIII - PROTOCOLOS DE ATUAÇÃO DO PLACON

Para a elaboração dos protocolos apresentados neste documento, foram realizadas reuniões preparatórias com os diversos setores da gestão pública municipal, além de consultas diretas à população, através de lideranças comunitárias e ainda membros dos NUPDECs.

Esse processo coletivo possibilitou identificar lacunas, alinhar competências e promover a integração intersetorial, resultando em fichas operacionais que refletem tanto as atribuições legais quanto a capacidade real de resposta das instituições envolvidas.

Neste sumário executivo estão apresentados os principais protocolos de atuação em situação de desastres para Olinda, selecionados a partir da maior frequência de ocorrência no município. Os demais protocolos estão sistematizados no relatório completo do PLACON municipal.

ATIVACÃO DO PLANO	
PROTOCOLO DE MOBILIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	
Pré-ativação do Plano de Contingência	A fase de pré-ativação é acionada antes da ocorrência do desastre, com foco em antecipar ações e garantir prontidão das estruturas operacionais.
Condições para iniciar a pré-ativação	<ul style="list-style-type: none">• Emissão de boletins de risco (CEMADEC);• Identificação de ameaça com potencial de impacto sobre o território;• Tendência de agravamento de indicadores monitorados (hidrometeorológicos, geotécnicos ou tecnológicos);
Ações da Defesa Civil e GABINETE DE CRISES	<ul style="list-style-type: none">• Convocar reunião extraordinária da GABINETE DE CRISES;• Atualizar diagnóstico da ameaça e possíveis áreas impactadas;• Identificar e notificar os órgãos responsáveis por fluxos prioritários (GABINETE DE CRISES);• Atualizar os contatos e canais de comunicação entre as instituições;
Preparação logística e operacional	<ul style="list-style-type: none">• Verificar disponibilidade e reposicionar recursos estratégicos (viaturas, embarcações, kits de abrigo, EPIs, medicamentos, etc.);• Revisar e validar os planos setoriais conforme o tipo de ameaça COBRADE;• Avaliar estrutura física dos abrigos e preparar locais para possível abertura;• Garantir prontidão das equipes operacionais;
Comunicação e mobilização social	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar canais de alerta à população;• Disseminar orientações preventivas às comunidades vulneráveis;• Acionar lideranças locais e NUPDECs para apoio na disseminação de informações;
Coordenação e monitoramento	<ul style="list-style-type: none">• Manter a Sala de Situação no CEMADEC com monitoramento 24h;• Estabelecer articulação direta com Defesa Civil Estadual e órgãos federais;• Iniciar registro sistemático de decisões, evidências e ações preventivas (diário de bordo);
Importante:	A fase de pré-ativação não implica na execução imediata das ações de resposta, mas garante o alinhamento prévio, a mobilização estratégica e a prontidão do sistema para rápida ativação do plano, caso necessário.

<p>Critério para ATIVAÇÃO</p>	<p>A ativação do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) de Olinda ocorre quando o risco identificado atinge um nível de severidade que exige resposta imediata, articulada e interinstitucional. A decisão pela ativação é baseada em critérios objetivos, respaldados por evidências técnicas, protocolos de risco e diretrizes nacionais de proteção e defesa civil.</p>
<p>Critérios técnicos e ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de alertas oficiais (CEMADEC) indicando risco de desastre; • Monitoramento confirma elevação significativa de rios, barragens, encostas ou estruturas urbanas com risco de colapso; • Ocorrência de evento extremo já em curso, com potencial de afetar áreas habitadas ou infraestrutura crítica; • Detecção de acidente tecnológico (ex.: vazamento químico, explosão, incêndio, rompimento de adutora) com risco populacional.
<p>Critérios sociais e de impacto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de população em risco direto ou deslocada de suas residências; • Danos registrados a equipamentos públicos de saúde, educação, transporte ou saneamento; • Situação de emergência ou calamidade reconhecida ou em vias de ser reconhecida pelo município, estado ou união; • Aumento expressivo no número de chamados para emergência (199, 193, SAMU), indicando agravamento súbito da situação.
<p>Critérios operacionais e de capacidade de resposta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constatação de que os meios rotineiros das secretarias e serviços públicos são insuficientes para conter ou mitigar os efeitos do evento; • Necessidade de ativação do Gabinete de Gestão de Crise, da rede de abrigos e do sistema logístico de resposta; • Requisição de apoio externo (municipal, estadual, federal ou da sociedade civil) devido à escalada da emergência; • Inviabilidade de manter os serviços essenciais sem ação coordenada da GABINETE DE CRISES.
<p>A ativação do PLACON se dará pela autoridade competente: Executivo Municipal ou Secretário Executivo da Defesa Civil de Olinda.</p>	
<p>A ativação implica a imediata adoção dos protocolos operacionais por cenário COBRADE, com mobilização dos recursos, fluxos e instituições descritos no presente plano.</p>	

PRINCIPAIS PROTOCOLOS DE PARA GESTÃO DE DESASTRES

COMUNICAÇÃO	
PROTOCOLO COMUNICAÇÃO EM DESASTRES	
OBJETIVO: Garantir o adequado fluxo de informações seguras à sociedade civil em coordenação com a Defesa Civil, a partir no órgão competente.	
FLUXO DA COMUNICAÇÃO	
1. FASE DE PRÉ-CRISE	
Ação	Comentário CDC (2023)
• Definir e treinar os porta-vozes oficiais (prefeito, coordenador da Defesa Civil, técnicos da saúde)	"Estabelecer a credibilidade do porta-voz antes da crise facilita a aceitação de mensagens em momentos de tensão."
• Elaborar e testar mensagens-chave com base em riscos prováveis (ex: enchentes)	"Mensagens testadas com o público-alvo garantem clareza, empatia e compreensão durante o evento."
• Produzir material pré-aprovado (<i>templates</i> de boletins, posts, notas à imprensa)	"Mensagens prontas aceleram a resposta nas primeiras 48h, quando há maior demanda da mídia."
• Firmar acordos com rádios comunitárias e veículos de imprensa para uso prioritário	"Parcerias estabelecidas garantem canais eficazes para alcance rápido e segmentado da população."
• Criar e manter banco de contatos de líderes comunitários, religiosos e associações	"Lideranças locais aumentam a capilaridade da mensagem e reforçam a legitimidade."
• Estabelecer fluxograma de aprovação rápida de mensagens	"Atrasos na liberação da informação reduzem a confiança pública e abrem espaço para rumores."
2. FASE INICIAL (PRIMEIRAS 48H APÓS O DESASTRES)	
Ação	Comentário CDC (2023)
• Confirmar o evento com fontes oficiais e ativar plano de comunicação	"Verificar a situação antes de comunicar é essencial para credibilidade."
• Publicar primeira nota oficial com empatia, fatos conhecidos e compromisso com atualização	"Be first, be right, be credible. A primeira mensagem molda a percepção pública do evento."
• Comunicar ações imediatas da prefeitura e da Defesa Civil	"Informar o que está sendo feito transmite controle e reduz medo."

• Instruir a população sobre o que fazer (abrigos, evacuação, autoproteção)	"Mensagens com ações práticas dão às pessoas um senso de controle e reduzem ansiedade."
• Atualizar imprensa e redes sociais a cada 2–4 horas nas primeiras 24h	"Consistência e frequência de atualizações são fatores centrais na gestão do risco."
• Realizar a primeira coletiva com técnicos e gestores com mensagens harmônicas	"Evitar vozes contraditórias protege a credibilidade institucional."
3. FASE MANUTENÇÃO (DURANTE O DESASTRE ATIVO)	
Ação	Comentário CDC (2023)
• Manter atualizações periódicas mesmo sem novas informações	"Dizer que não há novidades é melhor do que o silêncio, que gera especulação."
• Monitorar redes sociais, rádios e imprensa para detectar boatos	"Corrigir informações falsas é tão importante quanto divulgar as verdadeiras."
• Promover ações de escuta com população afetada e lideranças comunitárias	"Ouvir é comunicar: incorporar feedback fortalece vínculos e ajusta a mensagem."
• Reforçar medidas de segurança e saúde pública com linguagem acessível	"A repetição clara de mensagens salva vidas."
• Envolver influenciadores locais para ampliar o alcance da informação	"Terceiros validados ajudam a legitimar a resposta institucional e diversificar canais."
4. FASE DE RESOLUÇÃO	
Ação	Comentário CDC (2023)
• Comunicar o fim da fase crítica com balanço das ações	"Transparência pós-crise preserva a confiança conquistada."
• Reconhecer falhas e destacar acertos com honestidade	"A autocrítica honesta humaniza e aumenta credibilidade futura."
• Divulgar planos de recuperação e orientações para retorno seguro	"O foco no futuro ajuda a população a sair do estado de paralisia."
• Promover campanhas educativas pós-crise (prevenção, saúde mental, reconstrução)	"Após a crise, o público está mais sensível a mudanças de comportamento."
• Atualizar o site da prefeitura com histórico e lições aprendidas	"A memória institucional é ferramenta para respostas mais rápidas no futuro."
5. FASE DE AVALIAÇÃO (LIÇÕES APRENDIDAS)	
Ação	Comentário CDC (2023)

• Realizar reunião de avaliação com equipe de comunicação e parceiros	"A revisão coletiva permite ajustes reais no plano."
• Documentar o que funcionou e o que precisa melhorar	"Transformar experiência em aprendizado estruturado é essencial para resiliência."
• Atualizar o plano de comunicação conforme lições aprendidas	"O plano é um organismo vivo que deve crescer após cada crise."
• Aplicar nova rodada de treinamento com base nos ajustes realizados	"Treinamento contínuo mantém a prontidão da equipe e reduz erros."

FORMULÁRIOS DE COMUNICAÇÃO

A seguir, quatro formulários operacionais baseados no checklist de comunicação em desastres com boas práticas do CDC (2003). Eles podem ser usados pela Prefeitura e pela Defesa Civil de Olinda para organizar e padronizar a comunicação durante todas as fases do desastre.

Formulário 1 – Roteiro de Primeira Declaração Pública (CDC, 2003)

Nome do Porta-Voz: _____

Cargo: _____

Data e Hora: _____ / _____:_____

Local: _____

1. Expressão de empatia "Sabemos que este é um momento difícil para todos e compreendemos a angústia das famílias afetadas..."

2. Confirmação dos fatos

• O que aconteceu: _____

• Onde: _____

• Quando: _____

3. Ações em andamento

• Equipes mobilizadas: _____

• Medidas emergenciais: _____

4. O que a população deve fazer

• Evacuar áreas? Onde? _____



- Abrigos disponíveis: _____
- Recomendações sanitárias: _____

5. Compromisso com atualizações "Seguiremos informando a população pelas redes oficiais da Prefeitura a cada [2/4] horas ou sempre que houver novidades significativas."

Formulário 2 – Modelo de Boletim de Situação (para redes sociais e imprensa)

Data e Hora: _____ / _____ : _____

Situação atual

- Tipo de desastre: _____
- Regiões (Bairros) afetados: _____
- População impactada: _____

Ações da Prefeitura/Defesa Civil

- Equipes em campo: _____
- Recursos mobilizados: _____
- Número de abrigos ativos: _____

Instruções à população

- Áreas de risco: _____
- Abrigos disponíveis: _____
- Recomendações sanitárias: _____

Atualização seguinte prevista para: _____ : _____

Fontes oficiais: [@PrefeituraPOA], [site], [Whatsapp]

Formulário 3 – Guia Rápido para Porta-Voz (Briefing antes de coletivas)

Nome do Porta-Voz: _____

Evento/Coletiva: _____

Público-alvo: () Mídia () População () Parlamentares () Técnicos

Pontos obrigatórios na fala inicial:



- Expressar empatia
- Informar apenas o que se sabe
- Assumir compromisso com a verdade
- Dizer o que a população pode fazer agora
- Explicar o que está sendo feito pela gestão
- Apontar os próximos passos

Evitar:

- Minimizar os riscos
- Repassar culpas
- Usar linguagem técnica
- Especular sobre causas ou números

Frases modelo:

“Ainda estamos apurando os dados. O que sabemos com certeza é...” “Nosso foco agora é salvar vidas e manter todos informados com clareza.” “Estamos agindo com base nos protocolos e com apoio técnico do governo estadual/federal.”

Formulário 4 – Registro de Ocorrências de Boatos e Desinformação

Data e Hora: _____ / ____:_____

Responsável pelo registro: _____

Boato detectado:

Meio onde circulou: () Redes sociais (qual?) _____ () WhatsApp () Rádio local ()
Imprensa () Outro: _____

Risco à população: () Baixo () Moderado () Alto

Resposta já emitida? () Sim | Onde: _____ | Por quem: _____ () Não |
Ação recomendada: _____

Ações sugeridas:

- () Publicar desmentido no site
- () Gravar vídeo com autoridade
- () Acionar rádio comunitária
- () Engajar líderes locais
- () Encaminhar ao jurídico



PRINCIPAIS PROTOCOLOS PARA GESTÃO DE DESASTRES

ABRIGOS
PROTOCOLO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS EM DESASTRES
OBJETIVO: Garantir acolhimento digno, seguro e organizado para pessoas deslocadas por desastres, por meio da implementação de abrigos temporários operados por organizações da sociedade civil em coordenação com a Defesa Civil.
GESTÃO DOS ABRIGOS
1. PLANEJAMENTO DO ABRIGO
<ul style="list-style-type: none">• Mapeamento de locais públicos e privados com infraestrutura básica (escolas, ginásios, igrejas)• Avaliação de acessibilidade e segurança (acesso viário, não estar em áreas de risco)• Capacidade mínima estimada por metro quadrado por pessoa: 3,5 m²/pessoa, idealmente 4,5 m² em áreas urbanas.
Como fazer: Realizar vistorias técnicas com engenheiros e coordenadores de abrigo antes da ativação. Utilizar planta baixa para simular layout e identificar fluxos internos.
2. INSTALAÇÃO E INFRAESTRUTURA
<ul style="list-style-type: none">• Espaço mínimo por pessoa: 3,5 m² (em áreas comuns ou individuais)• Divisórias ou lonas para garantir privacidade• Iluminação adequada, com áreas externas iluminadas à noite• Ventilação natural ou forçada (quando possível)• Telhado e piso elevados para proteção contra água e umidade• Áreas separadas para famílias, pessoas com deficiência, idosos, LGBTQIAPN+
Como fazer: Utilizar materiais locais e mão de obra da própria comunidade, com apoio de voluntários capacitados. Distribuir kits de isolamento térmico e lonas impermeáveis.
3. SANEAMENTO, HIGIENE E SEGURANÇA
<ul style="list-style-type: none">• Banheiros temporários na proporção de 1 para cada 20 pessoas, com relação 3:1 para mulheres e homens• Ponto de água potável com sabão/álcool• Espaços adequados e seguros para banho e higiene pessoal• Área de descarte de lixo com coleta periódica• Sistema de drenagem para águas pluviais
Como fazer: Firmar parceria com empresa de saneamento e limpeza. Garantir a instalação de banheiros químicos ou modulares com manutenção regular.
4. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Cozinha comunitária com área de preparo e armazenamento de alimentos• Garantia de três refeições por dia com atenção à diversidade cultural• Espaço para alimentação seguro, ventilado e coberto• Equipamentos adequados para armazenamento e preparo.
Como fazer: Estabelecer rodízio de voluntários para preparar refeições, priorizar alimentos não perecíveis e utilizar cozinhas móveis quando necessário.
5. PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO PSICOSSOCIAL
<ul style="list-style-type: none">• Cadastramento com perfil socioassistencial• Espaço de escuta e atendimento psicossocial• Área segura para crianças com brinquedos e atividades recreativas• Canal de denúncias seguro e anônimo para casos de violência
Como fazer: Alocar equipe mínima de psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais. Implementar cartazes com informações sobre direitos e canais de proteção.
6. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
<ul style="list-style-type: none">• Comitê gestor do abrigo com representantes dos abrigados• Mecanismos de feedback e sugestão• Reuniões semanais para avaliar problemas e soluções
Como fazer: Criar escala de tarefas entre os abrigados, estimulando corresponsabilidade e autonomia. Realizar rodas de conversa e assembleias participativas.
7. GESTÃO ADMINISTRATIVA
<ul style="list-style-type: none">• Nomeação de coordenador geral e responsáveis por áreas (higiene, alimentação, proteção, manutenção)• Organizar a escala/contratação de pessoal para apoio nas atividades

<ul style="list-style-type: none"> • Registro diário de entradas, saídas, doações e incidentes • Relatórios periódicos para a Defesa Civil Municipal
<p>Como fazer: Utilizar formulários padronizados e planilhas digitais ou físicas. Garantir que a comunicação com a Defesa Civil seja feita por canal oficial.</p>
<p>FLUXO DE ATENDIMENTO DO ABRIGO</p>
<p>1. RECEPÇÃO E ACOLHIDA INICIAL</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Equipe treinada presente na entrada (mín. 2 pessoas por turno) • Acolhimento humanizado com escuta ativa e linguagem acessível • Verificação rápida de necessidades urgentes (ferimentos, crise emocional) • Encaminhamento prioritário para PCDs, idosos, crianças desacompanhadas • Orientação inicial sobre funcionamento do abrigo, regras e direitos
<p>Como fazer: Disponibilizar cartazes explicativos e voluntários com coletes identificados. Garantir acessibilidade no espaço de recepção.</p>
<p>2. CADASTRO INDIVIDUAL E FAMILIAR</p>
<p>Preenchimento de Formulário de Cadastro (ver modelo) Registro de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome completo e CPF (se disponível) • Composição familiar (nome dos membros e grau de parentesco) • Condições de saúde (uso contínuo de medicamentos, deficiências) • Presença de pets (tipo, quantidade, condição) • Contato de emergência
<p>Como fazer: Manter equipe de apoio com assistentes sociais. Garantir área reservada para entrevistas com privacidade.</p>
<p>3. TRIAGEM E CLASSIFICAÇÃO DE NECESSIDADES</p>
<p>Avaliação por perfil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência • Crianças e adolescentes • Idosos • Gestantes/lactantes • Pessoas LGBTQIAPN+ <p>Encaminhamento para áreas específicas se necessário Anotação de necessidades específicas (alimentação, higiene, suporte emocional)</p>
<p>Como fazer: Criar fichas coloridas com códigos de necessidades e incluir em crachás ou pulseiras identificadoras.</p>
<p>4. ENCAMINHAMENTO A ESPAÇOS DE DORMITÓRIO E HIGIENE</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Entrega de kit individual (colchonete, cobertor, kit higiene, roupa) • Atribuição de espaço familiar ou individual (com divisória ou setor separado) • Informação sobre localização de banheiros, refeitório e sala de apoio • Registro do local destinado no cadastro
<p>Como fazer: Criar mapa interno do abrigo e orientar com placas e voluntários guias.</p>
<p>5. APOIO A PETS E ACOMPANHAMENTO VETERINÁRIO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro do animal com nome, espécie, porte e tutor responsável • Encaminhamento a espaço próprio e seguro com abrigo, água e alimentação • Acesso a vacinação básica, vermifugação (em parceria com veterinários)
<p>Como fazer: Montar canil improvisado com cercados e designar responsável por turno. Articular com universidades ou ONGs de proteção animal.</p>
<p>6. APOIO PSICOSSOCIAL E ATENDIMENTO CONTINUADO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de escuta ativa com equipe psicossocial (mínimo 1 profissional por turno) • Atividades para crianças e espaço lúdico • Mediação de conflitos e apoio para reconstrução de vínculos perdidos • Encaminhamento a CRAS, CREAS ou rede de saúde, se necessário
<p>Como fazer: Criar espaço acolhedor (sala da escuta) com conforto e privacidade. Agendar horários conforme disponibilidade.</p>
<p>7. REGISTRO E ATUALIZAÇÃO DIÁRIA 8. PLANEJAMENTO DA SAÍDA E DESMOBILIZAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do cadastro com novas informações (entradas/saídas de membros,

<p>adoecimento, transferência)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registro de participação em refeições, higiene, atividades • Identificação de demandas não atendidas
<p>Como fazer: Manter pasta individual ou planilha eletrônica segura. Garantir backup diário.</p>
<p>8. PLANEJAMENTO DA SAÍDA E DESMOBILIZAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação conjunta com a família/tutor sobre possibilidade de retorno • Encaminhamento a programas habitacionais ou familiares solidários • Entrega de certificado de permanência (se necessário para comprovação) • Registro formal da saída e motivo
<p>Como fazer: Realizar entrevista de saída com profissional da equipe técnica. Fornecer carta de referência se necessário.</p>
<p>9. ENCAMINHAMENTO APÓS ABRIGO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento formal para serviços de proteção social básica e especial • Comunicação com conselho tutelar em caso de crianças desacompanhadas • Avaliação de necessidades de saúde mental, reabilitação e assistência jurídica • Inclusão em programas de renda, aluguel social, reconstrução habitacional
<p>Como fazer: Articular equipe com CRAS/CREAS local e defensorias públicas.</p>

PRINCIPAIS PROTOCOLOS PARA GESTÃO DE DESASTRES

INUNDAÇÕES		
ORIGEM: Natural	SUBGRUPO: Hidrológico	CÓDIGO: 1.2.1.0.0
<p>DESCRIÇÃO: Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.</p>		
FLUXO DAS AÇÕES		
1. GESTÃO DE RISCO		
1.1. PREVENÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Elaborar plano de ação para remoção dos entulhos e lixos das margens e leito de arroios, contemplando a limpeza preventiva	<ul style="list-style-type: none"> • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE 	
Conduzir estudo para o mapeamento detalhado da mancha de inundação ao longo de rios e arroios	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS • COMPESA PE 	
Elaborar estudo censitário e socioambiental para um correto diagnóstico da população em área de risco e de preservação ambiental, embasando ações de remoção e realocação da população	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS 	
Elaborar estudo para avaliação e demolição de construções instaladas em áreas de risco e/ou de preservação ambiental, e posterior demarcação dessas áreas para proibir a reocupação irregular	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SEC OBRAS 	
Remover e reassentar as famílias que ocupam a área de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SDS DH 	
Impedir a reocupação de áreas de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC SEG CIDADÃ • GUARDA MUNICIPAL 	
Adotar medidas que impeçam a construção de novas moradias na área de risco	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Ordenar a condução das águas pluviais e servidas (drenagem),	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE 	
Realizar programas de educação ambiental e de percepção de risco voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC EDUCAÇÃO 	
Implantar medidas institucionais de controle, no sentido de proibir ou limitar as intervenções e construção em áreas suscetíveis a inundações e em áreas protegidas pela legislação ambiental vigente	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Implantar programa permanente de mapeamento e desobstrução de bocas de lobo e redes de drenagem urbana	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE • SGU LIMPEZA URBANA 	
Realizar levantamento das áreas com histórico recorrente de alagamentos e inundações com base em dados hidrológicos e relatos comunitários	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • COMPESA PE • DEFESA CIVIL 	
Ampliar e manter a limpeza contínua de galerias, canais, valas e bueiros com cronograma por microbacia urbana	<ul style="list-style-type: none"> • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE 	
1.2. MITIGAÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Monitorar os indicadores e parâmetros hidrometeorológicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL 	
Implementar sistema de ALERTA, nas Áreas de Risco, através de meios de comunicações e redes sociais (mídia, sirenes, aplicativos de celular etc), permitindo a mobilização e a remoção dos moradores no caso de risco iminente	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEC COM • DEFESA CIVIL 	

Definição de PONTOS DE ENCONTRO e ABRIGAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SDS DH • DEFESA CIVIL
Executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) de Olinda e os Planos de Ações Emergenciais específicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Estabelecer programa de reassentamento em áreas seguras	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SDS DH • PGM • SEC OBRAS • DEFESA CIVIL
1.3. PREPARAÇÃO	
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Emissão de ALERTA (2022);	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Adoção das medidas de acionamento das equipes de pronto emprego, de acordo com planejamento do respectivo órgão	<ul style="list-style-type: none"> • GABINETE DE CRISES
Divulgação de orientações para a população	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
2. GESTÃO DO DESASTRE	
2.1. RESPOSTA	
2.1.1. AÇÃO: SOCORRO	
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Prever atuação de equipes com embarcações e veículos anfíbios para resgate em áreas inundadas	<ul style="list-style-type: none"> • CBMPE • DEFESA CIVIL
Orientação e remoção das pessoas afetadas e em situação de vulnerabilidade, para local seguro (ponto de encontro e abrigo).	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEC OBRAS • SDS DH • DEFESA CIVIL
Buscas, salvamentos e resgates.	<ul style="list-style-type: none"> • CBMPE • DEFESA CIVIL
Atendimentos às vítimas (pré-hospitalar, intra-hospitalar e regulação), com acionamento do protocolo START	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SAMU
Remoção de fontes de perigo	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL • COMPESA PE • CBMPE • NEOENERGIA PE
Orientação do trânsito (sinalização, bloqueio etc).	<ul style="list-style-type: none"> • SEC MOBILIDADE
2.1.2. AÇÃO: RECEPÇÃO E TRIAGEM	
Remoção dos moradores para o ponto de encontro e abrigo	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEMAPU • SDS DH • DEFESA CIVIL
Assistência médica: <ul style="list-style-type: none"> • Pronto atendimento médico para a população afetada (24hs); • Atendimento médico aos abrigados. 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SAMU
Assistência e atendimento médico veterinário aos animais de estimação (2022);	<ul style="list-style-type: none"> • GABINETE DA CAUSA ANIMAL
2.1.3. SEGURANÇA E GUARDA	
<ul style="list-style-type: none"> • Patrulhamento da região afetada (moradias desocupadas); • Segurança interna e externa do abrigo (24hs). 	<ul style="list-style-type: none"> • GUARDA MUNICIPAL • POLÍCIA MILITAR
2.2. ASSISTÊNCIA	
Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas pelo desastre (2022);	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Decretação: <ul style="list-style-type: none"> • Situação de Emergência (SE); ou • Estado de Calamidade Pública (ECP); 	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEC GOV • DEFESA CIVIL
> PROTOCOLO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS EM DESASTRES	

Gerenciamento do abrigo, organização da escala/contratação de pessoal para apoio nas atividades, conforme o protocolo de abrigos temporários em desastres	• SDSDH
Nos abrigos temporários: • Higiene e limpeza do local; • Fornecimento de energia elétrica; • Fornecimento de água potável; • Provisão, preparação e fornecimento de alimentação; • Instalação de banheiros.	• SEC SAÚDE • SDSDH • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE • NEOENERGIA PE
Doações: • Promoção/campanha de doações; • Definição de local para coleta e triagem de suprimentos e doações; • Coleta, controle e distribuição de suprimentos e doações; • Organização e gestão do trabalho voluntário.	• SEC COM • SDSDH • DEFESA CIVIL
2.3. RECUPERAÇÃO	
Excepcionalizar a liberação de recursos e processos de aquisições, com base na legislação de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), visando suprir as ações emergenciais	• PGM • SEC FAZENDA • DEFESA CIVIL
2.4. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	
Suprimento e distribuição de água	• COMPESA PE
Suprimento e distribuição de energia	• NEOENERGIA PE
Saneamento e limpeza urbana • Desinfecção e desinfestação do cenário de desastre; • Esgotamento sanitário.	• SEC SAÚDE • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE

PRINCIPAIS PROTOCOLOS DE PAREA GESTÃO DE DESASTRES

ENXURRADAS		
ORIGEM: Natural	SUBGRUPO: Hidrológico	CÓDIGO: 1.2.2.0.0
<p>DESCRIÇÃO: Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.</p>		
FLUXO DAS AÇÕES		
1. GESTÃO DE RISCO		
1.1. PREVENÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Elaborar plano de ação para remoção dos entulhos e lixos das margens e leito de arroios, contemplando a limpeza preventiva	<ul style="list-style-type: none"> • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE 	
Elaborar estudo censitário e socioambiental para um correto diagnóstico da população em área de risco e de preservação ambiental, embasando ações de remoção e realocação da população	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS 	
Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de inundações e deslizamentos	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • COMPESA PE 	
Elaborar estudo para avaliação e demolição de construções instaladas em áreas de risco e/ou de preservação ambiental, e posterior demarcação dessas áreas para proibir a reocupação irregular	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SEC OBRAS 	
Remover e reassentar as famílias que ocupam a área de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SDSDH 	
Impedir a reocupação de áreas de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC SEG CIDADÃ • GUARDA MUNICIPAL 	
Adotar medidas que impeçam a construção de novas moradias na área de risco	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Ordenar a condução das águas pluviais e servidas (drenagem),	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE 	
Realizar programas de educação ambiental e de percepção de risco voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC EDUCAÇÃO 	
Implantar medidas institucionais de controle, no sentido de proibir ou limitar as intervenções e construção em áreas suscetíveis a inundações e em áreas protegidas pela legislação ambiental vigente	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
1.2. MITIGAÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Instalar barreiras de contenção e valas drenantes em encostas e fundos de vale urbanos	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SMURB 	
Implantar sistema de alerta rápido com foco em pluviômetros automáticos e detecção de aumento súbito de vazão	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL 	
Monitorar os indicadores e parâmetros hidrometeorológicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL 	
Implementar sistema de ALERTA, nas Áreas de Risco, através de meios de comunicações e redes sociais (mídia, sirenes, aplicativos de	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEC COM • DEFESA CIVIL 	

celular etc), permitindo a mobilização e a remoção dos moradores no caso de risco iminente	
Definição de PONTOS DE ENCONTRO e ABRIGAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SDS DH • DEFESA CIVIL
Executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) de Olinda e os Planos de Ações Emergenciais específicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Estabelecer programa de reassentamento em áreas seguras	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SDS DH • PGM • SEC OBRAS • DEFESA CIVIL
2. GESTÃO DO DESASTRE	
2.1. RESPOSTA	
2.1.1. AÇÃO: SOCORRO	
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Orientação e remoção das pessoas afetadas e em situação de vulnerabilidade, para local seguro (ponto de encontro e abrigo).	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEC OBRAS • SDS DH • DEFESA CIVIL
Buscas, salvamentos e resgates.	<ul style="list-style-type: none"> • CBMPE • DEFESA CIVIL
Atendimentos às vítimas (pré-hospitalar, intra-hospitalar e regulação), com acionamento do protocolo START	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SAMU
Remoção de fontes de perigo	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL • COMPESA PE • CBMPE • NEOENERGIA PE
Orientação do trânsito (sinalização, bloqueio etc).	<ul style="list-style-type: none"> • SEC MOBILIDADE
2.1.2. AÇÃO: RECEPÇÃO E TRIAGEM	
Remoção dos moradores para o ponto de encontro e abrigo	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEMAPU • SDS DH • DEFESA CIVIL
Assistência médica: <ul style="list-style-type: none"> • Pronto atendimento médico para a população afetada (24hs); • Atendimento médico aos abrigados. 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SAMU
Assistência e atendimento médico veterinário aos animais de estimação	<ul style="list-style-type: none"> • GABINETE DA CAUSA ANIMAL
2.1.3. SEGURANÇA E GUARDA	
<ul style="list-style-type: none"> • Patrulhamento da região afetada (moradias desocupadas); • Segurança interna e externa do abrigo (24hs). 	<ul style="list-style-type: none"> • GUARDA MUNICIPAL • POLÍCIA MILITAR
2.2. ASSISTÊNCIA	
Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas pelo desastre	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Decretação: <ul style="list-style-type: none"> • Situação de Emergência (SE); ou • Estado de Calamidade Pública (ECP); 	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEC GOV • DEFESA CIVIL
> PROTOCOLO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS EM DESASTRES	
Gerenciamento do abrigo, organização da escala/contratação de pessoal para apoio nas atividades, conforme o protocolo de abrigos temporários em desastres	<ul style="list-style-type: none"> • SDS DH
Nos abrigos temporários: <ul style="list-style-type: none"> • Higiene e limpeza do local; 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SDS DH

<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de energia elétrica; • Fornecimento de água potável; • Provisão, preparação e fornecimento de alimentação; • Instalação de banheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE • NEOENERGIA PE
<p>Doações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção/campanha de doações; • Definição de local para coleta e triagem de suprimentos e doações; • Coleta, controle e distribuição de suprimentos e doações; • Organização e gestão do trabalho voluntário. 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC COM • SDS DH • DEFESA CIVIL
2.3. RECUPERAÇÃO	
<p>Excepcionalizar a liberação de recursos e processos de aquisições, com base na legislação de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), visando suprir as ações emergenciais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEC FAZENDA • DEFESA CIVIL
2.4. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	
Suprimento e distribuição de água potável	• COMPESA PE
Suprimento e distribuição de energia	• NEOENERGIA PE
<p>Saneamento e limpeza urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinfecção e desinfestação do cenário de desastre; • Esgotamento sanitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE

PRINCIPAIS PROTOCOLOS DE PAREIA GESTÃO DE DESASTRES

ALAGAMENTOS		
ORIGEM: Natural	SUBGRUPO: Hidrológico	CÓDIGO: 1.2.3.0.0
DESCRIÇÃO: Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e conseqüente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.		
FLUXO DAS AÇÕES		
1. GESTÃO DE RISCO		
1.1. PREVENÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Elaborar plano de ação para remoção dos entulhos e lixos das margens e leito de arroios, contemplando a limpeza preventiva (2022);	<ul style="list-style-type: none"> • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE 	
Conduzir estudo para o mapeamento detalhado da mancha de inundação ao longo de rios e arroios	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS • COMPESA PE 	
Elaborar estudo censitário e socioambiental para um correto diagnóstico da população em área de risco e de preservação ambiental, embasando ações de remoção e realocação da população	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS 	
Elaborar estudo para avaliação e demolição de construções instaladas em áreas de risco e/ou de preservação ambiental, e posterior demarcação dessas áreas para proibir a reocupação irregular	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SEC OBRAS 	
Remover e reassentar as famílias que ocupam a área de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SDSDH 	
Impedir a reocupação de áreas de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC SEG CIDADÃ GUARDA MUNICIPAL 	
Adotar medidas que impeçam a construção de novas moradias na área de risco	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Ordenar a condução das águas pluviais e servidas (drenagem),	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE 	
Realizar programas de educação ambiental e de percepção de risco voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC EDUCAÇÃO 	
Implantar medidas institucionais de controle, no sentido de proibir ou limitar as intervenções e construção em áreas suscetíveis a inundações e em áreas protegidas pela legislação ambiental vigente	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Implantar programa permanente de mapeamento e desobstrução de bocas de lobo e redes de drenagem urbana	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE • SGU LIMPEZA URBANA 	
1.2. MITIGAÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Instalar sensores de nível em pontos críticos de alagamento com integração ao sistema de alerta da Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVI 	
Implementar sistema de ALERTA, nas Áreas de Risco, através de meios de comunicações e redes sociais (mídia, sirenes, aplicativos de celular etc), permitindo a mobilização e a remoção dos moradores no caso de risco iminente	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEC COM • DEFESA CIVIL 	
Definição de PONTOS DE ENCONTRO e ABRIGAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SDSDH • DEFESA CIVIL 	

	• DEFESA CIVIL
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Emissão de ALERTA (2022);	• DEFESA CIVIL
Adoção das medidas de acionamento das equipes de pronto emprego, de acordo com planejamento do respectivo órgão	• GABINETE DE CRISES
Divulgação de orientações para a população	• DEFESA CIVIL
2. GESTÃO DO DESASTRE	
2.1. RESPOSTA	
2.1.1. AÇÃO: SOCORRO	
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Orientação e remoção das pessoas afetadas e em situação de vulnerabilidade, para local seguro (ponto de encontro e abrigo).	• SEC GOV • SEC OBRAS • SDSDH • DEFESA CIVIL
Buscas, salvamentos e resgates.	• CBMPE • DEFESA CIVIL
Atendimentos às vítimas (pré-hospitalar, intra-hospitalar e regulação), com acionamento do protocolo START	• SEC SAÚDE • SAMU
Remoção de fontes de perigo	• DEFESA CIVIL • COMPESA PE • CBMPE • NEOENERGIA PE
Bloquear acessos a áreas alagadas com risco de afogamento ou pane elétrica de veículos	• SEC MOBILIDADE
2.1.2. AÇÃO: RECEPÇÃO E TRIAGEM	
Remoção dos moradores para o ponto de encontro e abrigo	• SEC GOV • SEMAPU • SDSDH • DEFESA CIVIL
Assistência médica: • Pronto atendimento médico para a população afetada (24hs); • Atendimento médico aos abrigados.	• SEC SAÚDE • SAMU
Assistência e atendimento médico veterinário aos animais de estimação	• GABINETE DA CAUSA ANIMAL
2.1.3. SEGURANÇA E GUARDA	
• Patrulhamento da região afetada (moradias desocupadas); • Segurança interna e externa do abrigo (24hs).	• GUARDA MUNICIPAL • POLÍCIA MILITAR
2.2. ASSISTÊNCIA	
Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas pelo desastre	• DEFESA CIVIL
Decretação: • Situação de Emergência (SE); ou • Estado de Calamidade Pública (ECP);	• PGM • SEC GOV • DEFESA CIVIL
> PROTOCOLO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS EM DESASTRES	
Gerenciamento do abrigo, organização da escala/contratação de pessoal para apoio nas atividades, conforme o protocolo de abrigos temporários em desastres	• SDSDH
Nos abrigos temporários: • Higiene e limpeza do local; • Fornecimento de energia elétrica; • Fornecimento de água potável; • Provisão, preparação e fornecimento de alimentação; • Instalação de banheiros.	• SEC SAÚDE • SDSDH • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE • NEOENERGIA PE
Doações:	• SEC COM

<ul style="list-style-type: none"> • Promoção/campanha de doações; • Definição de local para coleta e triagem de suprimentos e doações; • Coleta, controle e distribuição de suprimentos e doações; • Organização e gestão do trabalho voluntário. 	<ul style="list-style-type: none"> • SDSDH • DEFESA CIVIL
2.3. RECUPERAÇÃO	
<p>Excepcionalizar a liberação de recursos e processos de aquisições, com base na legislação de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), visando suprir as ações emergenciais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEC FAZENDA • DEFESA CIVIL
2.4. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	
Suprimento e distribuição de água potável	• COMPEA PE
Suprimento e distribuição de energia	• NEOENERGIA PE
<p>Saneamento e limpeza urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinfecção e desinfestação do cenário de desastre; • Esgotamento sanitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDE • SGU LIMPEZA URBANA • COMPEA PE

PRINCIPAIS PROTOCOLOS DE PARA GESTÃO DE DESASTRES

MOVIMENTO DE MASSA		
ORIGEM: Natural	SUBGRUPO: Geológico	CÓDIGO: Múltiplos
<p>DESCRIÇÃO:</p> <p>1. Quedas, tombamentos e rolamentos:</p> <p>1.1. Blocos (1.1.3.1.1): As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descalçamento).</p> <p>1.2. Lascas (1.1.3.1.2): As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.</p> <p>1.3. Matacões (1.1.3.1.3): Os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.</p> <p>1.4. Lajes (1.1.3.1.4): As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e de pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.</p> <p>2. Deslizamentos (1.1.3.2.1): São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.</p> <p>3. Corridas de massa: 3.1. Solo/Lama (1.1.3.3.1): Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo. 3.2. Rocha/Detrimento (1.1.3.3.2): Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrimento, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.</p> <p>4. Subsidências e colapsos (1.1.3.4.0): Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.</p>		
FLUXO DAS AÇÕES		
1. GESTÃO DE RISCO		
1.1. PREVENÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES		RESPONSÁVEL
Elaborar plano de ação para remoção dos entulhos e lixos das margens e leito de arroios, contemplando a limpeza preventiva		<ul style="list-style-type: none"> • SGU • Sec OBRAS
Elaborar estudo censitário e socioambiental para um correto diagnóstico da população em área de risco e de preservação ambiental, embasando ações de remoção e realocação da população		<ul style="list-style-type: none"> • SDSDH

Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ ou obras de contenção de inundações e deslizamentos	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • Sec OBRAS
Elaborar estudo para avaliação e demolição de construções instaladas em áreas de risco e/ ou de preservação ambiental, e posterior demarcação dessas áreas para proibir a reocupação	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • Sec OBRAS
Remover e reassentar as famílias que ocupam a área de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • Sec OBRAS • SEDESH
Adotar medidas que impeçam a construção de novas moradias na área de risco	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU
Realizar programas de educação ambiental e de percepção de risco voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU
Implantar medidas institucionais de controle, no sentido de proibir ou limitar as intervenções e construção em áreas suscetíveis a inundações e em áreas protegidas pela legislação ambiental vigente	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU
Realizar mapeamento geotécnico de áreas com suscetibilidade a escorregamentos, tombamentos e rolamentos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Implantar barreiras físicas e taludes de contenção em áreas de risco iminente	<ul style="list-style-type: none"> • Sec OBRAS • SGU • DEFESA CIVIL

1.2. MITIGAÇÃO

AÇÕES E ATRIBUIÇÕES

RESPONSÁVEL

Instalar sensores de deslocamento e pluviômetros automáticos em áreas críticas	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Monitorar os indicadores e parâmetros hidrometeorológicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Definição de PONTOS DE ENCONTRO e ABRIGAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SDSdH • DEFESA CIVIL
Executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) de Olinda e os Planos de Ações Emergenciais específicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL
Estabelecer programa de reassentamento em áreas seguras	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SDSdH • PGM • SEC OBRAS • DEFESA CIVIL
Adoção das medidas de acionamento das equipes de pronto emprego, de acordo com planejamento do respectivo órgão	<ul style="list-style-type: none"> • GABINETE DE CRISES
Divulgação de orientações para a população	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL

2. GESTÃO DO DESASTRE

2.1. RESPOSTA

AÇÕES E ATRIBUIÇÕES

RESPONSÁVEL

Ativar equipes de geólogos e engenheiros para avaliação emergencial de estabilidade do terreno antes da reocupação	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL • SEMAPU • Sec OBRAS
Orientação e remoção das pessoas afetadas e em situação de vulnerabilidade, para local seguro (ponto de encontro e abrigo).	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SDSdH • SEMAPU • DEFESA CIVIL
Buscas, salvamentos e resgates.	<ul style="list-style-type: none"> • CBMPE • DEFESA CIVIL
Atendimentos às vítimas (pré-hospitalar, intra-hospitalar e regulação), com acionamento do	<ul style="list-style-type: none"> • CBMPE • SAMU

protocolo START (2025);	• Sec Saúde
Orientação do trânsito (sinalização, bloqueio etc).	• SEMOB
2.1.2. AÇÃO: RECEPÇÃO E TRIAGEM	
Remoção dos moradores para o ponto de encontro e abrigo	• SEC GOV • SEMAPU • SDS DH • DEFESA CIVIL
Assistência médica: • Pronto atendimento médico para a população afetada (24hs); • Atendimento médico aos abrigados.	• SEC SAÚDE • SAMU
Assistência e atendimento médico veterinário aos animais de estimação	• GABINETE DA CAUSA ANIMAL
2.1.3. SEGURANÇA E GUARDA	
• Patrulhamento da região afetada (moradias desocupadas); • Segurança interna e externa do abrigo (24hs).	• GUARDA MUNICIPAL • BRIGADA MILITAR
2.2. ASSISTÊNCIA	
Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas pelo desastre	• DEFESA CIVIL
Decretação: • Situação de Emergência (SE); ou • Estado de Calamidade Pública (ECP);	• PGM • SEC GOV • DEFESA CIVIL
> PROTOCOLO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS EM DESASTRES	
Gerenciamento do abrigo, organização da escala/contratação de pessoal para apoio nas atividades, conforme o protocolo de abrigos temporários em desastres	• SDS DH
Nos abrigos temporários: • Higiene e limpeza do local; • Fornecimento de energia elétrica; • Fornecimento de água potável; • Provisão, preparação e fornecimento de alimentação; • Instalação de banheiros.	• SEC SAÚDE • SDS DH • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE • NEOENERGIA PE
Doações: • Promoção/campanha de doações; • Definição de local para coleta e triagem de suprimentos e doações; • Coleta, controle e distribuição de suprimentos e doações; • Organização e gestão do trabalho voluntário.	• SEC COM • SDS DH • DEFESA CIVIL
2.3. RECUPERAÇÃO	
Excepcionalizar a liberação de recursos e processos de aquisições, com base na legislação de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), visando suprir as ações emergenciais	• PGM • SEC FAZENDA • DEFESA CIVIL
2.4. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	
Suprimento e distribuição de água potável	• COMPESA PE
Suprimento e distribuição de energia	• NEOENERGIA PE
Saneamento e limpeza urbana • Desinfecção e desinfestação do cenário de desastre; • Esgotamento sanitário.	• SEC SAÚDE • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE

PRINCIPAIS PROTOCOLOS PARA GESTÃO DE DESASTRES

OBRAS CIVIS		
ORIGEM: Tecnológicos	SUBGRUPO: sem	CÓDIGO: Múltiplos
DESCRIZAÇÃO: 1. Colapso de edificações (2.4.1.0.0): Queda de estrutura civil.		
FLUXO DAS AÇÕES		
1. GESTÃO DE RISCO		
1.1. PREVENÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Elaborar plano de ação para remoção dos entulhos e lixos das margens e leito de arroios, contemplando a limpeza preventiva	<ul style="list-style-type: none"> • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE 	
Elaborar estudo censitário e socioambiental para um correto diagnóstico da população em área de risco e de preservação ambiental, embasando ações de remoção e realocação da população	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS 	
Elaborar estudo para avaliação e demolição de construções instaladas em áreas de risco e/ou de preservação ambiental, e posterior demarcação dessas áreas para proibir a reocupação irregular	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SEC OBRAS 	
Remover e reassentar as famílias que ocupam a área de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEMAPU • SDSDH • SDSDH 	
Impedir a reocupação de áreas de risco e/ou de preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC SEG CIDADÃ • GUARDA MUNICIPAL 	
Adotar medidas que impeçam a construção de novas moradias na área de risco	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Ordenar a condução das águas pluviais e servidas (drenagem),	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE 	
Realizar programas de educação ambiental e de percepção de risco voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU • SEC EDUCAÇÃO 	
Implantar medidas institucionais de controle, no sentido de proibir ou limitar as intervenções e construção em áreas suscetíveis a inundações e em áreas protegidas pela legislação ambiental vigente	<ul style="list-style-type: none"> • SEMAPU 	
Inspecionar regularmente obras públicas e privadas em andamento, exigindo ART e presença de responsável técnico	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS 	
1.2. MITIGAÇÃO		
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	
Interditar preventivamente estruturas com sinais de fissuras, recalques ou comprometimento de fundações	<ul style="list-style-type: none"> • SMURB 	
Monitorar os indicadores e parâmetros hidrometeorológicos	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL 	
Implementar sistema de ALERTA, nas Áreas de Risco, através de meios de comunicações e redes sociais (mídia, sirenes, aplicativos de celular etc), permitindo a mobilização e a remoção dos moradores no caso de risco iminente	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SEC COM • DEFESA CIVIL 	
Definição de PONTOS DE ENCONTRO e ABRIGAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • SEC GOV • SDSDH • DEFESA CIVIL 	
Executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) de OLINDA e os Planos de Ações Emergenciais específicos);	<ul style="list-style-type: none"> • DEFESA CIVIL 	

1.3. PREPARAÇÃO	
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Emissão de ALERTA (2022);	• DEFESA CIVIL
Adoção das medidas de acionamento das equipes de pronto emprego, de acordo com planejamento do respectivo órgão	• GABINETE DE CRISES
Divulgação de orientações para a população	• DEFESA CIVIL
2. GESTÃO DO DESASTRE	
2.1. RESPOSTA	
2.1.1. AÇÃO: SOCORRO	
AÇÕES E ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
Orientação e remoção das pessoas afetadas e em situação de vulnerabilidade, para local seguro (ponto de encontro e abrigo).	• SEC GOV • SEC OBRAS • SDS DH • SDS DH • DEFESA CIVIL
Atuar com busca e salvamento em colapsos estruturais, remoção de vítimas e isolamento da área	• CBMPE • DEFESA CIVIL
Atendimentos às vítimas (pré-hospitalar, intra-hospitalar e regulação), com acionamento do protocolo START	• SEC SAÚDE • SAMU
Remoção de fontes de perigo	• DEFESA CIVIL • COMPESA PE • CBMPE • NEOENERGIA PE
Orientação do trânsito (sinalização, bloqueio etc).	• SEC MOBILIDADE
2.1.2. AÇÃO: RECEPÇÃO E TRIAGEM	
Remoção dos moradores para o ponto de encontro e abrigo	• SEC GOV • SEMAPU • SDS DH • DEFESA CIVIL
Assistência médica: • Pronto atendimento médico para a população afetada (24hs); • Atendimento médico aos abrigados.	• SEC SAÚDE • SAMU
Assistência e atendimento médico veterinário aos animais de estimação	• GABINETE DA CAUSA ANIMAL
2.1.3. SEGURANÇA E GUARDA	
• Patrulhamento da região afetada (moradias desocupadas); • Segurança interna e externa do abrigo (24hs).	• GUARDA MUNICIPAL • POLÍCIA MILITAR
2.2. ASSISTÊNCIA	
Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas pelo desastre	• DEFESA CIVIL
Decretação: • Situação de Emergência (SE); ou • Estado de Calamidade Pública (ECP);	• PGM • SEC GOV • DEFESA CIVIL
> PROTOCOLO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS EM DESASTRES	
Gerenciamento do abrigo, organização da escala/contratação de pessoal para apoio nas atividades, conforme o protocolo de abrigos temporários em desastres	• SDS DH
Nos abrigos temporários: • Higiene e limpeza do local; • Fornecimento de energia elétrica; • Fornecimento de água potável; • Provisão, preparação e fornecimento de alimentação; • Instalação de banheiros.	• SEC SAÚDEURB • SDS DH • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE • NEOENERGIA PE
Doações: • Promoção/campanha de doações;	• SEC COM • SDS DH

<ul style="list-style-type: none"> • Definição de local para coleta e triagem de suprimentos e doações; • Coleta, controle e distribuição de suprimentos e doações; • Organização e gestão do trabalho voluntário. 	<ul style="list-style-type: none"> • SDSDH • DEFESA CIVIL
2.3. RECUPERAÇÃO	
Avaliar os fatores técnicos do acidente, responsabilizar empreendedores e revisar protocolos de licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • SEC OBRAS
Excepcionalizar a liberação de recursos e processos de aquisições, com base na legislação de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP), visando suprir as ações emergenciais	<ul style="list-style-type: none"> • PGM • SEC FAZENDA • DEFESA CIVIL
2.4. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	
Suprimento e distribuição de água potável	<ul style="list-style-type: none"> • COMPESA PE
Suprimento e distribuição de energia	<ul style="list-style-type: none"> • NEOENERGIA PE
Saneamento e limpeza urbana <ul style="list-style-type: none"> • Desinfecção e desinfestação do cenário de desastre; • Esgotamento sanitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • SEC SAÚDEURB • SGU LIMPEZA URBANA • COMPESA PE

PRINCIPAIS PROTOCOLOS DE PARA GESTÃO DE DESASTRES

DESATIVAÇÃO DO PLANO
PROTOCOLO DE DESMOBILIZAÇÃO DO Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) de OLINDA
> CRITÉRIOS PARA DESMOBILIZAÇÃO
A desmobilização das ações previstas no PLACON deve ocorrer de forma planejada, coordenada e gradual, respeitando os critérios técnicos, operacionais e humanitários que asseguram o fim do estado de emergência e o retorno à normalidade com segurança e dignidade para a população afetada.
AVALIAÇÃO TÉCNICA E AMBIENTAL
<ul style="list-style-type: none">• Ameaça controlada ou inexistente (condições meteorológicas, hidrológicas e geológicas estabilizadas);• Encerramento oficial de alertas ou boletins críticos por parte de órgãos competentes;• Avaliação positiva das condições de segurança das áreas afetadas (estruturas, encostas, redes);
SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO AFETADA
<ul style="list-style-type: none">• Encerramento do uso de abrigos temporários com retorno das famílias para moradias seguras ou locais de acolhimento definitivo;• Acompanhamento da rede de assistência social e saúde para continuidade no pós-emergência;
CONDIÇÕES OPERACIONAIS E LOGÍSTICAS
<ul style="list-style-type: none">• Conclusão das ações de socorro, salvamento e triagem emergencial;• Restabelecimento dos serviços essenciais (energia, água, transporte, coleta de lixo, saneamento);
COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
<ul style="list-style-type: none">• Comunicação com a imprensa e canais oficiais de mídia do município;
PLANEJAMENTO DE TRANSIÇÃO PARA REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Registro consolidado dos danos e envio para órgãos competentes;• Identificação de pendências estruturais ou sociais para encaminhamento à fase de reconstrução;• Encaminhamento de aprendizados para revisão do PLACON, com base na avaliação pós-evento;
Importante: A desmobilização não significa o encerramento completo das ações públicas, mas a transição para uma nova fase de reabilitação e reconstrução, com foco em garantir os direitos da população afetada e fortalecer a resiliência frente a futuros eventos.
> PROCEDIMENTOS PARA DESMOBILIZAÇÃO
A desmobilização das ações previstas no PLACON deve ser conduzida de forma ordenada e articulada entre os órgãos da GABINETE DE CRISES, garantindo a segurança das equipes, o encerramento formal das operações e a adequada transição para a fase de reabilitação. Essa etapa exige o cumprimento de um conjunto de procedimentos técnicos, administrativos e logísticos, organizados conforme as diretrizes da Defesa Civil Municipal.
ETAPAS ADMINISTRATIVAS
<ul style="list-style-type: none">• Realizar reunião final do Gabinete de Crise para formalizar a decisão de desmobilização;• Encaminhar documento de encerramento das ações emergenciais à Chefia do Executivo Municipal• Atualizar registros de operações (planilhas de controle, logs de comunicação, atas);
ETAPAS OPERACIONAIS
<ul style="list-style-type: none">• Dispensar recursos e equipamentos mobilizados (viaturas, barcos, EPs, kits de abrigo etc.);• Desmobilizar abrigos temporários, com verificação das condições sanitárias e destino adequado a insumos e mobiliários

- Executar inspeção pós-uso de locais mobilizados (escolas, centros comunitários, unidades de saúde);
- Coordenar o retorno das equipes às suas atividades regulares;
- Realizar higienização, manutenção e armazenagem dos materiais empregados;

ETAPAS DE COMUNICAÇÃO E FECHAMENTO PÚBLICO

- Informar a população sobre canais de apoio disponíveis durante a fase de reabilitação;
- Elaborar relatório-síntese;

Importante: A desmobilização deve priorizar a segurança das equipes, a responsabilidade com os recursos públicos e o encerramento técnico transparente, consolidando as lições aprendidas e viabilizando a entrada organizada na fase de reconstrução e prevenção futura.